

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

TATIANA FERREIRA DOS SANTOS

A QUESTÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO

FRANCA/SP
2021

TATIANA FERREIRA DOS SANTOS

A QUESTÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Linha de pesquisa: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz

FRANCA/SP
2021

S237q	<p>Santos, Tatiana Ferreira dos</p> <p>A QUESTÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO / Tatiana Ferreira dos Santos. -- , 2021</p> <p>181 p. : tabs. + 1 CD-ROM</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, Orientadora: Helen Barbosa Raiz</p> <p>1. Produção Acadêmica. 2. Questão Ambiental. 3. Serviço Social. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

TATIANA FERREIRA DOS SANTOS

A QUESTÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof.^a Dr.^a Helen Barbosa Raiz

1º examinadora: _____

Prof.^a Dr.^a Nayara Hakime Dutra

2º examinadora _____

Prof.^a Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso

3º examinadora _____

Prof.^a Dr. Frederico Daia

4º examinadora _____

Prof.^a Dr.^a Mônica Andrade Modesto

Franca, 17 de novembro de 2021

*Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Vilma, e
ao meu pai, Sergio, com muito amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Para minha mãe, Maria Vilma Ferreira, guerreira e trabalhadora que sempre defendeu e lutou pela educação dos seus filhos. A minha referência de amor, sempre nos ensinou de um jeito respeitoso e humano, que nos levou para caminhos que nunca imaginávamos alcançar. O seu incentivo cheio de esperança nos mostrou que poderíamos chegar onde quiséssemos, com respeito, honestidade e compromisso. A minha mãe me ensinou a sentir orgulho da nossa história, do lugar do qual viemos. Ela é a minha referência de vida. Obrigada, mainha, por me trazer até aqui e me possibilitar realizar mais um sonho que partilhamos juntas.

Para o meu pai, Sergio Ferreira, que sempre acredita nos meus sonhos e os incorpora aos sonhos da nossa família, me dando forças para seguir em frente. Estamos realizando um sonho juntos, desde o início. Obrigada, painho, por me trazer até aqui.

Ao meu esposo, Arthur, por depositar a confiança e o amor nos momentos de distância. Por acreditar nos meus sonhos e me encorajar a ser melhor todos os dias. Meu companheiro de vida, *“diante da vastidão do tempo e da imensidão do espaço, é uma alegria pra mim compartilhar um planeta e uma época com você.”* (CARL SAGAN).

Para, Maria Alice, minha filha, que me motivou a concluir este trabalho. Mostrou-me que posso ser mais do que imaginava. Te amamos e, em breve, te apresentarei o mundo!

Aos meus irmãos e toda a minha família, obrigada por vibrarem e me apoiarem em todos os momentos dessa trajetória!

Para a família que construí em Franca, Jonorete, Barbara, Renata, Leonardo, Grazi, Zilda, Daiane, Carol, Marcia, Máira e as marxistas sabidas, gratidão pelo acolhimento, carinho e todas as reflexões e conversas que construímos juntas. Agradeço também a Dona Zelita, Lázara e Vítor que, por meio da minha amiga Jô, me disponibilizaram um lar com muito carinho, companhia e ótimas conversas sobre a vida.

Para a minha orientadora e amiga, Profa. Dra. Helen, que me recebeu de braços abertos, me apresentou a cidade de Franca, a Unesp e me acolheu como um membro de sua família. A sua humanidade e ética me mostraram mais do que orientações e supervisões, mas

o seu lado atencioso, preocupado e atento à minha formação como sujeito humano e profissional. Muito obrigada pelo carinho!

Às professoras e todos os trabalhadores da UNESP Franca que, carinhosamente, me receberam. Gratidão por todas as orientações e escutas que me foram dadas durante o período em que residi nesta cidade!

CARTILHA DO POVO

Literatura de Cordel – Raimundo Santa Helena

Ninguém nasceu neste mundo
Pra sofrer e virar Santo
Deus nos fez pra gozar
Mais do que derramar pranto
Mas na panela do povo
Só tem farofa de ovo
Quando almoço não janto.

E todo trabalhador
Ao teto vai ter direito
Um salário compatível
Pelo que fez ou foi feito
Quem lavrar terra é dono
Não haverá abandono
Pra quem tiver defeito.

Contestação não é crime
Onde há democracia
Só ao cidadão pertence
A sua soberania.
No poder coercitivo
Jesus foi subversivo
Na versão da tirania.

Eu sou dono do meu passe
Faço arte sem patrão
Só quem tem capacidade
Deve ser oposição
Porque lutar pelos fracos
É tatear nos buracos
Na densa escuridão.

RESUMO

Este trabalho apresenta como objetivo geral compreender as condições econômicas, políticas, sociais e culturais da ascensão da questão ambiental no campo do Serviço Social brasileiro. Além disso, o trabalho evidencia como a questão ambiental tem sido apresentada nas pesquisas realizadas no Serviço Social brasileiro, apresenta os fundamentos da questão ambiental instituídos em pesquisas no campo do Serviço Social e indica as principais tendências no que se refere ao trabalho do assistente social no enfrentamento à questão ambiental, expressas nas pesquisas. São apresentadas discussões sobre o contexto sócio-histórico de aproximação do Serviço Social com o Marxismo, assim como o avanço do movimento ambientalista em decorrência da ampliação da questão ambiental em dimensões globais. O debate em torno da reprodução sociometabólica do capital se faz presente, com o objetivo de contextualizar a questão ambiental como resultante da contradição fundamental entre capital e trabalho. O problema central da pesquisa permeou o modo como a questão ambiental é abordada nas dissertações e teses construídas por assistentes sociais nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social brasileiros. Para tanto, utilizou-se a abordagem de pesquisa quanti-qualitativa. A pesquisa é do tipo bibliográfica e documental. São analisadas, integralmente, as 18 dissertações e 7 teses que discutem sobre a questão ambiental, entre os anos de 2012 a 2018, desenvolvidas em Programas de Pós-graduação em Serviço Social do Brasil. O método de análise consistiu no dialético, considerando as contradições da realidade concreta e a sua historicidade. O estudo revela a tendência conservadora moderna, holística e complexa, e a marxiana. Na primeira tendência, os trabalhos abordam sobre sustentabilidade, apresentam referências bibliográficas baseadas em perspectivas liberais como Mises e análises reducionistas que desconSIDERAM as contradições da realidade concreta. Na perspectiva holística e complexa a dimensão espiritual da questão ambiental é destacada, com ênfase em autores como Morin. Por último, a perspectiva marxiana que se utiliza do método em Marx e suas variadas nomenclaturas, na dimensão da totalidade dialética e histórica. Nesse sentido, os trabalhos analisados apresentam, em sua maioria, a perspectiva de totalidade dialética utilizando o método em Marx, seguido da perspectiva conservadora moderna e da holística e complexa.

Palavras-chave: Produção Acadêmica. Questão Ambiental. Serviço Social.

ABSTRACT

This work has as its general objective to analyze the economic, political, social and cultural conditions of the rise of the environmental issue in the field of Brazilian Social Service. In addition, the work shows how the environmental issue has been presented in research carried out in the Brazilian Social Service, presents the fundamentals of the environmental issue established in research in the field of Social Service and indicates the main trends regarding the work of social workers in the facing the environmental issue, expressed in the researches. Discussions are presented on the socio-historical context of approximation between Social Work and Marxism, as well as the advance of the environmental movement as a result of the expansion of the environmental issue into global dimensions. The debate around the socio-metabolic reproduction of capital is present, with the aim of contextualizing the environmental issue as a result of the fundamental contradiction between capital and labor. The central problem of the research permeated the way in which the environmental issue is approached in dissertations and theses constructed by social workers in the Postgraduate Programs in Social Work in Brazil. For this purpose, the qualitative research approach and the quantitative approach were used. The research is bibliographical and documentary. The 18 dissertations and 7 theses that discuss the environmental issue developed in Postgraduate Programs in Social Work in Brazil are fully analyzed. The method of analysis consisted of the dialectic, considering the contradictions of concrete reality and its historicity. The study reveals the modern, holistic and complex conservative trend and the Marxian one. In the first trend, the works address sustainability, present bibliographical references based on liberal perspectives such as Mises and reductionist analyzes that ignore the contradictions of concrete reality. From a holistic and complex perspective, the spiritual dimension of the environmental issue is highlighted, with an emphasis on authors such as Morin. Finally, the Marxian perspective that uses the method in Marx and its various nomenclatures, in the dimension of dialectical and historical totality. In this sense, the works analyzed present mostly the perspective of dialectical totality using the method in Marx, followed by the conservative modern perspective and the holistic and complex perspective.

Keywords: Academic Production. Environmental Issue. Social service.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo general analizar las condiciones económicas, políticas, sociales y culturales del surgimiento de la cuestión ambiental en el campo del Trabajo Social Brasileño. Además, el trabajo muestra cómo el tema ambiental ha sido presentado en una investigación realizada en el Servicio Social Brasileño, presenta los fundamentos del tema ambiental establecidos en la investigación en el campo del Servicio Social e indica las principales tendencias en torno al trabajo de los trabajadores sociales en el enfrentamiento al tema ambiental, expresado en las investigaciones. Se presentan discusiones sobre el contexto socio-histórico de aproximación entre Trabajo Social y marxismo, así como el avance del movimiento ambiental como resultado de la expansión del tema ambiental a dimensiones globales. El debate en torno a la reproducción socio-metabólica del capital está presente, con el objetivo de contextualizar el tema ambiental como resultado de la contradicción fundamental entre capital y trabajo. El problema central de la investigación permeó la forma en que se aborda el tema ambiental en las disertaciones y tesis construidas por los trabajadores sociales en los Programas de Posgrado en Trabajo Social en Brasil. Para ello se utilizó el enfoque de investigación cualitativa y el enfoque cuantitativo. La investigación es bibliográfica y documental. Se analizan en profundidad las 18 disertaciones y 7 tesis que discuten el tema ambiental desarrollado en los Programas de Posgrado en Trabajo Social en Brasil. El método de análisis consistió en la dialéctica, considerando las contradicciones de la realidad concreta y su historicidad. El estudio revela la tendencia conservadora moderna, holística y compleja y la marxista. En la primera tendencia, los trabajos abordan la sostenibilidad, presentan referencias bibliográficas basadas en perspectivas liberales como Mises y análisis reduccionistas que ignoran las contradicciones de la realidad concreta. Desde una perspectiva holística y compleja, se destaca la dimensión espiritual del tema ambiental, con énfasis en autores como Morin. Finalmente, la perspectiva marxista que utiliza el método de Marx y sus diversas nomenclaturas, en la dimensión de totalidad dialéctica e histórica. En este sentido, las obras analizadas presentan mayoritariamente la perspectiva de la totalidad dialéctica utilizando el método de Marx, seguida de la perspectiva conservadora moderna y la perspectiva holística y compleja.

Palabras clave: Producción Académica. Servicio social. Construyendo conocimiento.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Total de Agrotóxicos Registrados por ano.....	87
Gráfico 2 . Taxas de desmatamento acumulados por Estados na Amazonia Legal, atualizados em dezembro de 2019.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cursos Avaliados e Reconhecidos.....	25
Quadro 2. Quantitativo de dissertações em teses sobre a questão ambiental em Programas de Pós-graduação.....	26
Quadro 3. Lista de dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Serviço Social que discutem questão ambiental.....	28
Quadro 4. Lista das teses defendidas em programas de pós-graduação em Serviço Social que discutem a questão ambiental.....	29
Quadro 5. Diferença entre Taylorismo/Fordismo e o Toyotismo.....	91
Quadro 6. Distinção entre Movimentos Sociais, Mobilizações Sociais e ONG, segundo Montaño e Duriguetto (2010)	99

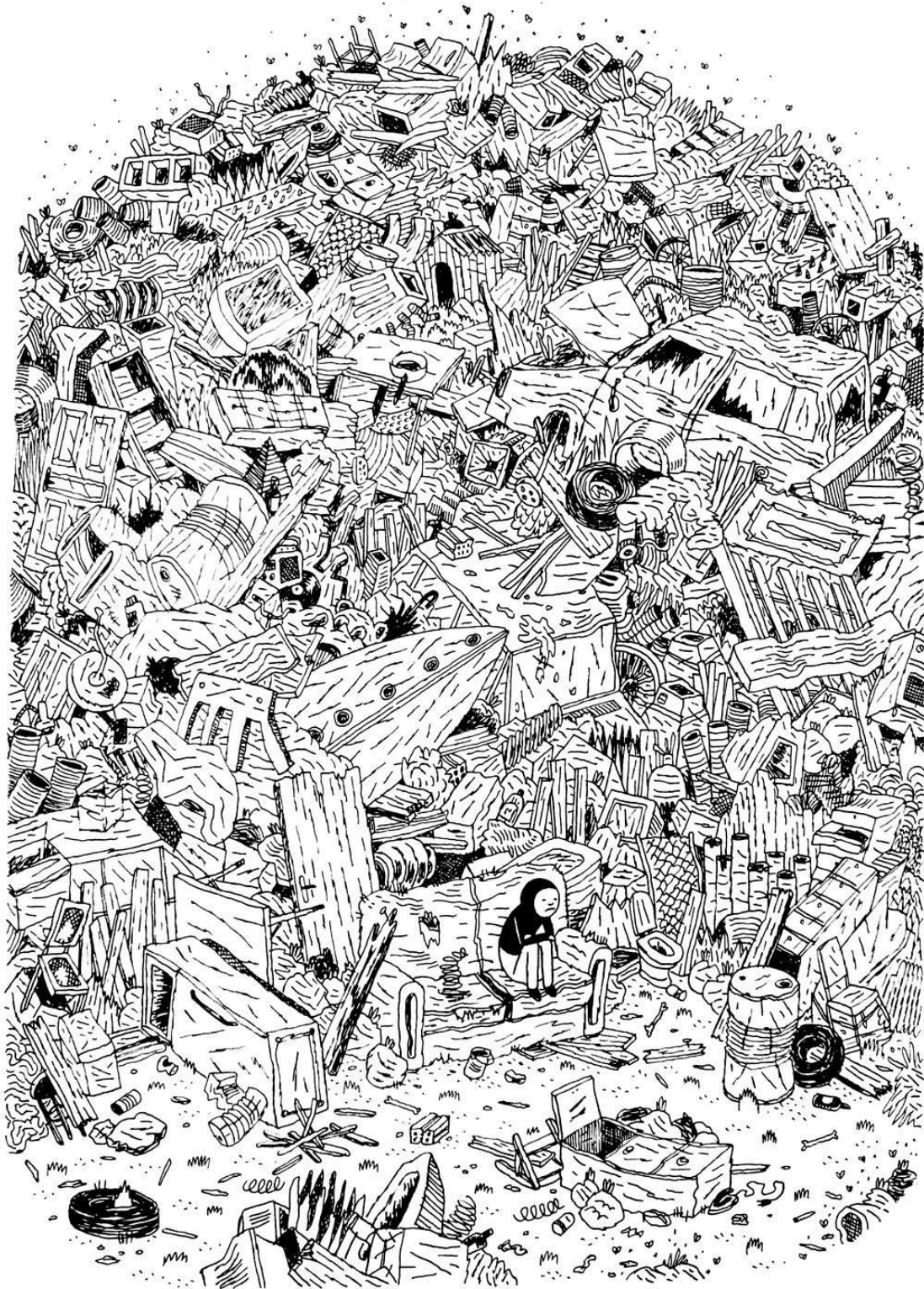
LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição geográfica dos PPGs da área 32 em 2016.....	25
Figura 2. Síntese do percurso metodológico do trabalho.....	116
Figura 3. Método de análise presentes nas pesquisas analisadas.....	120
Figura 4. Temas mais citados nas dissertações e teses.....	125
Figura 5. Síntese das concepções sobre questão ambiental apresentadas nas dissertações e teses.....	131
Figura 6: Atuação profissional do (a) assistente social no enfrentamento da questão ambiental apresentado nas dissertações e teses.....	134
Figura 7: Desafios para o Serviço Social.....	144
Figura 8. Tendências identificadas nas dissertações e teses analisadas.....	152
Figura 9 – Representações do conservadorismo moderno apresentada nas pesquisas.....	161

SUMÁRIO

Considerações iniciais	18
Percurso metodológico	24
1. A emergência da questão ambiental na história do Serviço Social brasileiro: primeiras aproximações.....	33
1.1 A América Latina e o Brasil na construção do movimento de Reconceituação e do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro	35
1.1.1 Processo de intenção ruptura com o conservadorismo e as condições sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais	43
1.1.2 Aproximações do Serviço Social com a perspectiva de totalidade dialética e histórica: bases teóricas e de fundamentação profissional	48
1.1.3 Primeiras produções sobre questão ambiental no Serviço Social brasileiro	53
1.1.3.1. Primeiras tendências e perspectivas ideo-políticas sobre a questão ambiental construídas no Serviço Social brasileiro	58
2. O significado da questão ambiental para o Serviço Social brasileiro.....	67
2.1 Os limites absolutos de reprodução sociometabólica, a questão ambiental, os movimentos ambientalistas, de justiça ambiental e as lutas sociais	69
2.1.1 O cenário político, econômico, social e cultural no contexto da crise estrutural do capital e os rebatimentos na conjuntura brasileira.....	77
2.1.1.1 As consequências ambientais e sociais do modelo agroexportador....	83
2.1.2 Reestruturação produtiva e as repercussões no mundo do trabalho	88
2.1.3 Os movimentos ambientalistas, de justiça social e as lutas sociais	97
3. A construção de conhecimentos sobre a questão ambiental na categoria profissional	107
3.1. Pesquisa, construção de conhecimento e Serviço Social	108
3.2. Quais conhecimentos estamos construindo sobre a questão ambiental e o Serviço Social?	114
3.2.1. Método de análise: a problemática do conhecimento	116
3.3. Os fundamentos da questão ambiental instituídos nas dissertações e teses em Serviço Social nos Programas de Serviço Social do Brasil	124
3.4. Serviço Social, gestão ambiental e a Educação Ambiental: o exercício profissional do assistente social na questão ambiental	131

3.5. Dilemas e desafios instituídos nas dissertações e teses	141
3.6. As tendências e a atuação do assistente social na questão ambiental.....	149
Considerações Finais	165
Referências	168
Anexos.....	177



Fonte: Rafael Sica, 2019.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A questão ambiental, entendida como expressão da questão social resultante da contradição entre capital e trabalho, em sua fase monopólica, se tornou mundialmente conhecida na década de 1970, nos marcos dos limites estruturais de reprodução sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011). Tal conhecimento mundial estava atrelado ao movimento ambientalista que, a partir da década de 1960, organizou diversas conferências mundiais a respeito dos limites globais de exploração. As conferências, cartas, decretos e documentos assinados firmavam compromissos de vários países para a diminuição dos impactos gerados pela exploração ambiental. Em meio às crises e contrarreformas do capital flexível, os sinais da expansão do capital global carregavam os efeitos da degradação ambiental.

A questão ambiental se constitui resultante das contradições entre a relação sociedade e natureza, oriundas da falha no metabolismo (FOSTER 2010) que engendra essa relação, apoiadas nas contradições entre classes, modos de produção, alienação, exploração e apropriação privada de toda forma de vida e recursos naturais, acrescidas no período de ascensão do capitalismo em sua fase monopolista.

Partindo desse aspecto, concordamos com o pensamento marxiano ao apresentar o trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens. É através do trabalho que o ser humano transforma a natureza “[...] em bens necessários à reprodução social” (LESSA, 2012, p. 25). A força de trabalho do ser humano, além de transformar a natureza, se constitui como uma das atividades que formam as relações sociais e interligam os homens a outros homens, formando uma complexa teia de relações.

Segundo Marx (2010), não há como atender às necessidades sem o intercâmbio material com a natureza, ou seja, nada pode ser criado sem a natureza, sem o mundo exterior. Conforme o autor, a natureza é a matéria pela qual o trabalho se efetiva. Desta forma, a natureza é quem oferece os meios de vida e de subsistência física do trabalhador.

É por meio do trabalho que o ser humano realiza o intercâmbio com a natureza. Nessa relação entre o ser humano e natureza, Foster (2014) enfatiza o conceito de metabolismo desenvolvido por Marx para explicitar essas relações. Para Foster (2014), parafrazeando Marx, o trabalho é a “condição universal da interação metabólica entre o ser humano e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza.” (p.

221). O sentido de metabolismo apresentado por Marx, está aplicado à “troca material”, onde o ser humano, através do trabalho, extrai da natureza a riqueza material e todo o universo de valores para satisfação e precisões humanas.

Com base no conceito de metabolismo em Marx, Silva (2010) afirma que a espécie humana difere dos demais animais, de acordo com a sua relação com a natureza, mediada pela busca de meios indispensáveis para satisfação de suas necessidades, denominada de relações sociais de produção. Para a autora, o trabalho é essencial nessa mediação, ao ponto em que o ser humano se apropria da natureza através do trabalho, modificando-a, constituindo e criando meios para reprodução da vida em sociedade. Neste sentido,

o trabalho constitui, assim, uma dimensão fundamental da sociedade humana, visto que possibilita uma ‘dupla transformação’: à medida que intervém na natureza, transformando-a, o ser humano transforma a si próprio. (SILVA, 2010, p.54).

É a partir da apropriação privada da natureza e do trabalho vivo, no marco da reprodução do capital, que se situa o antagonismo das relações socioambientais. Na sociedade do capital, o desenvolvimento das forças produtivas indica a direção do lucro em detrimento da vida. A natureza fornece as bases necessárias para a sobrevivência biológica humana, mas também sustenta as bases sociais, econômicas, políticas e culturais imprescindíveis para o desenvolvimento na Terra. Dessa forma, nas relações sociais capitalistas, a natureza e o trabalho vivo são apropriados e constituem elemento básico para gerar mais lucros ao capital, excluindo dessa dinâmica social complexa quem não consegue produzir aos moldes acumulativos.

Após a década de 1970, com a financeirização do capital, a forma de produzir socialmente ingressa em uma nova fase de reprodução do capital, baseado na acumulação flexível e ampliação da exploração do trabalho e da natureza. Com o passar dos anos, com a disseminação do capitalismo em dimensão global, a desvalorização do trabalho vivo, crises cíclicas, cada vez mais severas e prolongadas, fazem parte das relações sociais que reproduzem a lógica do capital.

Os esgotamentos ocasionados pela forma de produzir socialmente, consequências inerentes à sociedade do capital, geram sequelas ao ambiente, à sociedade e a dignidade humana. A poluição das águas em detrimento da extração de minerais, a degradação de florestas em detrimento do agronegócio, a destruição da dignidade humana em detrimento da força de trabalho não paga. A barbárie do capital se apresenta como ecológica, econômica,

social e cultural. Atinge as variadas dimensões da vida e eleva a condição humana à lógica capitalista.

Silva (2010) compreende a questão socioambiental como um conjunto de “deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos.” (SILVA, 2010, p.67). Na visão de Leff (2014), a questão socioambiental é “uma problemática eminentemente social, gerada por um conjunto de processos econômicos, políticos, jurídicos, sociais e culturais.” (, p. 241).

O projeto ético político reafirma o trabalho do profissional de Serviço Social, pautado na promoção da justiça social, universalização dos bens de serviços, bem como ao acesso às políticas públicas, na garantia da cidadania e direitos dos usuários (NETTO, 1999). Por atuar frente às expressões da questão social, o assistente social opera na efetivação das políticas sociais e na garantia dos direitos sociais. Neste sentido, por ocupar diversos segmentos na sociedade, seja na educação, saúde, assistência, iniciativa privada, terceiro setor, ambiental, habitação, jurídico, dentre outras áreas, o assistente social se dedica à justiça social, garantindo, dessa forma, a implementação das políticas sociais conforme o cotidiano de atuação profissional (IAMAMOTO, 2009), configurando-se como um profissional generalista e apto para atuar em várias áreas. Sendo assim, cabe à percepção profissional frente às expressões da questão social que permeiam os diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

A dissertação de Bourckhardt (2010), intitulada “Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social”, constitui um importante estudo que abarca a identificação das tendências das produções sobre o meio ambiente nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Através do estudo de Bourckhardt (2010), foi possível visualizar as produções referentes à temática ambiental e Serviço Social. Em um levantamento entre os anos de 1998 a 2008, a autora constatou que apenas vinte e quatro dissertações e 6 teses, de um total de 1263 dissertações de mestrado e 512 teses de doutorado, defendidas em 16 programas de pós-graduação em Serviço Social, contemplam a temática ambiental, ou seja, apenas 1,17%. A autora enfatiza o reduzido número de produções na área, mesmo onde há a existência de linhas de pesquisas que focam a questão ambiental, urbana e territorialidade nos programas de pós-graduação em Serviço Social.

Silveira (2015) realizou a pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “Questão ambiental e sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social”. A pesquisa objetivou analisar as produções oriundas de Programas de Pós-graduação em Serviço Social. O autor constatou que, entre os anos de 2002 e 2012, o número de produções ainda era incipiente, mas o trabalho também objetivou compreender os fundamentos que embasam as análises das dissertações e teses a partir da forma como são discutidas e analisadas a relação entre sociedade e natureza, traçando as tendências dos trabalhos com base no pensamento de Foladori (2005). No período entre 2002 e 2012, o autor apresentou 59 dissertações e 14 teses que debatem, em suas pesquisas, temas relacionados à questão ambiental e sustentabilidade. No entanto, foi usado como critério a região dos programas para delimitação da pesquisa, sendo selecionadas 5 dissertações e 4 teses, totalizando 9 trabalhos analisados.

Percebe-se o tímido crescimento de trabalhos sobre a questão ambiental nas análises dos autores supracitados, entretanto, não foi encontrado o estado da arte nos períodos entre 2012 a 2018. Ainda assim, os fundamentos analisados na pesquisa de Silveira partiram das tendências específicas sobre a relação sociedade e natureza e desenvolvimento sustentável, sendo analisado apenas um trabalho por região, priorizando a pluralidade de correntes, sendo estas: ecologia profunda, ecocentrista, antropocentrismo crítico e antropocentrista tecnocentrista. Sobre as tendências relacionadas ao desenvolvimento sustentável, somente utilizou-se a “transformacionista”.

Estas pesquisas desvelam a carência de pesquisas sobre Serviço Social e a questão ambiental ao tempo em que fundamentam o interesse investigativo na medida em que reforçam a necessidade não só de compreender, como também de aprofundar a discussão sobre a questão ambiental neste campo de atuação. O Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão social e técnica do trabalho, como também em processos de trabalho coletivos e atua nas expressões da questão social, sendo a questão ambiental integrante dessas expressões. Dessa forma, a profissão apresenta um aparato teórico e metodológico que permite a análise da sociedade em sua totalidade, a partir do movimento contraditório e dialético da realidade. Nesse interim, nos limites estruturais de reprodução do capital e no recrudescimento das contradições entre classes, do conservadorismo e do avanço neoliberal, a questão ambiental vem interferindo cada vez mais na realidade de países dependentes como o Brasil. Compreender a questão ambiental como integrante do processo de reprodução das relações sociais é de suma importância para a profissão.

Os motivos que me instigam para realização da pesquisa em questão perpassam por uma série de conjunturas. Durante a graduação no curso de Serviço Social, conheci o trabalho profissional do assistente social na atuação da questão ambiental. Desde então, me dedico à área e a compreendo como expressão da questão social, inserida no cotidiano da nossa profissão. Após a graduação, ingressei como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE) e como formadora no “Projeto Sala Verde na UFS¹”, que se constitui terreno propício para discussões, reflexões, pesquisas e ações, através da formação de professores nos interiores sergipanos, promoção de eventos em Educação Ambiental, organização de livros, promoção e difusão da Educação Ambiental no estado de Sergipe e no Brasil. Concomitante ao ingresso no GEPEASE, cursei a especialização em Educação Ambiental e venho desenvolvendo, desde então, pesquisas e estudos sobre a questão ambiental, relações socioambientais, Educação Ambiental e formação profissional.

Ao ingressar no mestrado acadêmico no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, propus-me a estudar a dimensão ambiental no processo de formação do assistente social, a fim de compreender como ocorre este processo e a sua importância para a formação dos futuros profissionais. Atuei três anos em uma organização não governamental na execução do Programa Petrobras Agenda 21² em comunidades sergipanas. Atuei um ano como docente e coordenadora do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes, instituição em que concluí a graduação. No período em que desenvolvi as atividades docentes, submeti um projeto de iniciação científica que foi aprovado com bolsa para duas alunas e com o objetivo de identificar as ações e projetos, em Educação Ambiental, desenvolvidos por assistentes sociais nos municípios sergipanos. Atualmente, me dedico à Revista Sergipana de Educação Ambiental, onde desenvolvo o trabalho de editoração eletrônica e me destino à difusão de estudos, pesquisas e práticas sobre o trabalho do assistente social na área ambiental.

¹O Projeto Sala Verde é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) criado com a proposta de implementação de centros de Educação Ambiental no Brasil. Desde 2005, após concorrer ao edital do MMA, a UFS juntamente a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental (GEPEASE) desenvolvem o Projeto “Sala Verde na UFS” não somente com o espaço de informação e acervos em Educação Ambiental, como também na formação continuada de professores da rede municipal do Estado de Sergipe, na criação e desenvolvimento de pesquisas, projetos e ações de extensão que visam a promoção da Educação Ambiental Crítica. (GEPEASE, 2015)

² Programa de ação com base no planejamento participativo cujo escopo permeia a promoção de sociedades sustentáveis pautada na emancipação dos sujeitos. A Agenda 21 foi criada em 1992 na Conferência RIO 92 como resultado de projeções para o novo milênio, partindo tanto para o desenvolvimento de Agenda 21 Global, bem como Agenda 21 nacional, local e comunitária.

Em julho de 2020 recebi o convite para lecionar no curso presencial de Serviço Social do Centro Universitário AGES, localizado na cidade de Paripiranga, no estado da Bahia. Na oportunidade, lecionei as unidades curriculares de Materialismo Histórico e Dialético, Planejamento Social e Gestão Democrática, Movimentos Sociais, Questão Social, Trabalho e Sociabilidade e Sistema de Proteção Social. A experiência consistiu no desenvolvimento de ensino remoto até 2021.

Desta forma, acredita-se que os fundamentos da questão ambiental, atrelados à questão social, ainda necessitam ser maiormente debatidos e disseminados, na tentativa de se ampliar a reflexão sobre a questão ambiental, integrando-a ao movimento do cotidiano que perpassa o tempo presente, distanciando-a, assim, do pensamento único da questão isolada, desarticulada com a contradição fundamental entre capital e trabalho.

O problema proposto para análise refere-se a um contexto que permeia as dissertações e teses desenvolvidas por assistentes sociais sobre a questão ambiental nos programas de Pós-graduação em Serviço Social do Brasil. Sendo assim, com base no projeto ético político profissional, a presente tese tem como problema: De que forma a questão ambiental é abordada nas dissertações e teses construídas por assistentes sociais nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social brasileiros?

Diante do exposto, defende-se, como tese central, que as construções científicas acadêmicas, oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, estão ancoradas em um arcabouço baseado no projeto ético político profissional, ao tempo em que pouco se articula sobre a questão ambiental como expressão da questão social no eixo da contradição fundamental entre capital e trabalho.

A presente pesquisa objetivou analisar as condições econômicas, políticas, sociais e culturais da ascensão da questão ambiental no campo do Serviço Social brasileiro. Dentre os objetivos específicos, propus evidenciar como a questão ambiental tem sido apresentada nas pesquisas realizadas no Serviço Social brasileiro; desvelar os fundamentos da questão ambiental no Serviço Social e, por fim, indicar as principais tendências no que se refere ao trabalho do assistente social no enfrentamento à questão ambiental, expressas nas pesquisas.

Percurso Metodológico

O objeto de pesquisa em questão trata da construção de conhecimento nos programas de Pós-Graduação em Serviço Social, sobre a questão ambiental no Brasil.

As delimitações temporais, espaciais e o referencial teórico que embasaram a pesquisa, partem do objeto em questão. Portanto, pretendeu-se, a partir da teoria social crítica, em uma perspectiva de totalidade, a busca da essência do objeto investigativo, suas contradições a partir do movimento dialético, a fim de traçar as condições sociais, econômicas, políticas e culturais de aproximação do Serviço Social com a questão ambiental, assim como apresentar os fundamentos e as tendências inseridas nas dissertações e teses dos programas de Pós-graduação em Serviço Social. Para tanto, o objeto de estudo será analisado sob a ótica do método dialético.

Optou-se pela abordagem quantitativa para desvelar a extensão das dissertações e teses de conhecimento desenvolvidas nos programas de Pós-graduação no Brasil. A pesquisa quantitativa integra uma das qualidades do objeto estudado, estando, portanto, associada à dimensão que compõe o todo (MINAYO, 1994). É necessário compreender a extensão do objeto como parte da compreensão do todo, bem como a sua profundidade (RAIZ ENGLER, 2006). Desta forma, a pesquisa quantitativa “busca explicar as causas das mudanças nos fatos sociais, principalmente, por meio de medida objetiva e análise quantitativa.” (RAIZ ENGLER, 2006, p.30).

Para quantificar as dissertações e teses e, posteriormente, analisá-las, é necessário elencar critérios, tais como a definição em analisar somente as dissertações e teses de programas de Pós-graduação em Serviço Social que apresentem autorização para oferta de mestrado e doutorado. Tal definição justifica-se na necessidade de analisar, em um mesmo programa, as dissertações e teses que se dedicaram à pesquisa sobre a questão ambiental. Outro critério utilizado para busca das dissertações e teses foram as palavras-chave: questão ambiental, questão socioambiental, meio ambiente, sociedade e natureza, recursos naturais, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, Educação Ambiental, gestão ambiental e material reciclado. A busca pelas dissertações e teses ocorreu por meio do acesso aos *sites* dos programas de Pós-graduação em Serviço Social. Antes da busca pelas publicações, o *site* da CAPES foi acessado para identificar os Programas de Pós-graduação em Serviço Social que

ofertam cursos de mestrado e doutorado. Estas informações foram acessadas na Plataforma Sucupira, onde estão disponíveis dados sobre os Programas de Pós-graduação do Brasil.

Com base no objeto de estudo, delimitou-se o estudo das dissertações e teses construídas por assistentes sociais em Programas de Pós-graduação em Serviço Social.

Quadro 1. Cursos Avaliados e Reconhecidos

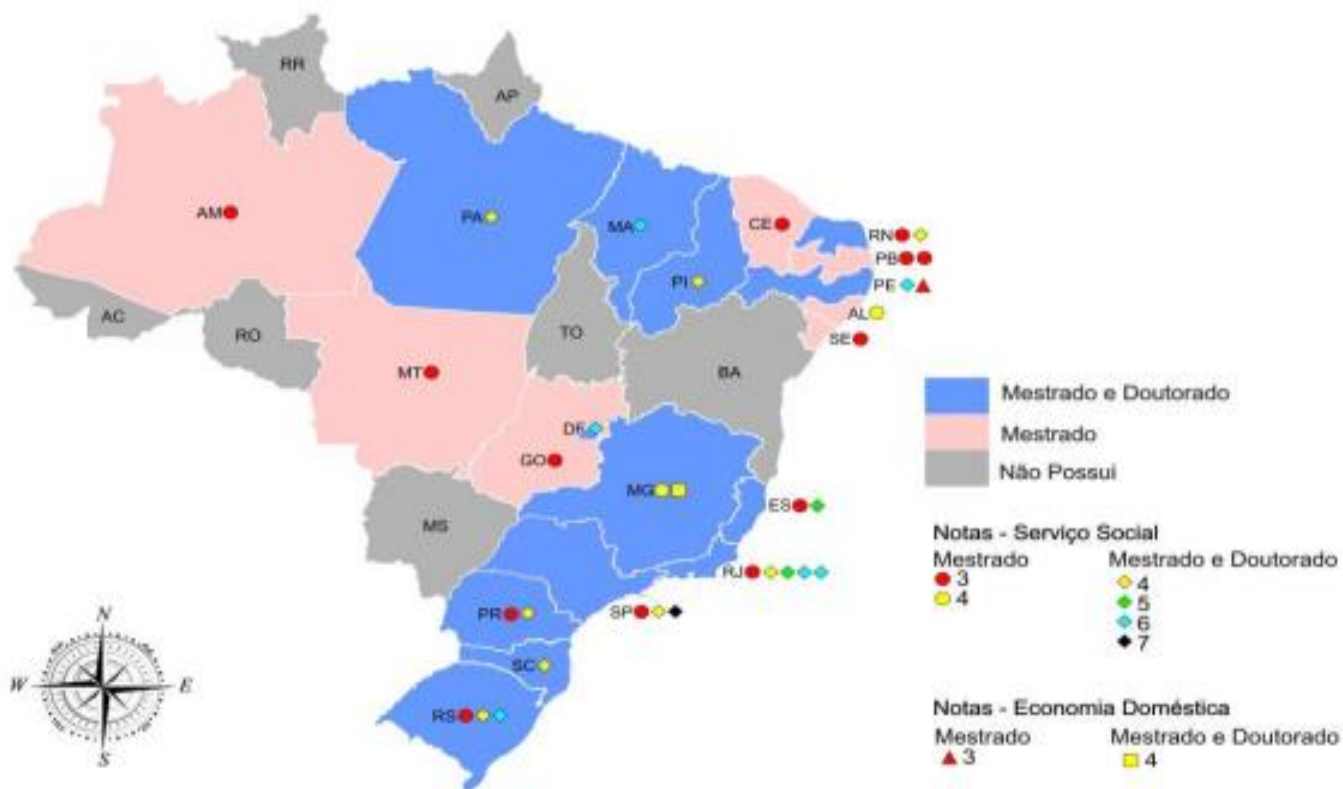
Total de Programas de Pós-graduação						Totais de cursos de Pós-graduação		
Nome	Área de Avaliação	Total	ME	DO	ME/DO	Total	ME	DO
Economia Doméstica	Serviço Social	1	1	0	0	1	1	0
Serviço Social	Serviço Social	36	16	0	19	56	36	19
Totais		37	17	0	19	57	37	19

Fonte: Capes (2018).

Conforme o Relatório de Avaliação Quadrienal de 2017, na área 32 de Serviço Social, são 34 Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Na figura 1, está apresentada a distribuição dos programas no território brasileiro. Em 2016, dos 34 programas de Pós-graduação em Serviço Social, 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02 estão na região Norte (6%). Assim, 69,7% dos Programas se concentram nas regiões sudeste e nordeste (CAPES, 2017).

Em 2018, os programas de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Tocantins e Universidade Federal da Bahia tiveram os cursos de mestrado aprovados nas instituições, contemplando os 36 programas em 2018.

Figura 1. Distribuição geográfica dos PPGs da área 32 em 2016



Fonte: Capes, 2017.

Após a pesquisa realizada na Plataforma Sucupira, os *sites* de 19 programas foram acessados e, assim, iniciadas as buscas das teses e dissertações defendidas entre os anos de 2012 a 2018. A delimitação temporal advém das publicações já existentes sobre a questão ambiental e as teses e dissertações em Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, sendo a dissertação de Bourckhardt (2010), entre os anos de 1998 a 2008, e a dissertação de Silveira (2015), entre os anos de 2002 e 2012, ambas defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

O quadro, a seguir, apresenta a primeira busca por teses e dissertações que versam sobre a questão ambiental, em programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

Quadro 2. Quantitativo de dissertações em teses sobre a questão ambiental em Programas de Pós-graduação.

UNIVERSIDADE	TESES	DISSERTAÇÕES
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)</u>	0	0
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)</u>	0*	1
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)</u>	4	2
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)</u>	0*	3
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)</u>	1	0
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)</u>	0	1
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)</u>	1	2
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)</u>	2	2
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)</u>	0*	1
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)</u>	0*	1
<u>UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (UNESP)</u>	1	5
<u>UNIVERSIDAD EESTADUAL DE LONDRINA (UEL)</u>	0	0
<u>UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)</u>	0	1
<u>UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)</u>	0	0
<u>UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS (UCPEL)</u>	0	2
<u>POTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC/RS)</u>	0	0
<u>PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-RIO)</u>	0	1
<u>POTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO(PUC/SP)</u>	0	1
<u>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (FUFPI)</u>	1	0
TOTAL	10	23

Fonte: dados da pesquisa em 2018.

Os programas que apresentam o asterisco na opção teses, não dispõem de trabalhos defendidos em decorrência da recente aprovação da CAPES para o desenvolvimento do doutorado no programa. Desta forma, se aplica essa situação na UFAL, UFJF, UFPA e UFRN.

A proposta de doutorado em Serviço Social, pela Capes, para o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, foi aprovado em 2016. O curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade

Federal de Juiz de Fora, foi aprovado em 2018. Já o curso de doutorado da Universidade Federal do Pará foi aprovado em 2016, no mesmo ano do programa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No quadro 2, foi realizada a busca por dissertações e teses com base nas palavras-chave apresentadas anteriormente. Em seguida, verificou-se a formação profissional dos autores dos trabalhos, no intuito de conferir se foram construídos por assistentes sociais ou bacharéis em Serviço Social. Das 23 dissertações, 18 foram construídas por assistentes sociais e, das 10 teses, 7 desenvolvidas por assistentes sociais. Dentre as áreas de formação dos pesquisadores que desenvolveram trabalhos sobre a questão ambiental em Programas de Pós-graduação em Serviço Social, e não serão incluídos na pesquisa, estão graduados em Direito, Pedagogia e Administração.

Desta forma, utilizando a abordagem qualitativa, busca-se identificar o significado da questão ambiental para o Serviço Social e os fundamentos existentes na construção de conhecimento sobre a questão ambiental, instituídas em dissertações e teses defendidas em programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Para desvelar tais desafios, será necessária profundidade no trato do universo de significados (MINAYO, 1994).

A pesquisa é do tipo bibliográfica e documental. Dentre as referências bibliográficas, serão analisadas integralmente as 18 dissertações e 7 teses que discutem sobre a questão ambiental desenvolvidas em Programas de Pós-graduação em Serviço Social do Brasil.

Dentre as dissertações analisadas, estão:

Quadro 3. Lista de dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Serviço Social que discutem questão ambiental.

ANO	UNIVERSIDADE	PESQUISA
2012	UFSC	Dissertação: A Implementação da Política de Educação Ambiental do município de Florianópolis: novas demandas ao serviço social. 2012- Autora: Leticia Soares Nunes
	UFPE	Dissertação: Sindicalismo rural, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma aproximação crítica/ 2012 – Autora: Mônica Regina Gomes da Silva
	UNESP	Dissertação: A atuação do Assistente Social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS). 2012 – Autora: Mara Regina Dias
2013	UERJ	Dissertação: A produção social do espaço,

		desenvolvimento capitalista e conflitos socioambientais: a implantação da TKCSA em Santa Cruz, 2013. Autora: Fabiane Agapito Campos de Souza
2014	UFRJ	Dissertação: Estudos sobre a natureza morta: a produção de alimentos à sombra de produção de valor. 2014 – Autora: Gabriella de Souza Xavier
	UFAL	Dissertação: A relação homem/natureza: a destruição da natureza na sociabilidade capitalista. 2014. Autora: Ana Cláudia do Nascimento Santos
2015	UFRJ	Dissertação: Agricultura em tempos caducos: sobre a teimosia do colapso natural. 2015. Autor: Rafael Santiago Mendes
	UFSC	Dissertação: Questão ambiental e sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social. 2015- Autor: João Paulo Borges na Silveira.
	UFPE	Dissertação: Produção de Conhecimento do Serviço Social Sobre a Questão Ambiental: uma análise de seus fundamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos. 2015 - Autora: Silvana Crisostomo da Silva.
	UNESP	Dissertação: As vozes e as visões dos catadores de materiais recicláveis sobre o meio ambiente. 2015 – Autora: Barbara Oliveira Rosa
2016	UFRN	Dissertação: Barbárie ecológica, direito à saúde e dengue: (des) configurações de uma doença socioambiental na cidade do Natal/RN. 2016 – Autora: Amanda Santos de Paiva
	UFPA	Dissertação: Mercado de terras, apropriação e exploração dos recursos naturais na Amazônia: o caso da Gleba Nova Olinda no estado do Pará. 2016 - Autora: Vânia Lúcia Lemos Catete
	UNESP	Dissertação: Questão socioambiental e suas inter-relações com o serviço social. 2016 – Autora: Tatiane Pereira da Silva
	PUC Rio	Dissertação: A importância da mobilização comunitária no enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres. 2016. Autor: João Batista Pereira da Silva
	PUC São Paulo	Dissertação: Serviço social e saúde ambiental: desafios e possibilidades de atuação no centro da cidade de São Paulo. 2016. Autora: Priscilla Nunes Rezende
2017	UFJF	Dissertação: O Rompimento de Fundão: questão ambiental e crimes industriais sob a lógica capitalista. 2017, Autora: Nicole Alves Espada Pontes
	UNESP	Dissertação: Serviço Social e educação ambiental: um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP. 2017 – Autora: Andréa Aparecida da Silva Anitelli

2018	UFES	Dissertação: Histórias vividas, histórias contadas: refazendo território de regência após o crime ambiental da Samarco no Rio Doce. 2018 - Autora: Angélica do Nascimento Martins
	UNESP	Dissertação: O trabalho do assistente social e a questão socioambiental: dimensão educativa em perspectiva. 2018 – Autor: Antonio Inácio da Silva.

Fonte: Páginas dos Programas de pós-graduação em Serviço Social

As dissertações e teses apresentadas foram pesquisadas nas páginas dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social selecionadas conforme os critérios já apresentados.

Quadro 4. Lista das teses defendidas em programas de pós-graduação em Serviço Social que discutem a questão ambiental.

ANO	UNIVERSIDADE	PESQUISA
2012	UFPE	Tese: Na trilha da ecologia política: a construção da barragem de Pirapama e a Associação Vanguarda Ecológica no município do Cabo de Santo Agostinho, 2012. Autora: Cícera Maria dos Santos
2013	UFRJ	Tese: O horror do paraíso: onde a natureza se transforma em paisagem e a paisagem se transforma em mercadoria, 2013. – Autor: Luiz Marcos De Lima Jorge
2014	UFRJ	Tese: Politização da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política. 2014– Autora: Monica Aparecida Grossi
2015	UNESP	Tese: O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS. 2015, Autora: Enilda Maria Lemos
2016	-	
2017	UFRJ	Tese: O Serviço Social e as questões socioambientais: o meio ambiente como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais, 2017; - Autora: Gisele Oliveira de Alcantara
2018	UFMA	Tese: O Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia legal: “velhas” e “novas” demandas profissionais. 2018 – Autora: Mariana Cavalcanti Braz <i>Berger</i> .
	UFSC	Tese: Questão socioambiental e formação profissional: o que o Serviço Social tem a ver com esse debate? 2018. Autora: Letícia Soares Nunes

Fonte: Páginas dos Programas de pós-graduação em Serviço Social

A presente pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado "A emergência da questão ambiental na história do Serviço Social Brasileiro: primeiras aproximações.", é apresentado o contexto de aproximação do Serviço Social com o debate ambiental. Para apresentar esse contexto, iniciou-se do movimento de Reconceituação e de Renovação do Serviço Social brasileiro, o processo de ruptura com o conservadorismo e as condições políticas, econômicas, ambientais e culturais que possibilitaram a aproximação do Serviço Social com a perspectiva de totalidade dialética e histórica. O avanço do ambientalismo e dos movimentos sociais no contexto da década de 1980 e 1990, juntamente com o método em Marx e o contexto de aprofundamento da questão ambiental na realidade brasileira, incidiram nas primeiras produções do Serviço Social sobre questão ambiental a partir da década de 1990.

No segundo capítulo intitulado "O significado da questão ambiental para o Serviço Social brasileiro", é apresentado de forma breve elementos para refletir sobre os limites de reprodução do capital e a questão ambiental em meio ao cenário de crise estrutural do capital e seus rebatimentos na realidade brasileira. Nesse capítulo também é apresentado o movimento ambientalista e de justiça social, assim como as lutas sociais nesse contexto.

No capítulo intitulado "A construção de conhecimentos sobre a questão ambiental na categoria profissional" é refletido sobre a pesquisa, a construção de conhecimentos no campo do Serviço Social. Neste capítulo as dissertações e teses pesquisadas são analisadas a partir do método de análise, os fundamentos apresentados nas pesquisas, a atuação profissional do assistente social na gestão ambiental e com a Educação Ambiental, os dilemas e desafios apresentados nas pesquisas, finalizando com as tendências e a atuação do assistente social na questão ambiental.



Fonte: Rafael Sica, 2019.

1. A emergência da questão ambiental na história do Serviço Social brasileiro: primeiras aproximações.

"A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas."
Karl Marx, Manuscritos Econômicos-Filosóficos

O Serviço Social como profissão surge resultante de um amplo contexto social, político econômico e cultural. São construídos condicionantes históricos e sociais que subsidiam a demanda por um profissional qualificado. Ou seja, são nas relações sociais de produção capitalistas que o significado social da profissão é desvelado, quando são estabelecidas a sua relação de assalariamento.

Em termos de América Latina, temos, como referência histórica, a criação da primeira Faculdade de Serviço Social no Chile, em 1926. A década de 1920, na realidade chilena, é marcada pelo cenário de surgimento de novas classes sociais, assim como ampliação da reprodução do capital nas formas do desenvolvimento industrial, o que acarretou na exploração da força de trabalho assalariada e forte influência estrangeira. Nesse sentido, a organização operária atuou pressionando massivamente o Estado exigindo respostas. O rápido crescimento econômico industrial chileno alavancou a miséria e a exploração do trabalhador. Segundo Castro (2000), o crescimento urbano, desencadeado pela ampliação industrial, gerou um movimento de retirada dos camponeses de suas terras, que se viam obrigados a ocuparem as cidades. A ampliação das cidades e da miséria, resultantes da reprodução do capitalismo, criaram condições para a organização e criação da primeira escola de Serviço Social da América Latina.

Na realidade brasileira, o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social data de um cenário marcado pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, além de mudanças significativas nos modelos econômicos brasileiros, de agroexportador para urbano industrial, transformando radicalmente o cenário do campo e das cidades.

O Serviço Social se constituiu, enquanto profissão, a partir da sua inserção no mercado de trabalho, no contexto do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Tal inserção é reconhecida pelo Estado, no enfrentamento às expressões da questão social por meio da operacionalização das políticas sociais. A existência de um espaço profissional na

sociedade capitalista monopolista o leva à sua profissionalização. Essa perspectiva histórico-crítica (MONTAÑO, 2009) evidencia o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Assim, no contexto do seu surgimento como profissão, o Serviço Social tem no Estado Burguês o seu maior empregador, assumindo um projeto de sociedade. Além disso, historicamente, existiram influências estrangeiras no referencial teórico-metodológico, ao longo do desenvolvimento da profissão, que se deram pelas vias europeias e norte-americanas, no momento em que se buscavam referenciais metodológicos para fundamentar o trabalho social, e que persistiram até a década de 1960. Período em que se iniciam questionamentos sobre o Serviço Social tradicional em nível de América Latina e Brasil, sobretudo no contexto da ditadura civil militar na realidade brasileira, assim como no desenvolvimento do capitalismo tardio e dependente, tendo o Estado como seu maior aliado.

O desenvolvimento do fundamento teórico do Serviço Social, inicialmente, bebe da influencia teórica conservadora europeia, seguido, a partir da década de 1940, da sociologia conservadora norte-americana. Após o ano de 1964, inicia-se o período de renovação e retomada da herança conservadora na profissão (IAMAMOTO, 2014).

A década de 1960 consubstanciou-se em profundas transformações econômicas, culturais e políticas que rebateram mundialmente. Paulo Netto (2015) menciona o período como o núcleo de profundas crises civilizatórias de base urbano-industrial. O período supracitado apresenta os primeiros indícios de exaurimento do desenvolvimento capitalista, após longos anos “dourados” de crescimento econômico no pós-guerra.

O período da década de 1960 também marca a denúncia global da degradação ambiental a níveis planetários, liderado por organismos unilaterais e por movimentos ambientalistas. O contexto dessa eclosão se dá em meio ao aprofundamento do capitalismo monopolista, fase marcada pela mercantilização da vida e financeirização das relações humanas, pela ampliação das desigualdades, exploração da vida e expropriação do trabalho vivo pelo capital.

O olhar para a questão ambiental no período supracitado, representa uma visão superficial e distante das estruturas de reprodução do capital, cuja essência focaliza nas relações humanas e no sujeito ser humano moralmente responsável pelos seus atos no “trato” com a natureza. Essa visão reflete em documentos resultantes de grandes eventos, como o

Clube de Roma, em 1968, cujo resultado principal está condensado no livro intitulado “Limites do Crescimento”, em que direciona como cerne da questão ambiental o aumento populacional no planeta.

Ao tempo em que as grandes conferências atuavam como centros de debates internacionais sobre a discussão da questão ambiental em escala planetária, as respostas dadas nessas conferências reforçavam a dependência de países em “desenvolvimento”, assim como atribuíam a pobreza e a desigualdade à questão ambiental e degradação dos recursos naturais, exaurindo a responsabilidade do imperialismo capitalista global.

O presente capítulo apresenta uma breve reflexão sobre o cenário econômico, político, social e cultural de construção da renúncia ao conservadorismo na profissão iniciada no Movimento de Reconceituação e do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, como ponto de partida para compreender a ascensão da questão ambiental no campo do Serviço Social e as tendências evidenciadas nessa primeira aproximação.

1.1 A América Latina e o Brasil na construção do movimento de Reconceituação e do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro

A definição da presente subseção como ponto inicial para refletir sobre as condições sociais, políticas e econômicas que subsidiaram a aproximação do Serviço Social com a questão ambiental, justifica-se nas profundas transformações vivenciadas pelo Serviço Social a partir da década de 1960. Isso implica afirmar que ambos os movimentos, principalmente o movimento de renovação vivenciado na realidade brasileira, denotam para um contexto particularizado pelo exaurimento do padrão de desenvolvimento capitalista, com amplos rebatimentos na sociedade brasileira, assim como no Serviço Social.

São criados condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais para contestação do Serviço Social tradicional em meio ao desenvolvimento de um projeto de modernização conservadora vivida no Brasil, no período, denominado por Paulo Netto (2015), de autocracia burguesa, anos em que perdurou a ditadura civil militar. Tais condicionantes também suscitaram na preparação de um “terreno” favorável para a organização popular questionar os reflexos da agudização da exploração e desenvolvimento capitalista da época.

A erosão do Serviço Social tradicional, conforme Paulo Netto (2015), não esteve resumido à realidade brasileira, mas se tratou de um fenômeno internacional, com formas diferenciadas e particularizadas, sob o cenário tensionado pelo aprofundamento das expressões da questão social. Sendo assim, o Movimento de Reconceituação na América Latina integra esse processo internacional da erosão do Serviço Social tradicional sob o contexto social, econômico e político, ou, como afirma Paulo Netto (2015, p.191, grifos do autor): “a reconceitualização está nitidamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960: *a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento*”.

Neste sentido, o movimento de Reconceituação na América Latina, gestado em um contexto propício, vai indagar sobre o papel e a eficácia da atuação profissional frente à particularidade das expressões da questão social no solo latino-americano. Assim como o relacionamento profissional com a classe trabalhadora e a dimensão política, construídos por segmentos organizados que vinham edificando um protagonismo político. Essa movimentação e questionamentos deram início à fragmentação das bases tradicionais na profissão (PAULO NETTO, 2015).

Tais bases tradicionais, presentes no Serviço Social, consistiam na influência da igreja e o referencial conservador, além das metodologias de desenvolvimento de casos, grupo e comunidade que apresentavam como fundamento o funcionalismo positivista. Conforme Castro (2000), o funcionalismo presente nos procedimentos de caso, grupo e comunidade, reduz a questão social a problemas técnicos e esses “problemas” possuem fórmulas que respondem a diferentes contextos e intervenções profissionais. Em se tratando de América Latina e a realidade de dependência de muitos países e avanço imperialista, essas fórmulas não se encaixavam e dificilmente foi possível identificar respostas similares para contextos similares.

Da mesma forma, Castro (2000) nos abre dois questionamentos sobre dada realidade na América Latina: “a coerência e o significado real do discurso contido nos textos sobre desenvolvimento de comunidade; de outro, o impacto que o desenvolvimento de comunidade teve sobre o Serviço Social no continente.” (CASTRO, 2000, p. 143).

Para Macedo (1981), o positivismo esteve presente no Serviço Social desde o “início” da profissão, quando a mesma se colocou no campo da “patologia social”. Neste

processo, a ênfase maior voltava-se ao estabelecimento de metodologias eficazes para solucionar determinados problemas sociais. É nesse movimento que as soluções pelas vias metodológicas, principalmente as de influência norte-americana, sem a devida revisão crítica, se tornaram preocupantes para o Serviço Social latino-americano.

Assim, o Movimento de Reconceituação emerge como revisão da profissão e crítica às metodologias que fomentavam uma dicotomia entre a teoria e a prática profissional, propondo o rompimento com o Serviço Social tradicional. O movimento consistia, em sua essência, em uma gama heterogênea de tendências e perspectivas. Conforme Macedo (1981), a distinção entre correntes epistemológicas também se fazia presente.

Segundo o autor supracitado, o movimento apresentou algumas rupturas que consistiu no questionamento de proposição de soluções e práticas como resposta a problemas sociais, centradas em indivíduos sem a contextualização social; a utilização de um referencial teórico distinto da realidade latino-americana; fase do metodologismo focado nos métodos de Serviço Social de caso, grupo e comunidade; apropriação de concepções terapêuticas e psicologizantes; ênfase em práticas sem a devida preocupação com a fundamentação teórica, isolada e puramente técnica. Como proposição é elencada a necessidade de adequação do Serviço Social à realidade latino-americana por meio da busca de novos referenciais teóricos, novos referenciais metodológicos e a construção e elaboração de uma leitura do Serviço Social partindo do solo latino-americano (MACEDO, 1981).

Conforme Paulo Netto (1986), o processo de reconceituação teve um papel central: “produziu um tipo de ambiência onde a insegurança e a desorientação próprias do Serviço Social tradicional saltaram à luz do dia, (...)” (p.63). A crise do Serviço Social tradicional eclode permeada por uma profissão de prática burocrática, empirista, paliativa, fundamentada em uma perspectiva funcionalista.

A ruptura com o Serviço Social tradicional, como nos referimos acima, parte de um cenário particularizado pelo desenvolvimento capitalista na realidade dependente de países da América Latina, especialmente o Brasil. Nesse sentido, a contestação das “práticas” tradicionais inicia de fora para dentro (PAULO NETTO, 2015). Ou seja, as contestações sobre a profissão e suas “práticas” tradicionais partem dos movimentos da sociedade que necessitava da intervenção profissional. Segundo Paulo Netto (2015), esse movimento somente atinge o interior da profissão a partir da convergência de três vetores: a oposição ao

funcionalismo, o afastamento do Serviço Social com a Igreja e, por fim, o movimento estudantil. Este último, segundo o autor supracitado, apresentou uma característica peculiar no processo de contestação, pois o movimento estudantil estava presente nas escolas de Serviço Social e, de diferentes formas, colaboraram para questionar e contestar o tradicionalismo presente na profissão e na formação profissional.

Conforme Iamamoto (2019), esse impulsionamento do Movimento de Reconceituação pelas lutas sociais na América Latina é destacado pela experiência cubana no movimento das lutas sociais, que se estendeu às universidades, ao campo das ciências sociais e se ampliou a um contexto cultural que envolveu a arte, o cinema e o teatro, a igreja e os movimentos estudantis, debatendo no I Seminário de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em 1965.

O I Seminário de Serviço Social, em 1965, contou com a articulação entre um grupo de professores e estudantes brasileiros e especialmente gaúchos, argentinos e uruguaios. O contexto da preparação e articulação para a realização do seminário, que deu início ao processo de contestação do Serviço Social tradicional na América Latina, ocorreu logo após o golpe militar de abril de 1964. Segundo Scheffer, Closs e Zacarias (2019), o acirramento contra a dominação burguesa no Brasil, de bases desenvolvimentista e anti-imperialista, motivou os setores conservadores nas formas de organização política em dimensão nacional, aliado a um contexto internacional da vitória socialista de cuba e os reflexos da Guerra Fria na América Latina.

Entre o período de 1961 a 1964, sob o governo de João Goulart, estavam em destaque importantes reformas de base, dentre elas a criação da Superintendência da Política e Reforma Agrária e a lei que permitia a apropriação de terras às margens de rodovias, além de medidas que objetivavam a modernização do país. O golpe de 1964 teve como influência o desenvolvimento do capitalismo monopolista.

A década de 1960 é datada como início do exaurimento das longas ondas produtivas do capitalismo mundial. O fim dessa onda expansiva decorre da queda na taxa de lucros e da grande produção de mercadorias, ocasionando a queda na oferta de empregos, da renda e de investimentos, iniciada na década de 1940 com o pós-guerra. Nos anos de 1966 a 1967, a desaceleração na expansão já indicava baixas taxas de crescimento, aumento do desemprego e queda na produção. O que antes era tido como crescimento das forças produtivas, passou a

produzir desperdício de materiais. A reestruturação produtiva do ciclo de reprodução do capital foi a resposta à crise. Desta forma, outro patamar de acumulação começou a se firmar com a hegemonia do capital financeiro e o aprofundamento da reorganização internacional do trabalho.

Em termos de América Latina, o fim dos anos dourados de desenvolvimento capitalista motivava a abertura econômica dos países latino-americanos para os países centrais como estratégia para redistribuir os efeitos da crise. Já na década de 1970, os países de economia periférica assumiam dívidas externas acumuladas que cresciam com o passar dos anos. A burguesia investia na modernização pelas vias ditatoriais que iniciou no Brasil e foi se estendendo para o sul do continente (PAULO NETTO, 2015).

Sob o comando do capital financeiro, a autocracia burguesa, na realidade brasileira, necessitava atender aos interesses imperialistas. Para isso, houve o rompimento com a estrutura política, submetendo o mercado nacional à abertura externa. Tais questões apresentavam-se contextualizadas por uma formação sócio-histórica particularizada pela formação social brasileira “recém” colonial. Ou seja, uma burguesia formada com suas raízes no monopólio da terra, precocemente integrava o movimento dos monopólios assim como integrava um movimento de industrialização atrasada e diferente dos padrões europeus e ocidentais (PAULO NETTO, 2015).

Segundo Paulo Netto (2015, p. 33), “no Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados.” Essa não é uma característica somente do Brasil, mas, como afirma Cardoso de Mello (1982), o processo de industrialização operou por meio do capitalismo na América Latina particularizada por dois momentos:

“por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída.” (p. 102).

O contexto da década de 1956 se caracterizou pela transição entre o processo de industrialização restringida para o processo de industrialização pesada. Segundo Cardoso de Mello (1982), a industrialização restringida se caracterizava pela insuficiência das bases técnicas e financeiras da acumulação que permitisse o crescimento das capacidades produtivas “adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.” (p. 115).

O período da industrialização restringida vai de 1933 a 1955, quando se inicia o processo de industrialização pesada, que vai de 1956 a 1961 em sua fase expansionista. Segundo Cardoso de Mello (1982), na industrialização pesada possibilitou-se o desenvolvimento e crescimento rápido da capacidade produtiva no seguimento de bens duráveis de consumo. Essas bases de crescimento foram estruturadas no período do desenvolvimento industrial restringido e contava com forte intervenção estatal e de capital estrangeiro.

Em suma, a industrialização pesada configura um ciclo de acumulação e, por isto, compreende dois momentos: o de expansão, entre 1956 e 1961, e o de depressão, entre 1962 e 1967. A depressão manifesta-se antes por uma queda das taxas de crescimento que por uma deflação generalizada de preços e salários, tanto devido ao caráter oligopolizado dos mercados industriais, com forte preponderância da empresa internacional, quanto por causa do alto peso do investimento público, que asseguram um patamar mínimo de inversões. (CARDOSO DE MELLO, 1982, p.127).

Em 1965, um ano após a deflagração do golpe militar no Brasil, o Serviço Social Latino Americano tradicional inicia o processo de erosão, tendo como marco principal o “I Seminário Regional de Serviço Social frente às mudanças na América Latina”, ocorrido em Porto Alegre. O seminário também ficou conhecido como o momento de união profissional, além do início do movimento de contestação das bases tradicionais na profissão.

O debate da unidade profissional foi permeado pelas ideias desenvolvimentistas da CEPAL a partir da concepção de subdesenvolvimento econômico e cultural dos países latino-americanos, como particularidade histórica e estrutural do capitalismo periférico. O Estado Nacional deveria ser o indutor do desenvolvimento e da “modernização” por meio das mudanças das estruturas sociais, fortalecendo a economia “interna” e as políticas sociais. (SCHEFFER, CLOSS, ZACARIAS, 2019, p. 335).

É importante destacar que o Movimento de Reconceituação não se constituiu em um processo que representou um único movimento ou perspectiva, nem se caracterizou unicamente enquanto crítico. Conforme Scheffer, Closs e Zacarias (2019), entre os anos de 1964 a 1968, o movimento denominado “reformismo reconceituador” engajado no desenvolvimento do primeiro seminário em Porto Alegre, possibilitou aproximações com tendências que giravam em torno do “trabalhismo e da ideologia nacional-desenvolvimentista da CEPAL, articulando traços anti-imperialistas com o pensamento da esquerda cristã francesa.” (p. 335).

No contexto das particularidades dos países da América Latina, o lastro da modernização, pelas vias ditatoriais e repressivas, impossibilitou o avanço de qualquer tentativa de transformação da realidade social. Segundo Paulo Netto (2015), essa realidade

provocou um exaurimento no movimento que, pouco tempo depois da união ocorrida no primeiro seminário em Porto Alegre, denotou a diversidade de movimentos questionando o Serviço Social tradicional. Conforme o autor supracitado, essas diferentes posições se fundamentavam em diferentes perspectivas, teorias e objetivos que, ora questionavam a história da profissão, ora a atualização. “Vale dizer: o conjunto dos renovadores era um leque extremamente heterogêneo, que necessariamente articularia uma renovação caleidoscópica.” (PAULO NETTO, 2015, p. 193).

Em 1975, chega ao fim o Movimento de Reconceituação rodeado de matrizes teóricas distintas e marcado pela heterogeneidade de pensamentos e realidades, fundamentando então a fragmentação do movimento. Dentre esses pensamentos, destaca-se a primeira aproximação com referenciais marxistas. Segundo Paulo Netto (2015, p. 193), “depois da reconceitualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais.”.

É importante destacar que essa primeira aproximação, com referenciais marxistas, ainda não se constituía de fato uma aproximação com os escritos de Marx. Pelo contrário, essa aproximação ocorre pelas vias de leituras superficiais sob influências de outras perspectivas teóricas, como o positivismo, assim como leituras e interpretações equivocadas das obras marxianas. Segundo Paulo Netto (2015), quanto mais se aproximava da tradição marxista, mais se polarizava o movimento. Essas tensões no interior da profissão revelavam tanto o seguimento modernizante, como também o seguimento que defendia a ruptura com o Serviço Social tradicional.

O símbolo dessa polarização na América Latina e na realidade brasileira se constituiu nos Seminários de Araxá, em 1967, e Teresópolis, 1975. Ambos os seminários defendiam uma atualização do Serviço Social tradicional, com bases conservadoras e modernizantes, conforme Iamamoto (2019), o movimento apresentava como alicerce o aperfeiçoamento da técnica, defendia a ordem social vigente à época e as políticas compensatórias que integravam o período ditatorial.

A década de 1970 tem como predominância o movimento modernizador. Ao final desta década, é que se iniciam os processos críticos, próprios da América Latina, que vão contestar esse movimento modernizante, de cunho conservador e que prezava por uma reatualização das bases conservadoras do Serviço Social tradicional.

Outra característica do movimento de Reconceituação na América Latina é o ecletismo teórico e metodológico. O período de contestações e questionamentos foi regado por correntes distintas que se fundamentavam desde a Teologia da Libertação, aos escritos de Paulo Freire, além dos símbolos de expressões do marxismo na América Latina (IAMAMOTO, 2019).

Somam-se a esses, movimentos contestatórios e expressões culturais de camponeses, trabalhadores industriais, indígenas, estudantis, de mulheres, negros e moradores das periferias urbanas. Mas esse movimento representou as primeiras aproximações do Serviço Social à diversificada tradição marxista. Ela foi apoiada em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, dentre outros. (IAMAMOTO, 2019, p. 445).

Explicitamos brevemente que o Movimento de Reconceituação na América Latina se exaure no ano de 1975. No entanto, apesar da sua fragmentação e finalização, o movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro continua até a década de 1980. Assim como na sua dimensão na América Latina, o movimento de renovação se constituiu de forma heterogênea, enquanto processo concatenado diretamente ao contexto cultural, político, econômico e social que envolvia o período da ditadura civil militar. Autores como Paulo Netto (2015) apresentam as fases do movimento de renovação brasileiro e que denota para essa heterogeneidade. O primeiro momento, como apresentamos acima, é constituído por sua maioria está envolvida com o movimento modernizador do Serviço Social. Segundo o autor, toda a dinâmica de reprodução cultural, social, econômica e política fruto do regime civil militar, influenciou a categoria de assistentes sociais de variadas formas. Parte da categoria reafirmava o traço conservador alinhado aos ideais da ditadura. Nesse momento, já no final da década de 1980, Paulo Netto (2015) denomina de perspectiva de reatualização do conservadorismo.

A perspectiva de reatualização do conservadorismo buscou resgatar os traços religiosos da profissão, ao tempo em que contestava a influência do positivismo e funcionalismo, bem como à perspectiva que se aproximava dos escritos marxianos à época. Essa perspectiva se constituiu como uma atualização das bases conservadoras e tradicionais de origem arraigada à igreja católica e defendia as suas bases teórico-metodológicas “originárias”, mas atualizado com o contexto social e político da época. A aspiração teórico-metodológica dessa perspectiva se baseou na fenomenologia.

Conforme Iamamoto (2014), a retomada da herança conservadora na profissão advém como uma estratégia de controle de classe e repressão, motivada pelo Estado, e que objetivavam se adequar às necessidades de desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Além disso, os reflexos dessa retomada da herança conservadora perpassaram por uma fundamentação teórica no tomismo aristotélico, que refletiram em “práticas” voltadas para mudança de hábitos individuais, aperfeiçoamento do comportamento do trabalhador para atender aos interesses de mercado. Para tanto, tal perspectiva se dedicava em grande parte à ação profissional, na definição de metodologias e ações que fossem eficazes. Iamamoto (2014) define tal perspectiva e período como psicologização das relações sociais, “que privilegia problemas de desintegração e desadaptação social e funcional, isto é, problemas relacionais que devem ser tratados através do diálogo.” (p. 34).

A terceira vertente identificada por Paulo Netto (2015), no movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, refere-se à perspectiva que apresentava uma intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Esta perspectiva apresentava como centro a proposta de romper com as dimensões teórico-metodológicas que fundamentavam o serviço social tradicional. “Especialmente, ela toma forma pela elaboração de quadros docentes e profissionais cuja formação se dera entre as vésperas do golpe e a fascistização assinalada pelo AI5.” (PAULO NETTO, 2015, p. 206).

A vertente que apresentava a intenção de ruptura se aproximou gradativamente dos escritos marxianos, mas ainda pouco referenciada verdadeiramente em Marx, como citamos mais acima. Porém, ao se aproximar de tais escritos, amparado no contexto da ditadura militar, o aprofundamento e aproximação possibilitavam a construção de bases e questionamentos que ultrapassavam a categoria profissional, configurando-se uma leitura partindo da América Latina, no início da década de 1980.

1.1.1 Processos da intenção de ruptura com o conservadorismo e as condições sociais, políticas, econômicas e culturais.

A perspectiva de intenção de ruptura ou, como alguns autores denominam de ‘perspectiva renovadora’, tem suas influências construídas sob a égide da formação histórica e social brasileira a partir da década de 1930, e as condições sociais políticas e econômicas que permeavam o período da ditadura a partir de 1964, ou seja, o período do desenvolvimento da autocracia burguesa.

O processo de ruptura com o conservadorismo não ocorre de forma linear e estática, muito menos de forma hegemônica e crítica. Tal processo desenvolve-se sob um solo dialético permeado por disputas e contradições dentro e fora da profissão.

Paulo Netto (2015) nos apresenta um cenário de formação da perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo, que se inicia na metade da década de 1970, por meio de um movimento interno gestado no interior das faculdades e universidades e, posteriormente, na década de 1980, ultrapassa os muros das universidades contemplando a categoria profissional e a sociedade de forma mais ampla. Para tanto, a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social se tornou fulcral para o desenvolvimento do movimento de renovação.

É evidente que o projeto de ruptura não arrancava do nada. Nos vetores da crise que, discretamente e desde a virada dos anos 1950, operavam na erosão do tradicionalismo continham-se elementos que objetivamente constituíam a sua herança. Mas o impacto causado pelo golpe de abril e o curto-circuito que ele promoveu entre os vetores críticos e os seus suportes sociopolíticos, ao mesmo tempo em que precipitaram a urgência da ruptura para os segmentos profissionais mais avançados, problematizaram amplamente a recuperação daquele legado. (PAULO NETTO, 2015, p. 318).

Dado as condições permeadas pelo período ditatorial, a perspectiva de intenção de ruptura é gestada no interior das universidades, representando o novo que estava totalmente oposto à autocracia burguesa, assim como ao tradicionalismo da profissão. Paulo Netto (2015) cita fatores que influenciaram o desenvolvimento da perspectiva de ruptura no *lócus* universitário. O primeiro deles diz respeito ao contexto da ditadura civil militar, tornando as universidades um espaço com menos adversidades diante dos demais espaços profissionais. Outro fator diz respeito à formação de novos assistentes sociais multiplicadores e empenhados na renovação profissional.

Mesmo que, inicialmente, a perspectiva de intenção de ruptura tenha sido gestada nas universidades, os rebatimentos das lutas sociais influenciavam diretamente nas bases de formação da renovação. Tais bases, segundo Paulo Netto (2015), apresentavam uma fundamentação ideopolítica enraizada no movimento democrático da sociedade brasileira, iniciado em 1961 e interrompido em abril de 1964. Para o autor supracitado, a intenção de ruptura está organizada em três momentos: a emersão, a consolidação acadêmica e a propagação sobre a categoria profissional.

O surgimento da intenção de ruptura é conhecido pelo trabalho desenvolvido na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, durante a década de 1972 e 1975, por um grupo de profissionais. Conhecido como Método de BH, iniciava-se a construção de um novo projeto profissional fundamentado pela dinâmica social que permeava a época, além de demarcar historicamente o período do processo de renovação da profissão.

Conforme Paulo Netto (2015), o grupo construiu uma crítica ao tradicionalismo da profissão em sua dimensão teórica e prática, além de propor uma alternativa para romper com o tradicionalismo. Esse processo é atravancado em 1975, quando integrantes do grupo de profissionais foram demitidos, impossibilitando a continuidade dos trabalhos. Mesmo assim, os reflexos das propostas gestadas em Belo Horizonte ecoaram internamente entre profissionais que realizavam pós-graduação em outras universidades pelo país, construindo um movimento de expansão da crítica ao tradicionalismo.

O legado do grupo de professores na Universidade Católica de Minas Gerais também perpassou a construção de uma proposta curricular pautada na relação direta com o pensamento científico. Essa proposta curricular permitiu um contato mais próximo com as ciências sociais, especificamente com os escritos de Marx. A preocupação com um arcabouço teórico metodológico vinha acompanhada dos questionamentos: “o que fazer” e do “como fazer” (BARBOSA, 1997).

A partir da formulação dessas questões, o grupo define como contribuição das Ciências Sociais para o curso de Serviço Social: fornecer os elementos do conhecimento que permitam uma análise histórica e científica da estrutura social, que expliquem o processo dinâmico dessa sociedade e contribuam para a investigação de dados significativos dessa realidade, passiva de intervenção do Serviço Social. (BARBOSA, 1997, p. 48).

Estas são raízes do movimento de renovação da profissão: uma base teórico metodológica crítica, histórica e científica, o compromisso com a luta social dos oprimidos e com a transformação da sociedade. Além de denunciar o conservadorismo e o tradicionalismo na profissão, assume o compromisso profissional de contribuir para a ampliação do debate germinado sob o solo latino-americano (IAMAMOTO, 2019).

O símbolo da renovação do Serviço Social brasileiro é expressado no III CBAS, conhecido pela categoria profissional como o Congresso da Virada, ocorrido em 1979, em São Paulo, quando são apresentadas amplamente a luta política e profissional assumida pelo Serviço Social brasileiro.

No que se refere ao contexto político e econômico após 1964, Singer (1977) destaca o favorecimento ao setor privado no intuito de formação de grupos financeiros industriais por meio de banco de investimentos, inaugurando no período supracitado uma política econômica de maior controle do Estado. Além disso, o foco na concentração de capital encontrou terreno propício no período da ditadura militar, seguindo as tendências das multinacionais e desenvolvimento econômico de outros países.

Os projetos mais importantes a serem implantados em setores como a siderurgia, mineração, metalurgia dos não ferrosos, indústria química e petroquímica, automobilística, de equipamento de comunicações e outras foram confiados ou a consórcios de empresas estatais privadas brasileiras e estrangeiras ou diretamente a subsidiárias das multinacionais. Na maior parte desses projetos, a totalidade ou uma parte ponderável da produção deverá ser exportada, tanto aos países onde estão sediadas as matrizes das multinacionais participantes como a outros mercados da periferia. (SINGER, 1977, p. 92).

A abertura econômica e política brasileira, desenhada da forma como foi mencionada acima, abriu precedentes para dependência em dois sentidos: “ele depende dos países importadores do centro, de sua boa vontade política de oferecer uma parcela crescente do seu mercado interno à indústria brasileira” (SINGER, 1977, p. 93). Por outro lado, o Brasil também é dependente de tecnologias externas, matérias-primas e equipamentos. O “entreposto industrial”, como exemplifica Singer (1977), além de atrasado tecnologicamente e dependente economicamente de outros países, se constituiu, durante alguns anos após 1964, como mola propulsora da economia brasileira.

Especificamente, em 1968, a alta do desenvolvimento econômico brasileiro se deu decorrente dos seguintes aspectos: demanda interna por bens duráveis de consumo; demanda externa pela abertura comercial resultante das exportações e investimentos de recursos do exterior. Em 1971, com a crise internacional, a economia brasileira foi considerada estável por suportar os impactos da desvalorização do dólar e se manter frente a um mercado instável em que até mesmo a economia japonesa era afetada. O chamado modelo brasileiro de economia, segundo Singer (1977), tratava-se de uma maneira econômica de escape dos vícios das crises internacionais. Para o autor, as características do modelo consistiam em:

Abertura da economia ao exterior, mediante estímulos às exportações e ampla importação de capital, tanto sob a forma de investimentos como de empréstimos; expansão do crédito ao consumidor; estímulo à poupança interna mediante a correção monetária das taxas de juros; política salarial e trabalhista capaz de proporcionar às empresas mão-de-obra barata,

abundante e bem disciplinada. Suponha-se que graças a estas características, a economia brasileira poderia se manter indefinidamente elevadas taxas de crescimento, sem ameaça de graves desequilíbrios já que todas as variáveis relevantes estavam sob controle. (SINGER, 1977, p. 163).

Em 1973, o desenvolvimento econômico brasileiro encontrou algumas barreiras no sistema de transporte, por não ser suficiente para escoar as mercadorias produzidas tanto internacionalmente como nacionalmente e, principalmente, no aumento da inflação. Mesmo com a inflação iniciada em 1973, ainda não era possível abertamente saber que a economia se encontrava entre barreiras. Somente em 1974 foi divulgada a situação da economia brasileira já com graves reflexos no consumo de bens duráveis e semiduráveis, provocando a queda do modelo brasileiro que havia triunfado diante da crise internacional (SINGER, 1977).

Sobre a organização dos trabalhadores e lutas sociais, estes apresentam estreita relação com o processo de industrialização e formação social brasileira, pois, suas necessidades eram moldadas conforme as exigências do desenvolvimento do capital sob controle econômico estatal, como vimos acima. Conforme Abramides (1979), durante a segunda metade da década de 1970, gestava, no seio do período ditatorial, o sindicalismo que se expressava conjuntamente com os movimentos sociais e as lutas contra o imperialismo e a dominação capitalista. Conforme a autora, houve uma identificação da categoria profissional de assistentes sociais com as lutas dos trabalhadores, o mesmo grupo integrava o movimento dos reconceituadores. “(...) os assistentes sociais se reconheceram como trabalhadores, em sua condição de assalariamento, e se organizaram participando ativamente de mobilizações, paralisações e greves (...)” (ABRAMIDES, 1979, p. 183.).

O período da década de 1970 também é destacado pela acelerada exploração dos recursos naturais, por meio da mineração e extração dos recursos não-renováveis, que historicamente vem marcando a história do desenvolvimento econômico brasileiro, desde o período colonial (FURTADO, 1981). Referimo-nos também às exportações de minerais e a mineração em territórios da Amazônia e outros estados brasileiros.

Além disso, as regiões metropolitanas e a sua hegemonia urbana seguia a “imagem” do desenvolvimento industrial que se pautava não somente na perspectiva econômica e política, mas também na construção de culturas que modificaram os cenários urbanos. Tal processo, amparado pela expansão do capitalismo monopolista, concentrou nas grandes

idades os recursos materiais e técnicos, caracterizando o que Fernandes (2006) descreve como fenômeno típico do processo de metropolização do capitalismo dependente.

Tendo como uma das suas bases o consumo, a economia dependente brasileira se fundamentou nos modelos de países altamente industriais que apostavam no consumo das massas atrelado à ligeira expansão, dando a ideia de progresso e desenvolvimento industrial. A crise internacional de 1970 é acompanhada, dentre outros fatores, da questão ambiental em dimensões globais. O custo da corrida pelo progresso industrial e tecnológico iria se esbarrar, em algum momento, nos limites dos recursos naturais. Trataremos deste assunto na seção 2 de forma mais detalhada.

1.1.2 Aproximações do Serviço Social com a perspectiva de totalidade dialética e histórica: bases teóricas e de fundamentação profissional

A aproximação do Serviço Social brasileiro com a perspectiva de totalidade dialética e histórica emerge a partir do processo de intensão de ruptura. Essa aproximação teórico metodológica não se restringe apenas à realidade brasileira e, como citamos nas seções anteriores, está permeada por contradições e influências do período da ditadura civil militar.

Nessa aproximação, principalmente na construção do método de BH, Paulo Netto (2015) destaca ainda influências de aspirações empiristas, quando as produções do grupo de assistentes sociais da Universidade Católica de Belo Horizonte relaciona a construção do conhecimento resultante somente ao exercício da prática profissional. Em outro momento, o autor supracitado também destaca algumas leituras distorcidas das obras marxistas. Além disso, é destacada a forma como são relacionados o método científico e o método profissional, denominado de metodologismo. Para o autor, nos documentos de “BH”, o método científico somente é alcançado com a sua instrumentalização por meio da prática profissional, sendo o método profissional o responsável pela transformação social.

As aproximações aos escritos marxistas se iniciam em um período ditatorial que ia de encontro às aspirações desenvolvidas e trabalhadas em autores marxistas. Desta forma, essa aproximação ocorre por meio de apostilas e manuais reproduzidos a partir de interpretações

adversas e ecléticas. Após o final da década de 1970 e 1980, quando se inicia um processo de abertura democrática, o debate acadêmico no Serviço Social é marcado pelo processo de ruptura com o conservadorismo.

Nesse sentido, a centralidade da prática no processo de germinação e aproximação das ciências sociais e, principalmente, dos escritos marxistas, se dá, inicialmente, pelas vias de aspiração empiristas e ainda pouco fundamentadas diretamente em Marx. Essa primeira aproximação fundamenta-se a partir de uma resposta global ao tradicionalismo, sendo substituída posteriormente por uma crítica epistemológica, ideológica e histórica. Esta última significou os últimos momentos do movimento de renovação, com a consolidação do movimento nas universidades e, por fim, o envolvimento com a categoria profissional.

Paulo Netto (2015) destaca a primeira pesquisa oriunda do Serviço Social brasileiro fundamentada nos escritos de Marx e que vai de encontro às proposições empiristas e neopositivistas que rondavam as primeiras fundamentações da intenção de ruptura. A obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboços de uma interpretação histórico-metodológica”, de autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, publicada em 1982, configura-se em uma importante obra que inaugura, no Serviço Social, um debate pouco explorado até então: situar o significado social da profissão na sociedade capitalista e “explicitar o desenvolvimento da lógica que preside a concepção relativa à reprodução das relações sociais.” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014, p. 22).

Na década de 1980, Iamamoto e Carvalho (2014) ampliam o debate do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão social e técnica do trabalho social, em uma dimensão social e histórica, numa perspectiva de totalidade, demarcando o processo de intenção de ruptura com o conservadorismo de forma ampla. Além disso, o quantitativo de publicações é expandido a partir da década de 1980, instigado pelo debate promovido nas universidades e, principalmente, pelo movimento de intenção de ruptura.

O período supracitado também é destacado pelo fim da onda expansionista ou, como alguns economistas denominavam, do “milagre”, na economia brasileira. Antes mesmo do início da década, em 1974, indícios do esgotamento do modelo econômico adotado durante o período ditatorial é assolado pelos altos números da inflação. “A inflação, em 1984, chegou a 235% e a causa dessa instabilidade inflacionária estava relacionada à crescente indexação da

economia que provocou novo aumento de inflação e conseqüente empobrecimento da população.” (PASCHOAL, 2010, p.49).

Com a aproximação da abertura democrática, a década de 1980, além de destacada pela intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social e com isso a aproximação com a perspectiva de totalidade histórica e dialética, o período também se destaca pelos movimentos sociais e organização social.

Segundo Paulo Netto (1991), um breve balanço sobre a relação entre a tradição marxista e o Serviço Social, se estabeleceu sobre os seguintes aspectos:

Ampliação do universo temático do debate profissional, com a introdução de discussões acerca da natureza do Estado, das classes e dos movimentos sociais, das políticas e dos serviços sociais, da assistência; O desvelamento crítico do lastro conservador (teórico e prático) do Serviço Social; O reconhecimento da necessidade de explicitar, com a máxima clareza, as determinações sociopolíticas das práticas profissionais; A ênfase na análise histórico-crítica da evolução do Serviço Social no país. (PAULO NETTO, 1991, p. 90).

A constituição do estatuto científico na fundamentação teórico metodológica na profissão, com base na tradição marxista, possibilitou o reconhecimento de elementos significativos da vida social e um olhar crítico sobre a essência dos fenômenos em uma perspectiva de totalidade sociohistórica. Além disso, o método científico não só aproximou o Serviço Social da ciência, como ampliou a construção de conhecimentos sob o solo e ótica da profissão.

Esse movimento de construção de conhecimentos tem como centro o trabalho enquanto categoria fundante do ser social. Segundo Tonet (2016), o exame do trabalho permite compreender “a origem (ontológica), a natureza e a função social do conhecimento científico.” (p. 124).

No que se refere ao período após a abertura democrática e final da ditadura militar, destacamos a criação do currículo mínimo de 1982 e o Código de Ética Profissional de 1986, o qual significou um marco da virada histórica do Serviço Social; e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Decorrente desse período há uma ampliação da atuação do Serviço Social no que se refere às políticas sociais e, principalmente, as políticas de seguridade social, assistência social e saúde.

A partir de 1985, a área do Serviço Social é reconhecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, assim como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES. Com o reconhecimento dos órgãos governamentais, os programas de Pós-graduação em Serviço Social e Cursos de Graduação passaram a receber bolsas de incentivo e apoio à pesquisa, assim como bolsas de iniciação científica (KAMEYAMA, 1998).

A década de 1990 marcou a profissão sob diversos aspectos, tanto na ampliação dos campos de atuação nas políticas sociais, construção de conhecimentos sobre essas realidades, assim como a construção de documentos fundamentais para reafirmar os compromissos éticos profissionais e as dimensões basilares de atuação profissional. Referimo-nos ao Código de Ética de 1993, a Lei 8.662, que Regulamenta a Profissão, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996 e, posteriormente, outros documentos importantes³ que, juntos, se constituem no Projeto Ético-Político da Profissão.

Segundo Teixeira e Braz (2009), a década de 1990 representou o amadurecimento profissional “através de um escopo significativo de centros de formação (referimos-nos às pós-graduações), que amplificou a produção de conhecimentos entre nós” (p. 13). Os autores também destacam o amadurecimento da categoria profissional nas dimensões político-organizativa e a repercussão dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais realizados a partir da década de 1990, com o expressivo crescimento das produções intelectuais de assistentes sociais brasileiros.

É nesse período da década de 1990, com o avanço neoliberal na economia brasileira, assim como nas políticas sociais, rebatendo significativamente na profissão, que damos início ao contexto de surgimento dos primeiros debates sobre a questão ambiental no Serviço Social brasileiro. Demarcamos tal período decorrente dos seguintes fatores: aproximação com a tradição marxista nas décadas de 1970 e 1980 e seu processo de amadurecimento na profissão na década de 1990; ampliação dos programas de pós-graduação e conseqüentemente ampliação da construção de conhecimentos no Serviço Social brasileiro; ampliação dos campos de atuação profissional; eclosão do debate sobre a questão ambiental em níveis globais a partir da década de 1970; ampliação a nível global do debate sobre a questão ambiental em nível de conferências mundiais.

³ Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, que estabelece 30 horas para assistentes sociais, sem a redução salarial.

A aproximação do Serviço Social com a perspectiva de totalidade dialética permitiu e permite uma crítica radical à forma de sociabilidade capitalista e suas estruturas, assim como estabelece, como direcionamento ético político, a construção de uma outra forma de sociabilidade. O método científico que norteia o projeto Ético-Político baseia-se na totalidade, categoria pela qual apresenta um caráter ontológico. A categoria ‘totalidade’ se apresenta como um conjunto das partes que se articulam entre si, com uma ordem hierárquica determinada, “permeadas por contradições e mediações e em constante processo de efetivação. Sua importância metodológica está fundada exatamente no fato de ser uma categoria que caracteriza a realidade em si mesma.” (TONET, 2016, p. 142).

Totalidade, portanto, como princípio metodológico, significa que nada pode ser compreendido de modo isolado. O sentido de cada parte, de cada fato, de cada dado só emerge na medida em que ele for apreendido como momento de um conjunto, como resultado de um processo através do qual cada um dos elementos parciais vai adquirindo a sua natureza e a sua especificidade. Trata-se, pois, de apreender o processo através do qual vão se constituindo, ao mesmo tempo, a totalidade de determinado objeto e as partes que compõem, a hierarquia e a ordem entre os diversos momentos, o modo como se relacionam entre si o todo e as partes, sob a regência do primeiro, as relações das diversas partes entre si e a passagem de um momento a outro. (TONET, 2016, p.143).

Segundo Tonet (2016), cada objeto tem sua própria especificidade, assim como cada uma das partes ainda pode ter sentidos diferentes conforme estejam inseridas na totalidade. Ou seja, a aproximação com o método científico não só colocou o Serviço Social no patamar da construção de conhecimento científico, como também vem possibilitando a apreensão da realidade na perspectiva de totalidade, reconhecendo as mediações necessárias para apreensão da essência dos fenômenos da realidade, ultrapassando a imediatividade e a aparência.

Tal processo de apreensão da realidade concreta pode se apresentar a partir de múltiplas determinações. Alguns dos fatos apresentados podem não representar a concretude da realidade, mas os seus sentidos só podem ser apreendidos com as conexões e articulações necessárias que compõem as partes da totalidade. Nesse processo, é necessário considerar o contexto histórico da realidade, ou seja, todos os fatos que compõem a vida social (TONET, 2016).

1.1.3 Primeiras produções sobre questão ambiental no Serviço Social brasileiro

Apesar do debate em torno da questão ambiental apresentar elementos em comum, como a exploração dos recursos naturais de forma desordenada, poluição das águas, do ar e dos solos, descarte inadequado dos resíduos, consumo, aquecimento global, mudanças climáticas, dentre outros temas ligados à exploração dos recursos naturais e humanos, são variadas as perspectivas e análises sobre a questão ambiental, principalmente quando nos remetemos às causas.

A partir da década de 1960, na realidade brasileira, há um crescimento de instalações de parques de indústrias transacionais, que logo trouxeram resultados econômicos até a década de 1980, mesmo período de instalação da ditadura militar e o seu “milagre econômico”. Contudo, ao tempo em que se promovia um desenvolvimento econômico acentuado, os impactos gerados nas regiões de instalação das indústrias acendiam um drástico impacto ambiental, seja na contaminação do solo, da água, do ar, impactando diretamente na qualidade de vida das pessoas que residiam nos centros urbanos (LAYRARGUES, 1998).

Os primeiros debates em nível mundial sobre a questão ambiental remetem à década de 1960 com o movimento ambientalista, organizações não governamentais e entidades que publicavam dados e análises sobre os limites da exploração global. O Clube de Roma foi uma das primeiras entidades a apresentar um relatório com informações e dados sobre os limites do crescimento global. Publicado em 1972, o relatório apresenta diversos objetos a serem analisados, entre eles: a pobreza, desemprego, degradação ambiental, rejeição e valores tradicionais, alienação, expansão urbana, inflação, dentre outros temas que tem no meio ambiente a sua transversalidade.

O dilema da humanidade, como é apresentado o relatório, exhibe uma clara relação entre o aumento populacional e o aumento da pobreza, das desigualdades, da fome, do consumo e da poluição. De aspiração neomalthusiana⁴, a solução para estas questões é

⁴ “Em vez de basear o seu argumento na noção de que a produção e o crescimento populacional superariam a capacidade produtiva da terra, Malthus na verdade insistia em que ‘Absolutamente não há nenhuma limitação às produções de terra; elas podem crescer indefinidamente e superar qualquer quantidade imaginável’. Na análise de Malthus, o problema não estava na capacidade produtiva como tal (como defenderam equivocadamente leituras posteriores da sua doutrina), mas meramente na taxa de crescimento natural da população relativamente à taxa de crescimento natural da subsistência. E como uma era em derradeira instancia forçada a se conformar à outra, apesar do seu caráter ‘sobrecarregado’, isto só poderia apontar a necessidade legal dos vários limites naturais à população humana associados à miséria e ao vício.” (FOSTER, 2014, p.135).

produzir mais alimentos e promover o controle de natalidade para atingir um estado de equilíbrio global do uso dos recursos naturais. De certa forma, simplistas, diante das estruturas globais das relações capitalistas. Conforme o relatório, não há como distribuir os recursos naturais de forma igualitária sem antes controlar o aumento populacional (MEADOWNS *et.all.*, 1972).

Para Furtado (1981), o relatório tem a sua importância, apesar dos aspectos acima referidos. O relatório conseguiu impactar significativamente em termos de debate global sobre o desenvolvimento econômico e, ainda assim, acrescentar, na agenda global, temas que eram deixados de lado pelos economistas. Outro ponto, que também é destacado no relatório, são questões econômicas ligadas a países “subdesenvolvidos”, mas sem deixar de lado a tendência neomalthusiana. No entanto, conforme Mészáros (2011), o discurso disseminado, tanto no evento como por meio do relatório, propaga uma falsa preocupação com a questão ambiental ao abandonarem uma crítica ao sistema econômico.

No entanto, ao contrário da falsa dicotomia “crescer ou não crescer”, o desafio histórico de ter de lutar contra as catástrofes implicações dos limites absolutos do capital consiste justamente na necessidade de encontrar soluções viáveis para cada uma das contradições lene manifestas, por meio de uma boa redefinição qualitativa do significado do avanço produtivo, em vez de por intermédio da fetichista maneira quantitativa de tratar dos problemas do desenvolvimento utilizado pelo sistema do capital – uma redefinição qualitativa que abrangesse toda a humanidade em termos de substantiva igualdade, em vez de continuar excluindo a avassaladora maioria dos seres humanos dos frutos do avanço produtivo, como aconteceu durante o longo período de ascendência histórica do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 223).

Ainda em 1972, ocorre a Conferência de Estocolmo, organizada pelas Nações Unidas, que apresenta uma outra vertente para enfrentar a questão ambiental a nível global, com recomendações na organização de políticas específicas e de responsabilidade do Estado na gestão socioambiental e “auto regulação do mercado⁵”. Nesse mesmo ano, foi criado o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, para colaborar na gestão de programas de ação. Conforme Santos e Araújo (2012), durante a conferência de Estocolmo são relatadas resistências à regulação pública dos recursos ambientais em uma perspectiva democrática pela tendência a interferir no desenvolvimento do capital, decorrente da não disponibilidade desses

⁵ Sendo contraditória a gestão ambiental e a auto regulação do mercado abrindo precedente para defesa da propriedade privada, lucros e exploração sem o devido controle das legislações ambientais. Apesar de que, no referido período, ainda não existiam legislações consistentes que orientavam ao uso dos recursos naturais, na realidade brasileira.

recursos para reprodução do capital. Conforme as autoras supracitadas, o debate suscitado em Estocolmo associa “os problemas ambientais às necessidades de seu enfrentamento pela via do combate à pobreza que seria, nesta ótica, resultante do subdesenvolvimento e principal agente causador da degradação ambiental” (SANTOS, ARAÚJO, 2012, p.79). Tal perspectiva ainda continua em vigência, principalmente nos debates econômicos brasileiros.

No entanto, somente a partir da década de 1980 que a noção de transferência de atividades poluidoras de países “desenvolvidos” para os países “subdesenvolvidos” foi reconhecida, além da divisão internacional do trabalho e do consumo intensivo de energia, caracterizando a realidade dos países dependentes (LAYRARGYES, 1998).

Assim, teria ocorrido, de fato, uma migração das ditas “indústrias sujas” dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, sempre com o intuito de adquirir vantagens competitivas no mercado, explorando a permissividade brasileira em exaurir os recursos naturais e poluir o ambiente, fato que, em última análise, não acarretaria acréscimos financeiros na indústria transacional residente no Brasil, que pudessem, no final da linha, comprometer o sistema de preços e a margem de lucros anteriormente praticada pelo empresariado. (LAYRARGUES, 2018, p.27).

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a Eco 92, também conhecida como Cúpula da Terra, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, uma das maiores conferências mundiais para discutir a questão ambiental. Dentre os objetivos da conferência, além de avaliar os compromissos firmados em Estocolmo no ano de 1972, consistiu em estabelecer estratégias para enfrentamento da questão ambiental, fomento de Educação Ambiental, fortalecimento de instituições, assim como desenvolver mecanismos de proteção da vida ambiental e humana. Todavia, um dos resultados da avaliação mostrou que, nesses vinte anos de compromissos firmados entre nações e países, pouco se tinha avançado, pois as medidas discutidas pelos líderes mundiais, dentre outros aspectos, não consideravam as estruturas econômicas e políticas de cada país, tão pouco a condição de dependência de alguns países, ou mesmo o imperialismo de outros. Outro fator que ganhou evidência após a Eco 92 foi o conceito de desenvolvimento sustentável que passou a ser disseminado como uma resposta indispensável para as manifestações da questão ambiental em dimensões globais (FERRARI, 2014).

Conforme Mészáros (2011), a Rio 92 sofreu pressão de potências capitalistas como os Estados Unidos e Inglaterra, resultando em ineficácia. No encontro, foram mantidas as

relações de poder e dominância para prevalência de interesses capitalistas, desconsiderando sua gravidade e consequências em níveis globais.

A década de 1990 se inicia e o debate sobre a questão ambiental, por parte das conferências mundiais, continua sem estabelecer uma relação com a organização econômica entre os países. O que se estabeleceu está relacionado apenas à superpopulação do planeta sem, ao menos, mencionar os efeitos da forma de produção global. Corroborado pelo movimento ambientalista, o discurso do aumento populacional é bem conhecido, pois a imagem que se tem é que as necessidades humanas não tem fim, ao ponto de serem responsáveis pelo esgotamento dos recursos naturais do planeta. Segundo Foladori (1999), “A tendência à produção ilimitada é resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro, e não da satisfação das necessidades.” (p.35).

Enquanto isso, na realidade brasileira, o padrão de reprodução do capital é de exportador secundário. A partir da década de 1990, o país passa a assumir a um padrão de extrativista primário, direcionado ao mercado externo (VALENCIA, 2019). A década de 1990 também se caracterizou pelo período de início das contrarreformas do Estado. O avanço da política neoliberal e a radicalização da abertura do mercado econômico para conter o avanço da inflação geraram consequências como o alto índice de desemprego, ampliação das desigualdades, elevação da taxa de juros e fragilidade econômica.

Conforme Loureiro (2012), o debate ambiental foi introduzido no Brasil no período da ditadura militar sob pressão internacional. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, não houve uma participação popular na construção da política ambiental brasileira. Conforme o autor supracitado, o tom do debate ambiental, trazido pelo movimento ambientalista, na década de 1980, apresentava uma linha de preservação do patrimônio natural. Ao mesmo tempo, esse tipo de movimento era visto como uma barreira ao desenvolvimento da economia brasileira. Ainda assim, organismos unilaterais recomendavam que a Educação Ambiental estivesse estreitamente ligada a condutas individuais e moralizantes, da mesma forma que acontece nos dias atuais.

No que se refere às primeiras produções construídas no Serviço Social, que apresentaram como objeto de estudo a questão ambiental e suas expressões, os estudos realizados por Santos (2007) e Nunes (2013) demarcam a década de 1990 como o período de início das publicações de pesquisas que apresentavam o meio ambiente como objeto de estudo

da categoria profissional. Outros autores, como Silva e Carvalho (2007) e Loureiro (2010), já indicavam os anos 2000 como um período de produções consistentes sobre temas relacionados ao meio ambiente, realizadas na área do conhecimento do Serviço Social que demarcam como referências para os estudos nessa área.

No estudo realizado por Kameyama (1998), dentre as dissertações e teses defendidas em programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, entre os anos de 1975 a 1997, um total de 9 dissertações e teses são sobre temas relacionados à questão agrária e ao meio ambiente, significando 0,8% comparado às outras áreas de pesquisas. Para a autora supracitada, temas como cidadania, idosos, democracia e direitos sociais, crimes e violência, questão urbana, agrária e ambiental, eram considerados emergentes à época.

Para Silva e Carvalho (2007), entre os anos de 1998 a 2002, são escritas, em programas de Pós-graduação no Brasil, 78 dissertações e teses sobre questão urbana, movimentos sociais e meio ambiente, 29 teses e dissertações relacionadas aos temas: questão agrária, movimentos sociais e meio ambiente. Tais dados denotam para o crescimento de publicações de dissertações e teses a partir dos anos 2000.

Interessa-nos, nesta subseção, destacar duas produções desenvolvidas na década de 1990 com a proposta de identificar as primeiras tendências construídas sobre as primeiras análises do Serviço Social com temas relacionados ao meio ambiente.

Destacamos a pesquisa intitulada: “Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social”, publicada em 1999 no periódico Serviço Social em Revista, ligado à Universidade Estadual de Londrina. Destacamos também a dissertação intitulada: “Os limites do Serviço Social: uma perspectiva crítica sob a ótica da ecologia política”, defendida em 1992 na Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política.

É importante destacar que a definição dos trabalhos aqui destacados se deve a disponibilidade das referidas pesquisas em plataformas online, banco de dados de teses e dissertações, sites de revistas e anais de eventos. Sendo que as duas pesquisas a serem apresentadas na seção a seguir estão identificadas em outros estudos, como o realizado por Santos (2007) e Silva e Carvalho (2007).

Em uma breve busca na plataforma da CAPES, no Catalogo de Teses e Dissertações, na década de 1990 são encontrados registros de trabalhos que corroboram com as pesquisas

de Silva e Carvalho (2007). No entanto, os arquivos não estão disponíveis para consulta. Foi recorrido ainda, o contato com autores que escreveram dissertações e teses sobre a temática em questão, mas não obtivemos respostas.

1.1.3.1. Primeiras tendências e perspectivas ideo-políticas sobre a questão ambiental construídas no Serviço Social brasileiro.

A dissertação intitulada: “Os limites do Serviço Social: uma perspectiva crítica sob a ótica da ecologia política” foi defendida em fevereiro de 1992, na cidade de Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. O trabalho propõe para o Serviço Social uma mudança paradigmática. Conforme Carelli (1992), esse novo paradigma sugere também um modo de vida mais harmonioso entre o ser humano e a natureza.

Uma das principais referências utilizadas na pesquisa consiste nas obras de Edgar Morin, Fritjof Capra, Alberto Guerreiro Ramos, Marilyn Ferguson e Ignacy Sachs. A autora apresenta, no trabalho, a seguinte hipótese: “os fundamentos dos pensamentos existentes até o momento, no Serviço Social estão mostrando limitados; mostra uma percepção reducionista da realidade.” (CARELLI, 2012, p. 12) A autora conclui a hipótese reafirmando a necessidade de construir uma alternativa não somente para o Serviço Social, como também para toda a sociedade: “alternativa capaz de unir homem e natureza.” (CARELLI, 2012, p.12).

Nesse sentido, o trabalho fundamenta-se a partir da ecologia política e do pensamento complexo de Edgar Morin para refletir sobre a condição de exploração desordenada do ser humano sobre a natureza. Fica claro, em algumas passagens, a definição de ser humano egoísta e individualista por “natureza” como comportamento inerente ao ser humano e, em decorrência disto, a própria humanidade corre risco de extinção.

Outro ponto que também fica em evidência, no trabalho, são as causas da destruição da natureza. A autora apresenta a racionalidade limitada como uma característica da sociedade que possibilitou a caminhada do ser humano para a destruição e esgotamento dos recursos naturais, sendo necessário repensar o paradigma adotado. Para isto, seria crucial apreender a

consciência de que o ser humano faz parte da natureza, além de renunciar um modo de vida consumista, superando a lógica tecnicista e cartesiana do projeto de modernidade.

Para Carelli (1992), o paradigma mecanicista e reducionista são os responsáveis pela fragmentação do conhecimento que vem gerando um conjunto de “problemas” na sociedade. Dentre esses problemas elencados, está a corrosão da espiritualidade humana. Para a autora: “Todas as ciências: política, econômica, médica, biológica, psicológica, social, etc., foram influenciadas pela maneira de produzir conhecimentos das ciências naturais, mais especificamente das ciências físicas.” (CARELLI, 2012, p.94).

Neste sentido, é a partir da perspectiva da complexidade que se pode construir uma sociedade que enxergue o ser humano enquanto ser ecológico onde este ser possa adotar condutas éticas responsáveis pela natureza e pela sociedade. Tal paradigma pode ser capaz, conforme Carelli (1992), de construir um ser dotado de racionalidade capaz de construir um olhar ecológico para si mesmo e para a sociedade, transcendendo os comportamentos consumistas dados na modernidade, indo de encontro com o egoísmo e individualismo.

Em várias passagens da sua pesquisa, Carelli (1992) apresenta como solução dos males da modernidade a mudança de mentalidade individualista, baseada nos valores, consistindo na saída do paradigma do ser humano econômico para o ser humano ecológico.

Além disso, é destacada uma mudança de consciência materialista para uma consciência ecológica, assim como “A transformação de uma consciência material para uma consciência interior-espiritual está sendo promovida por um processo nascente de transformação cultural.” (CARELLI, 2012, p.125). Esta consciência é dotada de uma perspectiva planetária e constitutiva de uma parte que compõe o todo em uma dimensão cosmológica.

Especificamente sobre a relação entre o Serviço Social e a Ecologia Política, Carelli (1992) propõe uma mudança de método para que seja possível uma assistente social processar a mudança da consciência. Para a autora, o referencial adotado na pesquisa consiste em elemento fundamental para compreender a questão ambiental e o Serviço Social. Para isso, seria necessário adotar a perspectiva da complexidade como método para o Serviço Social, para então ser possível uma relação entre a Ecologia Política e o Serviço Social.

De matriz fundamentada na ecologia profunda na teoria dos sistemas e nos princípios da perspectiva da complexidade, a autora aqui referida por vezes apresenta um método que

não só seria possível mudar radicalmente o trabalho profissional do assistente social, como também a realidade. Por vezes, é apresentado esse novo método como uma alternativa, assim como é criticado o modismo do marxismo como uma imposição da categoria profissional. São detalhadas falhas conceituais partindo de análises errôneas da realidade e, como saída para isso, um novo método ecológico, complexo e sistêmico.

No que se refere, especificamente, à teoria da complexidade adotada no trabalho, o anseio da autora, diante da apresentação de um método alternativo para o Serviço Social, que seria capaz de envolver não só a questão ambiental e o trabalho profissional, como também uma alternativa para toda a sociedade, trata-se do esforço similar ao da criação de uma ciência da complexidade pensado por Edgar Morin para superar o pensamento moderno pautado na crítica ao método cartesiano. “O mundo é complexo, porque ele se apresenta de forma complexa, ele se apresenta de forma complexa porque é complexo.” (ANDRADE, 2007, p. 181). Ou seja, as críticas construídas pela autora sobre o método cartesiano recaem sobre a própria ideia de uma alternativa pautada em uma teoria da complexidade.

A questão ambiental é analisada sob a ótica da crise da sociedade do conhecimento, da construção de uma cultura consumista resultante de paradigmas modernos. As causas e efeitos são reduzidos ao pensamento cartesiano, assim como do funcionalismo. A saída para estas questões estruturais e complexas é um método complexo e sistêmico que propõe a construção de consciências, valores e éticas comportamentais e individualistas.

Uma das questões mais evidentes na pesquisa em questão é a tentativa de resolução da fragmentação do conhecimento pelas vias epistemológica e comportamental (TONET, 2016). São estabelecidos parâmetros e paradigmas que se propõem, de forma epistêmica, solucionar a questão ambiental no cotidiano profissional e na sociedade. Não há uma relação, no texto, sobre a divisão social do trabalho ou do desenvolvimento histórico das relações capitalistas para referenciar como o conhecimento historicamente construído tem estreita ligação à fragmentação capitalista.

Não há, pois, a menor possibilidade de superar a fragmentação do saber pela via puramente epistemológica e nem mesmo por nenhum esforço pedagógico ou comportamental. E ainda: quanto mais perdura esta forma de sociabilidade, mais se intensifica a fragmentação, pois, isto é, da lógica do capital e, portanto, mais forte se torna a mistificação do saber, independente de quantos esforços forem enviados para superá-la por via puramente epistemológica. (TONET, 2016, p. 10).

A mudança paradigmática proposta para o Serviço Social e que se estende à sociedade, constitui, principalmente, em uma mudança de valores comportamental e individualista. Não descaracterizando ações individuais e pontuais, mas tratando a questão estrutural como estritamente enraizada às contradições na relação entre capital e trabalho. Atribuir, como resposta para tal questão, somente uma mudança comportamental de forma individual, desconsidera-se não só a sociedade como um todo dentro dessa relação, como também as demais mediações que são estabelecidas na realidade social, descaracterizando a complexidade tão citada pela autora na pesquisa.

Além disso, a própria autora se refere aos estudos da realidade que não utilizam o método complexo como reducionista, mas a perspectiva reducionista é que prevalece na pesquisa em questão, pois são estabelecidas como cerne a proposta de um método que possibilite se aprofundar nos conhecimentos sobre a vida social, mas, logo nas linhas introdutórias são descartadas qualquer outra perspectiva que não se encaixe na teoria complexa, pairando a superficialidade e simplificando as análises à perspectivas individualistas e psicologizantes.

Outra questão abordada no trabalho destaca-se diante da existência de um modismo referente ao método que fundamentou o movimento de intensão de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, como vimos nas subseções anteriores. Conforme Paulo Netto (1986), a amplitude alcançada no movimento de reconceituação e suas contradições, gerou um processo resultante da instauração de um novo padrão intelectual e profissional, incitando tanto o desconhecimento do método científico, como também a sua vulgarização. O descontentamento adveio, principalmente, do legado conservador que resistia e questionava o movimento de reconceituação. Mas, Paulo Netto (1986) também lembra que a introdução do Serviço Social foi regida por um modismo oriundo das influências norte-americanas, com o funcionalismo do Serviço Social de Grupos, Casos e Comunidades, sendo estes os padrões defendidos pelo movimento modernizador de matriz conservadora.

A pesquisa apresenta a questão ambiental na perspectiva do Serviço Social de forma simplista, com traços que remetem ao tradicionalismo da profissão, além de propor saídas que partem de mudanças moralizantes e comportamentais. Contudo, consistiu em um dos primeiros estudos sobre questão ambiental no âmbito do Serviço Social em nível de pós-graduação. Mesmo que tenha partido para uma perspectiva holística, espiritual e moralizante. A preocupação em abordar e mostrar a necessidade de envolver, na atuação profissional, a

questão ambiental, consiste em um movimento primordial, principalmente, quando nos remetemos ao contexto social e histórico da profissão na década de 1990, período em que se inicia um processo de amadurecimento teórico-metodológico.

A pesquisa intitulada: “Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social”, foi um dos primeiros trabalhos que tive contato, na minha formação profissional, sobre questão ambiental sob a ótica do Serviço Social, no ano de 2007.

Logo na introdução, o artigo apresenta a justificativa do estudo voltado para evidenciar elementos para discutir a atuação profissional do assistente social na questão ambiental, assim como a sua estreita relação como objeto de trabalho profissional. Para além dessa fundamental relação, as autoras ainda destacam a importância da interdisciplinaridade nesse processo. No entanto, não há uma discussão sobre essas relações. São destacados que deve haver uma relação, mas não é discutido ou apresentado, no corpo do texto, esses elementos.

Ainda na introdução, as autoras situam a justificativa da pesquisa intitulada interventiva, consistindo no trabalho realizado como assistente social no processo de instalação, construção e finalização de uma usina hidroelétrica, integrante de uma equipe multidisciplinar. No capítulo seguinte, a autora destaca a importância da atuação profissional no estudo dos impactos sociais causados na instalação da usina. Nesse processo, é questionado que não há formação profissional que dê conta de apresentar a questão ambiental como objeto de estudo e intervenção profissional, exigindo um estudo aprofundado sobre a realidade de atuação.

O conceito sobre questão ambiental, delimitado pelas autoras, se apresenta relativo ao conceito de meio ambiente, envolvendo as relações humanas e sociais. Consistindo no único momento em que é discutido sobre o meio ambiente ou até mesmo sobre a questão ambiental. Sendo assim, o foco do trabalho é a descrição da atuação profissional na instalação, construção e finalização da usina hidroelétrica e os impactos gerados na sociedade, principalmente na população.

É destacável a relação que as autoras estabelecem entre o ser humano, ser social enquanto natureza, descrito inicialmente a partir da sua própria ótica sobre meio ambiente. Não sendo evidente, no corpo do texto, uma explanação sobre a lógica capitalista de apropriação do espaço rural e urbano e até mesmo dos recursos naturais para produção de

energia. Sabemos que não era esse o objeto de pesquisa e estudo das autoras, mas se tratando da questão social, objeto de estudos, pesquisas e atuação profissional, falar das relações capitalistas ampliaria a compreensão do objeto proposto.

Nesse sentido, são destacados, no corpo do texto, os resultantes da desapropriação da população para construção da usina e os efeitos da atividade produtiva. Para isso, as autoras estabelecem orientações para atuação profissional: “– primeiro: elaborar um diagnóstico socioeconômico dessas comunidades; – segundo: capacitá-la para o enfrentamento das questões emergentes.” (COLITO, PAGANI, 1999, s/p).

As duas ações se caracterizam pelo conhecimento da realidade por meio de um diagnóstico, ao tempo em que possibilitava as pessoas que ali residiam a construção de mecanismos para enfrentamento das questões geradas pela construção da usina. A lógica de estruturação do trabalho profissional, no enfrentamento da questão ambiental, se caracteriza pelo apaziguamento e mitigação dos danos causados pela instalação da usina. Sabemos que o cotidiano profissional está permeado por correlações de forças, mas não são apresentados ou discutidos os antagonismos emergentes no processo de instalação da usina. Destaca-se apenas o processo metodológico para atuação profissional nesse espaço ocupacional. Este processo é despido da noção da mercantilização da natureza, assim como da lógica do desenvolvimento das forças produtivas historicamente determinadas.

Ainda assim, através do metodologismo presente na atuação profissional, emerge a noção de que é a partir das metodologias que resultarão em respostas que subsidiarão o Estado no desenvolvimento de ações, gerando ainda, nas pessoas, o senso de capacidade de saírem da situação a partir dos impactos promovidos pela própria usina.

As autoras ainda refletem sobre as dificuldades encontradas para a atuação profissional no processo de construção da usina, sendo a ausência de formação profissional que contemple o debate sobre a questão ambiental, além do,

desinteresse da categoria por projetos que tenham como alvo as questões ambientais, causados justamente pelo desconhecimento da grande importância que tem o meio ambiente na continuidade da vida de todos nós. (COLITO, PAGANI, 1999, s/p).

Com base nessas observações, destacamos que não há influência da perspectiva de totalidade histórica e dialética e forte influência de uma formação e atuação voltada para o funcionalismo. Ainda que seja destacado, no trabalho, a formação profissional para atuação em comunidades, assim como a necessidade do preparo para trabalhar em comunidades, há uma precisão em apresentar etapas para a realização do trabalho em usina e, para a autora, também se encaixa no trabalho com a questão ambiental.

Destaca-se, nos dois trabalhos aqui apresentados, no que se refere às primeiras aproximações do Serviço Social com a questão ambiental, que ambos seguem linhas filosóficas já conhecidas pela profissão no decorrer da história do movimento de renovação: aspiração do funcionalismo e da fenomenologia.

O funcionalismo tem suas bases na biologia onde foi construída a formulação do pensamento da função. No contexto da sociedade, o funcionalismo, em termos básicos e gerais, se apresenta na justificativa do desenvolvimento de determinada prática de uma instituição, assim como pela contribuição que determinada instituição tem a prestar para a sociedade, ou seja, a sua função. Outra característica é que a explicação da sua função se dá no presente, desconsiderando a formação histórica, assim como os possíveis impactos para o futuro. Essa desconsideração advém da noção de que, no passado, determinada instituição serviu para determinadas necessidades, ou seja, exerceu uma função em dado momento histórico, sendo desconsiderada a sua relevância no presente (DANTAS, 1991).

Já a fenomenologia, na perspectiva do Serviço Social, advém do processo de valorização da subjetividade e do mundo vivido, ou na ciência do espírito. Ela se propõe descrever os fenômenos como são vividos e, nesse processo, desvelar as estruturas da experiência do ser na busca do seu significado. Revelando a estrutura de universalidade do sujeito, a subjetividade é o centro da fenomenologia (CAPALBO, 1991).

É preciso lembrar que esse movimento inicial de amadurecimento do Serviço Social, no estudo e pesquisas sobre a questão ambiental, não consistiu em um movimento unicamente da profissão, principalmente na realidade brasileira. Conforme Loureiro (2012), dada a realidade sociohistórica, o debate ambiental chega tardiamente, principalmente no desenvolvimento das políticas ambientais que se iniciaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988. As políticas ambientais, mesmo que organizadas de forma problemática e sem a participação popular dos movimentos ambientalistas e da população de

modo geral, estabeleceu as bases legais e de gestão pública da questão ambiental na década de 1990.

Além disso, as políticas ambientais foram organizadas tendo como base a sustentabilidade com clara delimitação de interesses distintos, principalmente quando referido ao patrimônio ambiental e diferentes grupos e classes (LOUREIRO, 2012). Ou seja, assim como as políticas sociais construídas em meio à ampliação do ideário neoliberal, as políticas ambientais também recebem influências de interesses mercadológicos, ao tempo em que se propunham à gestão pública ambiental.

Conforme Santos e Araújo (2012), o Sistema Nacional de Meio Ambiente, criado em 1981 e com reformulações após a promulgação da Constituição de 1988, apesar de apresentar uma estrutura parecida aos sistemas de legislação social, como o Sistema único de Saúde e o Sistema único de Assistência Social, o SISNAMA, “os princípios da descentralização político-administrativa e do controle social não têm sido centrais na implementação dos instrumentos de gestão pública.” (SANTOS, ARAÚJO, 2012, p.80). Assim, conforme as autoras, a política ambiental apresenta maior defasagem comparada a outras políticas públicas brasileiras.



Fonte: Rafael Sica, 2019.

2. O significado da questão ambiental para o Serviço Social brasileiro

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente na riqueza material!), tanto quanto é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana.

Karl Max (2012), Crítica do Programa de Gotha.

Na produção e reprodução de capital, a natureza é parte integrante, assim como a força de trabalho dos homens. Sem a natureza, não é possível transformá-la em mercadorias por meio do trabalho vivo. O ser humano faz parte dessa natureza e é o único animal capaz de projetar e finalizar, no plano do pensamento, suas atividades. Nesse sentido, o trabalho constitui o mundo dos homens (LUCÁKS, 2013), transforma o próprio ser humano, interligando-o a outros homens, assim como produz os bens necessários para a sua reprodução em sociedade.

Assim, é a partir do trabalho que o ser humano se apropria da natureza, transformando-a para atender às necessidades humanas. Esse processo é denominado por Marx (2014) como o metabolismo entre o ser humano e a natureza. É a partir do intercâmbio entre o ser humano e a natureza que os recursos naturais são transformados pela força de trabalho. Na sociedade capitalista, essa relação metabólica adquire um significado social mais amplo, desde a regulação da natureza por leis naturais, até as normas da sociedade institucionalizada pelo Estado e na reprodução das relações capitalistas (FOSTER, 2012).

Na relação sociometabólica entre ser humano e natureza, na sociedade capitalista, há uma falha de interação, pois, ao tempo em que se utilizam os recursos naturais para o desenvolvimento do capital, não há um processo de restauração ou recuperação desses recursos da mesma forma que são explorados e subtraídos. Ou seja, o intercâmbio é desigual. Mesmo em tempos de desenvolvimento tecnológico e científico, o capital não consegue retornar para a natureza e para o ser humano o que foi extraído e degradado, sobretudo em escala planetária (FOSTER, 2012).

As relações sociais capitalistas resultam em manifestações que incidem diretamente na sociedade, principalmente no meio ambiente e na natureza. Na ordem do capital, no tempo presente, as manifestações da degradação ambiental e social atingem patamares elevados. O

desenvolvimento das forças produtivas deixa rastros que vão desde as desigualdades, miséria, pobreza, à poluição de rios e mares, contaminação do solo, destruição de vegetações inteiras. A apropriação da vida, por meio do trabalho vivo e da natureza, são elementos imprescindíveis para o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente quando o capital alcança o patamar dos monopólios, elevando a destrutividade e a exploração a níveis globais.

Nesse sentido, tanto a degradação ambiental quanto a exploração da vida estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento capitalista, assim como a miséria e a pobreza. Compreender a questão ambiental na sociedade do capital significa situar a degradação de rios, contaminação da terra, do alimento, da água, da vida, diretamente na contradição fundamental entre capital e trabalho. É para produzir e reproduzir o capital que são apropriados os recursos naturais e a força de trabalho humana.

O desenvolvimento das forças produtivas articula-se, contraditória e dialeticamente ao “desperdício institucionalizado” como modo privilegiado de acelerar a velocidade de rotação do capital, posto que a ampliação do círculo do consumo no interior da articulação é condição precípua para a realização do lucro. (SILVA, 2012, p. 19 e 20).

No desenvolvimento das forças produtivas, o consumo consiste na forma particular e necessária para a reprodução do capital. É no domínio do consumo, na sociedade do capital, que as necessidades humanas são trocadas pelas necessidades de reprodução do capital. Para Marx (2013), a sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. O autor explica que todo processo de produção consiste também no processo de reprodução. Assim, o modo de produção capitalista apresenta uma forma particular de produzir e reproduzir: a apropriação de excedentes e acumulação de capital.

A centralidade da categoria *trabalho*, na compreensão da relação entre ser humano e natureza, na sociedade capitalista, possibilita a apreensão da questão ambiental como manifestação da questão social. Conforme Silva (2008), sob essa ótica é possível analisar, sob a perspectiva ontológica, os determinantes da questão ambiental:

a separação da sociedade em classes sociais e as conseqüentes distinções na forma de se apropriar do meio ambiente nos leva a identificar a radical impossibilidade de superação da destrutividade planetária pela via do progresso técnico. (SILVA, 2008, p.22).

Nesta seção, discutiremos o contexto de ampliação da questão ambiental na realidade brasileira, situando o Serviço Social no debate e nos espaços ocupacionais aonde vem atuando no enfrentamento à questão ambiental. Para tanto, partimos da contextualização dos limites sociometabólicos de reprodução do capital, como forma de contextualizar a questão ambiental como um dos elementos que impõe limites para o desenvolvimento do capital; mas, ao mesmo tempo, são criadas respostas que pouco ou nada interferem nas suas estruturas, pelo contrário, se constituem formas de garantir o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

2.1 Os limites absolutos de reprodução sociometabólica, a questão ambiental, os movimentos ambientalistas, de justiça ambiental e as lutas sociais

Conforme Mészáros (2011), o sistema sociometabólico de produção do capital no curso da história, em escala planetária, atinou os limites absolutos da sua estrutura. Esses limites dizem respeito à forma como o sistema do capital se expande. No entanto, mesmo que esses limites estejam relacionados à expansão das forças produtivas do capital, a degradação da vida, da natureza e das relações sociais se amplia e se intensifica como consequência desse processo histórico expansionista.

A completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início (MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

O limite de reprodução sociometabólica do capital configura-se na barreira imposta pelo próprio movimento do capital que, no processo histórico, aparentava não haver fronteiras para sua expansão. Mesmo supondo que os recursos naturais, explorados em larga escala, poderiam ser um impedimento para sua expansão predatória, podendo chegar a um colapso mundial, as contradições internas inerentes ao processo de produção se mostraram mais agravantes e limitantes.

A ativação dos limites absolutos, como destaca Mészáros (2011), não significa que inexistente uma saída, ou uma alternativa viável, mas que, para o capital, devido às suas estruturas, os limites dizem respeito à forma como o controle sociometabólico acontece. Assim como o próprio sistema pode encontrar formas de lidar com as contradições e se “ajustar” aos limites das suas estruturas.

Nesse sentido, o aprofundamento da questão social, nos limites estruturais do capital, remete para impossibilidade de solução⁶, ampliando e radicalizando os antagonismos ao longo da história da humanidade. Significa afirmar que, na medida em que se aprofunda a crise, ampliam-se os antagonismos e as respostas superficiais a questões estruturais que, muitas vezes, desviam o foco da real matriz da questão. Dentre essas respostas, estão a atribuição da crise ambiental ao aumento populacional, a naturalização do egoísmo à condição de natureza humana, sustentabilidade do capital, economia verde, dentre outras respostas que são difundidas como soluções para questões estruturais e insuperáveis na condição atual de reprodução capitalista.

Conforme Mészáros (2011), a ativação dos limites de reprodução do capital ocorre a partir de um conjunto de grandes contradições que estão articuladas entre si e que se intensificam conforme ampliam os antagonismos gerados pela reprodução do capital em escala global. Trata-se do antagonismo entre capital transacional e os Estados nacionais, a degradação do meio ambiente e da natureza, a luta pela emancipação das mulheres e o agravamento do desemprego.

Refletiremos, nesta seção, sobre o conjunto das contradições supracitadas, por compreender que se trata de partes que compõem o todo e estão articuladas entre si. Ou, como Mészáros afirma (2011):

(...) cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições. Como tais, elas demonstram ser insuperáveis precisamente porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 222).

Segundo Mészáros (2011), o antagonismo entre o capital transacional e os Estados nacionais advém de um conjunto de contradições mais profundas, como a formação do monopólio e da competição, a crescente socialização da produção e a apropriação de seus produtos, a divisão internacional do trabalho e a cada vez maior elevação entre as potências econômicas globais. Com o desenvolvimento e a expansão do capitalismo monopolista ao longo da história, há uma intensificação e agravamento da degradação da vida, com proporções que envolvem cada espaço do planeta.

⁶ Que não esteja ligada à superação das estruturas de reprodução do capital.

Contudo, paralelamente à grande expansão imperialista que temporariamente deslocou a contradição, a competição pelo domínio e a colisão entre interesses antagônicos assumiram escala e intensidade muito maiores. (MÉSZÁROS, 2011, p. 240).

A competição e os antagonismos gerados pela dominação da era dos monopólios se constituíram em um projeto de dominação global do capital. Tal projeto também se configura em uma forma de subordinação dos países dependentes. Os interesses do capital transacional são maiores que a soberania de qualquer nação. Nos limites estruturais, os antagonismos gerados pela contradição fundamental entre capital e trabalho são profundamente sentidos e o foco é, a qualquer custo, a concentração de capital.

Naturalmente, as personificações do capital encarregadas das grandes empresas não prestam atenção a sermões que os convidam a corrigir seus rumos. Não veem necessidade de mudança só porque as corporações gigantes andaram perdendo monumentais volumes de dinheiro. Por enquanto, elas conseguem ganhar dinheiro até no asfalto ou desviá-lo legalmente dos fundos de pensão de seus trabalhadores, como fez a General Motos. Preferem sair do problema das perdas maciças seguindo a ‘linha de menor resistência’, segundo a qual a tendência do capital que realmente ocorre é desenvolver-se em direção a uma concentração e a uma centralização sempre maiores. (MÉSZÁROS, 2011, p. 243).

A sujeição por indústrias cada vez mais destrutivas em troca de ilusórios favorecimentos na economia, principalmente de países dependentes atraídos pela oferta de emprego, assume uma dimensão do poder político em diversos Estados, agravando cada vez mais os antagonismos. Tal perspectiva sob a ótica do descontrole de inúmeras empresas transnacionais que assumem um plano de individualidade descontrolada que, insaciavelmente, se expande até o último espaço do território (MÉSZÁROS, 2011).

Ao mesmo tempo, no plano político totalizador, o Estado do sistema do capital é articulado como uma série de Estados nacionais opostos entre si (...) como ‘Estados soberanos’ particulares” (MÉSZÁROS, 2011, p. 244).

A apropriação dos territórios pelas indústrias transacionais agudizam não somente as desigualdades sociais, como também deixam lastros da destruição ambiental. É o caso da Samarco, que tem como principal função o abastecimento do mercado global com bens naturais semitransformados e que são extraídos do território brasileiro (WANDERLEY *et al.*, 2016).

Segundo Wanderley *et al.* (2016), o rompimento da barragem do Fundão se enquadra na classificação de rompimentos de barragens ocorridos em outros países durante um determinado ciclo do setor de minérios. “deve-se considerar que, se a volatilidade dos preços é uma característica intrínseca ao mercado de minérios, assim também seria o rompimento das barragens.” (WANDERLEY *et al.*, 2016, p. 31).

Ou seja, os recorrentes episódios de rompimentos de barragens são elementos inerentes à dinâmica econômica do setor mineral, em especial, as transnacionais com suas características de ocupação do território nacional, assim como os antagonismos gerados pela acumulação do capital de maneira ampliada à custa de inúmeras vidas, tendo o Estado da própria nação como um “aliado” de nações que são opostas ao seu “desenvolvimento” (WANDERLEY *et al.*, 2016).

Nesse sentido, uma das marcas da tentativa do capital ir além das suas possibilidades consiste nas condições de intercâmbio material entre o ser humano e a natureza, na reprodução sociometabólica. Nos limites de suas estruturas, os antagonismos ambientais e sociais gerados pela crise estrutural do capital não apresentam nenhum significado no controle de reprodução sociometabólico, a não ser que gere algum excedente (MÉSZÁROS, 2011).

Nos limites de suas estruturas, o capital recria novas formas de necessidades de consumo como uma forma de autosustentação da sua reprodução, mesmo que custe uma gigantesca quantidade de recursos renováveis e não renováveis, além de vidas humanas, para a sua produção por meio do trabalho. Para exemplificar o pensamento de Meszáros, Paniago (2012) elucida a criação e consumo dos artigos de luxo atrelados ao desenvolvimento das forças produtivas. Nessa direção, a autora reflete sobre a criação de mercadorias altamente lucrativas que em nada ou pouco atendem às necessidades humanas reais, concentrando o objetivo diretamente à expansão da força produtiva. Esse exemplo denota para as estratégias de ressignificação do próprio processo produtivo que é capaz de destruir suas bases de produção para construir novas, ressignificadas e capazes de produzir e reproduzir com mais intensidade.

[...] devemos ter em mente que as realizações problemáticas do sistema do capital emergem de uma estratégia autocontraditória que ingênua ou assustadoramente ignora as exigências de um adequado domínio do ser humano sobre suas condições de existência orgânica e inorgânica” como a condição necessária de um domínio humano socialmente viável sobre as forças da natureza. (MÉSZÁROS, 2011, p.609)

Mesmo que essa destruição abale as próprias estruturas para que sejam reconstruídas e que haja a possibilidade de continuidade da reprodução do capital. Nesse processo, são criadas mercadorias que não necessariamente serão consumidas, mas sim destruídas, o que importa é que seja produzida para continuidade e expansão da força produtiva. Nessa direção, a contradição do sistema capitalista se amplia na medida em que o trabalhador é desvalorizado, ao tempo em que são criadas formas de consumo destrutivas em massa que visam alimentar o processo de produção e reprodução do capital (MESZÁROS, 2002, *apud*, PANIAGO, 2012).

Esse afastamento do chão natural dos fundamentos de todas as indústrias, e essa transferência de suas condições de produção, saindo de si, para o contexto geral – daí a transformação do que antes era supérfluo no que é necessário, como necessidade historicamente criada – é a tendência do capital. A base de todas as indústrias passa a ser a troca geral em si, o mercado mundial, e daí a totalidade de atividades, intercâmbios, necessidades etc. de que ele se compõe. O luxo é o oposto do naturalmente necessário. As necessidades são as do próprio indivíduo reduzido a um sujeito natural. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 257).

Aliado a perspectiva de consumo que atende às necessidades supérfluas, Foster (2012) rememora o consumo notável e o desperdício notável. Não basta consumir as desnecessidades produzidas pelo capital, é preciso desperdiçar e demonstrar isso cotidianamente, como forma de prestígio social. Existem meios para ostentar o consumo dos supérfluos, as redes sociais, na contemporaneidade, cumprem esse papel. Não somente viabilizam a ostentação, como estabelecem formas do usuário adquirir os itens compartilhados, por meio de algoritmos que selecionam com um “clic” os dados, traçando perfis de consumo dos usuários.

Segundo Mészáros (2011, p. 260), “A utilização predatória dos recursos renováveis e não renováveis e o correspondente desperdício em escala monumental é o corolário fatal dessa maneira alienada de se relacionar com a necessidade humana individual”. O “apetite artificial”, como se refere o autor, substitui as necessidades reais humanas pelas necessidades do capital, como nos referimos acima.

É preciso ter em mente que, por mais que tenhamos meios de propagar a questão ambiental em dimensões globais, esses meios: tecnologias⁷, publicidade, consumo, populações, são apenas os vértices e não a matriz da produção das coisas. Conforme Foster

⁷ Nos referimos às tecnologias, assim como a ciência, como uma das formas de propagar a questão ambiental por considerar que na reprodução das relações capitalistas, a ciência e a tecnologia também atendem prioritariamente os interesses de expansão capitalistas.

(2012), parafraseando Marx, “o capital é um sistema de valores auto-expandidos” (p. 98). No curso da produção e reprodução, o capital sozinho se expande, se alimentando e se apropriando do trabalho excedente e dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Se existe uma forma para enfrentar a questão ambiental é freando a matriz da produção, desarticulando as estruturas do sistema em dimensões globais (FOSTER, 2012).

A falha sociometabólica deriva da natureza do sistema de reprodução e não do egoísmo humano ou tão somente da indústria poluidora. De toda forma, somos parte integrante do processo de produção e reprodução do capital.

O impulso expansionista cego do sistema do capital é incorrigível, porque não pode renunciar à sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global. (MÉZÁROS, 2011, p. 259).

No que se refere à liberação das mulheres e a questão da igualdade substantiva, Mézáros (2011) destaca as conquistas das lutas femininas por igualdade e a expansão da reprodução do capital no curso da história. Conforme o autor, as conquistas são fruto das lutas sociais, mas, contudo, dentro das necessidades do processo de acumulação do capital.

Dentro desse quadro de racionalização e legitimação ideológica da ordem burguesa – em que as mulheres, assim como as crianças, não poderiam se qualificar para a cidadania e o direito de votar, porque ‘não são senhoras de si’ – tudo tinha de ser definido tendenciosamente. O fio que orienta as definições devia caber nos quesitos de um sistema que funciona com base na ‘igualdade’ – reduzida ao direito de vender (por meio de um ‘contrato livre’) a sua ‘propriedade, em que podemos incluir qualquer arte, ofício ou ciência. (MÉZÁROS, 2011, p. 275).

Nesse sentido, a concepção de igualdade não é compatível com as estruturas do capital. Mesmo que seja alcançada alguma igualdade, esta está dentro dos ditames da estrutura. Sobre isso, Mézáros (2011) rememora que, mesmo que as mulheres tenham ou deixem de ter algum direito, esse direito está condicionado e alinhado aos imperativos do capital, seja para a sua expansão ou próprio da sua reprodução. Isso não significa dizer que diz respeito apenas às lutas das mulheres na sociedade. Na reprodução social do capital, principalmente nos limites das suas estruturas, não há qualquer possibilidade de alcançar a igualdade entre trabalhadores, entre homens e mulheres, entre pobres e ricos. A desigualdade é inerente à contradição fundamental entre capital e trabalho.

A condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que a priori exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade. Deve-se excluir categoricamente a igualdade substantiva devido à forma como, já há muito tempo, a divisão social do trabalho está construída na ordem existente. É isto que deve ser invertido. (MÉSZÁROS, 2011, p. 289).

Ainda assim, a ideia de oportunidades iguais e meritocracia é bastante difundida na sociedade contemporânea pela ideologia dominante, como se todos nas distintas condições desiguais e contraditórias pudessem ascender em uma realidade aprofundada pelas manifestações da questão social. Mesmo assim, quando é necessário para a expansão do capital, grupos que antes eram marginalizados ou não integravam um espaço nunca ocupado na sociedade passam a integrá-lo, além de integrar o círculo do consumo (MÉSZÁROS, 2011).

No que se refere ao desemprego crônico, último ponto apresentado por Mézáros sobre a ativação dos limites absolutos de reprodução sociometabólica do capital, é discutido o significado das concepções malthusianas e a relação com a ideologia conservadora, além das formas de tratar o desemprego e a pobreza no tempo presente. Conforme Mézáros (2011), Malthus apresentava um pensamento reverso às ações assistenciais direcionadas à pobreza e condenava o estímulo a essas ações. Além disso, em seus escritos, Malthus defendia que os trabalhadores só poderiam formar uma família quando tivessem condições de mantê-la, deveriam investir seus rendimentos em aplicações bancárias e, quando pobres, aprender a economizar para garantir um conforto para sua família.

A lei natural da população, desenvolvida por Malthus, de cunho conservador e moralista, mais se direcionava ao controle da pobreza do que a qualquer outra questão. Ainda hoje, seus pensamentos e ideologias são utilizados para tratar sobre a questão ambiental. A associação entre pobreza, como causa principal da questão ambiental, facilmente é direcionada para o argumento do aumento populacional e os limites do crescimento. Não somente na questão ambiental, mas nos discursos conservadores contemporâneos, quase todas as causas dos problemas do mundo giram em torno da pobreza.

A definição falsa de problemas e a projeção otimista de soluções superpostas a eles – seja na forma de castidade malthusiana ou de seus equivalentes mais recentes e igualmente grotescos de abstinência, a serem impostos em prejuízo dos pobres, todos propostos depois de ameaçar a humanidade em geral com uma forma ou outra de colapso direto imposto pela natureza –

devem-se ao fato de não se pode contestar a dinâmica interna perversa do sistema. Assim, as ‘soluções’ têm sempre de seguir a linha quadratura do círculo. Reconhece-se que os problemas que nos ameaça são globalmente abrangentes, mas este reconhecimento é anulado pela restrição inevitável do sistema do capital ser estruturalmente incompatível com o planejamento abrangente. (MÉSZÁROS, 2011, p.318).

Nesse sentido, Mézáros (2011) rememora que a preocupação com o aumento populacional, como ameaça à própria humanidade, é levada em consideração em grande parte pelos conservadores e a burguesia do que o desemprego estrutural. Ou mesmo não é levada em consideração, pelo contrário, estabelece formas de desfazer a própria noção de emprego como ruim para a economia, criando estratégias ideológicas ligadas ao empreendedorismo, à autonomia e liberdade de trabalhar quando quiser, ou mesmo argumentos liberais: seja seu próprio patrão.

Ainda assim, essas formas de renomear as classificações de trabalho geram nos índices e números oficiais uma falsificação dos dados sobre desemprego. Uma forma de driblar, de forma ilusória, as consequências do desemprego estrutural na economia. Na realidade brasileira, os índices de taxa de desemprego, em julho de 2019 chegou a 12,5%, tendo uma queda em outubro do mesmo ano para 11,8%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. “O ‘melhoramento das estatísticas’ de desemprego e de assuntos correlatos é a preocupação atual dos governos das ‘sociedades democráticas’, que assim admitem o seu fracasso no tratamento das causas básicas.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 235).

A realidade do desemprego estrutural não é característica da dinâmica societária brasileira. São reflexos de transformações no processo produtivo⁸ que repercutem diretamente no mundo do trabalho. Tais alterações no processo produtivo dizem respeito, principalmente, a desregulação dos direitos trabalhistas, também uma tendência mundial e que se coloca para as economias capitalistas como um impasse ou um obstáculo para a ampliação do capital. Além disso, diz respeito à fragmentação da classe trabalhadora e do enfraquecimento do sindicalismo (ANTUNES, 2009).

Assim o desemprego *oculto e latente* tornou-se uma característica dessas sociedades, com graves implicações para suas perspectivas de desenvolvimento. Ainda assim, essa falha se apresentou como um ideal, como se as sociedades tivessem tido sucesso completo e permanente na solução do problema do desemprego crônico. Na verdade, houve uma época

⁸ Discutiremos especificamente sobre as mudanças no processo produtivo e os impactos ambientais, sociais e políticos, nas seções 2.1.1 e 2.1.2.

na história do pós-guerra – a década de 60 (1960), para ser preciso – em que o ‘modelo chinês’ foi saudado por alguns teóricos do desenvolvimento da esquerda como o ideal a ser seguido por todas as sociedades pós-coloniais, inclusive e principalmente pela Índia. (MÉSZÁROS, 2011, grifos do autor).

Ainda assim, o desemprego é utilizado como forma para justificar cortes, aumentar taxas de impostos que direta e indiretamente afetam a classe trabalhadora e os que sobrevivem nos trabalhos informais precarizados. Essa realidade está presente em todos os países, até porque não há mais barreiras territoriais com a influência do capital transacional e das indústrias que atuam globalmente, incluindo os países imperialistas (MÉSZÁROS, 2011).

Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua.(MÉSZÁROS, 2011, p. 341).

Nesse sentido, a associação entre os pontos aqui apresentados, conforme o pensamento de Mézáros (2011), destaca-se pela relação direta entre a contradição gerada na relação entre o capital transacional e os Estados nacionais, a degradação e apropriação do meio ambiente para produção e reprodução do capital, assim como o aumento do desemprego e a transformação do exército industrial de reserva em força de trabalho supérflua.

2.1.1 O cenário político, econômico, social e cultural no contexto da crise estrutural do capital e os rebatimentos na conjuntura brasileira.

Ao longo da história, a humanidade vivenciou crises cíclicas do modo de produção capitalista que alteraram significativamente a conjuntura de diversos países, assim como as respostas do sistema para enfrentamento e recomposição do crescimento das forças produtivas. É importante destacar que as crises do capital se constituem a natureza do próprio capital. Ao longo da história, o capital apresentava períodos expansionistas e de crises cíclicas que caracterizaram a natureza da sua dinâmica, até o advento da crise estrutural do capital, em que não mais se abrem ciclos de crises e expansão, mas há somente a crise, na sua forma mais profunda e agudizada, com repercussões em todas as dimensões da vida.

Ao longo da história da formação social brasileira, o movimento do progresso e do desenvolvimento urbano industrial apresenta as suas raízes na desigualdade e na pobreza de

um país que, historicamente, convive em condições que são um descompasso das projeções econômicas e otimistas da economia e do desenvolvimento da indústria. A contradição e o antagonismo fazem parte das estruturas do desenvolvimento e da formação capitalista na realidade brasileira e, com o passar dos anos, são agudizados (IANNI, 1989).

Conforme Behring e Boschetti (2011), na realidade brasileira, o desenvolvimento combinado e desigual (IANINI, 1989), no curso da história, mostra as adaptações ao capitalismo sob a égide da transição e substituição do trabalho escravo para o trabalho livre. A herança colonial na formação social e a inserção do capitalismo, no curso da história, caracterizam particularidades da formação da burguesia brasileira, assim como no processo de desenvolvimento capitalista. Não vivenciamos uma etapa de desenvolvimento do capitalismo concorrencial, como a grande maioria dos países centrais. Este processo acontece entre o período colonial e de transição para o desenvolvimento do capitalismo moderno, o que denotou para características como a tendência de crescimento para dentro, permanecendo os interesses do setor agroexportador.

O desenvolvimento capitalista, na realidade brasileira, ocorre em três etapas, conforme Fernandes (2006): o período de eclosão do capitalismo moderno, passando por uma fase neocolonial; o período de formação e expansão do capitalismo competitivo e, por último, a fase do capitalismo monopolista.

Segundo Santos (2012), o fim do período colonial brasileiro advém, principalmente, da necessidade de adaptação ao contexto econômico mundial que não mais se encaixava aos moldes coloniais. “Era a transição do capitalismo concorrencial para o industrial, que colocava na ordem do dia a remoção das barreiras ao livre acesso aos mercados mundiais para escoar sua crescente produção, revolucionada por descobertas técnico-científicas.” (SANTOS, 2012, p.59).

Nesse sentido, o café assume, aos poucos, uma importante função na economia nos primeiros momentos do período monárquico (1822 – 1889), ao ocupar um dos principais produtos de exportação do país, tornando a agricultura uma atividade fundamental para a economia (SANTOS, 2012). Apesar da acumulação de capitais, por meio das atividades agrícolas, não ter sido o suficiente para manter estabilidade financeira.

A escassez de braços para a lavoura do café-que, provisoriamente, se fez comparando os escravos da decadente região nordeste- foi se agravando até que se firmasse como alternativa viável a substituição dessa mão de obra

pela de imigrantes assalariados. Digo isso posto que, inicialmente, a convivência entre escravos e imigrantes (inicialmente alemães e portugueses) não foi produtiva pelas condições a esses últimos oferecidas pela tacanha classe de fazendeiros. (SANTOS, 2012, p.66).

A República Velha (1889 – 1930) significou um período importante para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, já que, até então, ainda não existia, de fato, um capitalismo industrial na realidade do processo produtivo. É a partir desse período que o trabalho assalariado vigora de forma efetiva no país. Ainda tendo como foco central o modelo produtivo baseado na produção agroexportadora de café (SANTOS, 2012).

Em 1930 até 1945, durante o primeiro governo de Vargas, “consolida o processo de substituição de importações de produtos manufaturados pelos da indústria nacional, dando início à segunda fase da constituição do capitalismo brasileiro” (SANTOS, 2012, p.72). Tal período ficou conhecido como industrialização restringida. O período, conhecido também pelo desenvolvimento do capitalismo competitivo (FERNANDES, 2006), consolida a economia urbano-industrial e significou um processo de transição industrial importante, que perdurou até a década de 1950.

Em 1929, a crise de superprodução, iniciada nos Estados Unidos com a quebra na bolsa de valores norte-americana, ocasionou uma profunda crise econômica mundial, aumentando as taxas de desemprego no mundo inteiro. Acompanhado da crise econômica, surge também a desconfiança das falhas da influência liberal na tomada de decisões econômicas.

Segundo Mendel (1973), esse período durou até 1935, quando as taxas de crescimento de mais-valia, decorrentes do aumento considerável da jornada de trabalho, sem o pagamento proporcional a esse aumento, demonstraram para a contínua expansão das formas produtivas, criando uma composição orgânica do capital, com baixas nos valores das matérias-primas, geraram obstáculos próprios, caindo a taxa de lucros, causando desempregos, estagnação da produtividade e a redução da capacidade produtiva industrial.

Após o período de 1945, no curso do capitalismo tardio, iniciava-se uma nova fase do imperialismo. Uma longa onda expansionista, considerada como os anos dourados ou anos gloriosos, logo chegaria ao fim na década de 1970, com o fim das longas ondas cíclicas e de recomposição do capital, para dar lugar ao contexto da crise estrutural do capital onde o período expansionista é substituído por uma contínua e estrutural crise do capital.

A crise estrutural do capital começou a dar sinais no final da década de 1960 e início da década de 1970. Esse período é caracterizado por seis pontos apresentados por Mészáros (2011) e Antunes (2009): queda na taxa de lucro; esgotamento dos padrões de acumulação taylorista e fordista; hipertrofia do setor financeiro; crise do estado de bem-estar social e incremento acentuado das privatizações.

Como resposta à sua crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de denominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era de Thatcher-Reagan foi expressão mais forte: a isso se seguiu também um intenso processo de *reestruturação da produção* e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2009, p. 33, grifos do autor).

Conforme Mészáros (2011), a novidade histórica da crise estrutural do capital consiste na sua dimensão universal. Não se concentra mais em um território ou uma esfera particular, tendo um alcance verdadeiramente global, com uma escala de tempo extensa, contínua e permanente, em constante colapso e com desdobramentos que se aprofundam e se complexificam. Sendo assim, a crise estrutural do capital afeta a totalidade “de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada.” (MÉSZÁROS, 2011, p.797).

Assim, a crise estrutural não está limitada à dimensão econômica ou política, mas sim contempla todas as dimensões da vida, desencadeia crises ecológicas, políticas, sociais, humanitárias, financeiras, de saúde pública, em dimensões globais e estruturais, estritamente interligada às relações de capital.

Como resposta à crise estrutural do capital, inicia-se um processo de reestruturação produtiva e do trabalho que ficou conhecida como uma reorganização do sistema do capital em suas dimensões políticas e ideológicas sob a ótica do neoliberalismo. Significou, em linhas gerais, a privatização do Estado, diminuição dos direitos trabalhistas e desmonte do aparelho estatal (ANTUNES, 2009).

Na realidade brasileira e em países de economia dependente, o processo de reestruturação produtiva ocorreu sob o cenário de condições subalternas. A destruição da natureza, do ser humano e do meio ambiente ocorreu de forma global, em diferentes intensidades, mas com grandes impactos no processo produtivo e na vida das pessoas,

principalmente quando atinge altos índices de desemprego estrutural, além do prolongamento das jornadas de trabalho (ANTUNES, 2009).

(...) a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metaboliza entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital. Como tem sido enfatizado insistentemente por diversos autores, o capital, no uso crescente do incremento tecnológico, como modalidade para aumentar a produtividade, também necessariamente implica crises, exploração, pobreza, desemprego, destruição do meio ambiente e da natureza, entre tantas formas destrutivas. Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase de reestruturação produtiva do capital. (ANTUNES, 2009, p. 36).

A destruição do capital e suas expressões na destruição da natureza e da condição humana não faz parte de uma qualidade externa ao capital, mas parte integrante da condição interna do próprio capital. Como Mészáros (2011) afirma, é a lógica de autopreservação do capital e por meio dessa lógica que atingimos os patamares mais perversos de produção destrutiva. Além disso, a noção de destruição necessária ganha repercussão e adquire dimensões positivas na crise estrutural do capital. Uma relação simples dessa lógica é a atual política de meio ambiente e os seus gestores que sustentam a lógica da destruição da natureza como necessidade para o desenvolvimento econômico, ou mesmo a morte de centenas de pessoas como um mero acidente do processo de produção mineral. Na crise estrutural do capital, pouco vale a vida das pessoas, a vida da natureza e a perversidade adquire status de condição de autopreservação do capital.

Os rebatimentos da crise estrutural do capital na realidade brasileira emergem principalmente na década de 1980, quando o país vivenciava o período de redemocratização e profunda crise econômica, levando a transformações profundas. Enquanto países centrais vivenciavam o avanço neoliberal na década de 1980, como rebatimento da reestruturação produtiva do capital, a realidade brasileira vivia um pacto social democrático que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1989. Logo em seguida, na década de 1990, os interesses da burguesia industrial colidiam com as conquistas trabalhistas demarcadas na constituição.

As bases do projeto neoliberal foram fincadas mediante a constituição de um ideário ou de uma cultura política da crise que advogava a defesa da retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia

internacional e da necessidade de redefinição do papel do Estado. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 09).

A década de 1980 se caracterizou por um longo período de crise na economia brasileira. Significou o fim do dinamismo econômico industrial e de um padrão de acumulação nacional-desenvolvimentista, que vinha de um projeto histórico que se iniciou na década de 1930 e 1950, chegando ao fim na década de 1980 com a crise econômica, ressecção, queda no salário mínimo, oscilação nas taxas de desemprego e insegurança econômica.

As transformações sob o cenário crítico da instabilidade econômica brasileira incidiram diretamente no papel do Estado na organização econômica. O Estado desenvolvimentista não “cabia” mais aos moldes das transformações capitalistas que exigiam uma nova ordem mundial. “A reviravolta neoliberal foi o resultado das contradições internas ao Estado desenvolvimentista, que o levariam à crise agônica em que ele se debate no presente, anulando quase inteiramente sua capacidade regulatória.” (VELASCO; CRUZ, 1997, *apud* ALENCAR; ALMEIDA, 2011, p. 11).

O receituário neoliberal passou a integrar o movimento econômico na sociedade, tendo como principais ações a diminuição do Estado e redução dos gastos governamentais na sociedade, principalmente em políticas públicas. No entanto, esta influência, como citamos acima, advém de um cenário global, imposta para o mundo pelo capitalismo.

A modernização conservadora, iniciada no período do governo de Fernando Collor (1990 a 1992), tem como base a contrarreforma do Estado, tendo como principal alvo, causador da crise brasileira, o próprio Estado. A proposta de combate e enfrentamento à crise, na verdade, tratou-se de um projeto de desajuste da economia brasileira, centrado na diminuição do Estado. Tendo como cerne as orientações do Banco Mundial pelas vias do Consenso de Washington, o Estado colocou em andamento um projeto que visava reformas que apresentavam como proposta a flexibilização econômica e envolviam desde a Educação ao setor tecnológico, econômico e social (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Essas políticas econômicas levaram o país a enfrentar uma séria recessão econômica, visível nas quedas do PIB, no PIB industrial, nas baixas taxas de investimento, bem como na perda média dos salários reais, no crescimento do desemprego, na concentração da renda e na deterioração das condições de infraestrutura e dos serviços públicos. Apesar do processo de impeachment de Collor, o governo de Itamar Franco deu prosseguimento à mesma política. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 13).

O padrão de reprodução na América Latina se concentra a partir da década de 1980, com a ofensiva neoliberal, em uma nova formação social sustentada em um padrão de reprodução dependente voltado para produção de exportação. O período vai até 2016 com a hegemonia do capital fictício. Desde então, a prioridade no padrão de produção capitalista concentrou-se em atividades denominadas de primário-exportadoras direcionadas para o extrativismo e para o agronegócio (VALENCIA, 2019).

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, inicia-se um aprofundamento das políticas neoliberais, seguido de reformas estruturais que iam desde a abertura comercial à diminuição da atuação do Estado nas políticas econômicas, retornando as exportações de matérias-primas, principalmente de carnes e cereais. A exportação de *comodities* passa a integrar o *ranking* de países exportadores de *comodities* extrativistas do mundo (VALENCIA, 2019).

Conforme Valencia (2019), é importante distinguir que esse processo de produção, baseado na exportação de *comodities*, se distingue da histórica especialidade brasileira de exportação de matérias primas, principalmente a partir do processo de produção tecnológico, sobretudo quando se refere à exploração de combustíveis fósseis.

Esse modelo se estendeu nos governos de Lula e Dilma, com bases neoliberais e pautado em políticas desenvolvimentistas. Ou seja, a dinâmica sociometabólica, instituída no início da década de 1990 com Collor, as orientações do Banco Mundial e o projeto neoliberal continuavam no seu curso histórico, apresentando como centro do modelo produtivo de base extrativista exportadora (VALENCIA, 2019).

2.1.1.1 As consequências ambientais e sociais do modelo agroexportador

O modelo agroexportador, como conhecido atualmente, apresenta as suas bases na Revolução Verde, destacada por alguns autores como um “jeito capitalista de dominar a agricultura” (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p. 13). É importante destacar que, na realidade brasileira, a Revolução Verde cresce historicamente no período da ditadura militar quando houve o processo de modernização da agricultura pelas vias dos latifúndios, consistindo em uma parte do processo de modernização conservadora.

Conforme Harvey (2011), a Revolução Verde apresentava como objetivo central o aumento da produtividade de alimentos com a intenção de combater a fome em massa, entretanto, a forma como foi realizada gerou impactos profundos tanto no ambiente como na sociedade. O símbolo da revolução tinha como norte o uso de tecnologias e da ciência no aumento considerável da produção de monoculturas por meio de alterações genéticas e uso de fertilizantes e agrotóxicos. Os lucros da produção de fertilizantes e pesticidas a base de petróleo ficou por conta da Monsanto, empresa estadunidense, além da Bayer com os agrotóxicos.

A união entre o desenvolvimento industrial e agrícola à época é amparada por grandes empresas e subsidiada pelo Estado. Com esse arranjo, as fronteiras brasileiras são abertas, tanto para o uso interno como externo, como forma de ampliar a produção de monoculturas como soja, milho, algodão, arroz e cana-de-açúcar, transformando radicalmente as estruturas agrárias, sociais, econômicas e políticas (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Em um contexto de expansão da produção agrícola baseada em latifúndios e monoculturas, gerida por indústrias e conglomerados transnacionais, em um mercado de bases neoliberal, com alta competitividade e expropriação da terra, da natureza e do ser humano, é notório que os impactos gerados pela produção agrícola em larga escala causariam desigualdades e contradições profundas no campo e na cidade.

Defensores da expansão do agronegócio costumam apontar os seus indicadores econômicos (taxa de crescimento, exportação, produtividade e outros já mostrados) para se capitalizar econômico e politicamente nas suas barganhas. No entanto esquecem ou escamoteiam os custos sociais e ambientais advindo desse crescimento econômico a qualquer custo típico da expansão capitalista (...). (MESQUITA, 2016, p. 143).

Conforme Mesquita (2016), o atual modelo agroexportador é ainda mais destrutivo ambientalmente e socialmente do que os modelos anteriores. Pois, não basta seguir os moldes da Revolução verde e seus pacotes de incentivo a incorporação tecnológica, uso de sementes geneticamente modificadas, mecanização do processo produtivo, como também apropriação de territórios, agudizando antagonismos entre pequenos e médios proprietários, não proprietários de terra, comunidades tradicionais e os grandes latifundiários, grandes empresas que ocupam territórios inteiros com monoculturas.

Além disso, existem também as contradições entre padrões de produção do agronegócio e da produção familiar. Conforme Mesquita (2016), na produção do agronegócio

prevalece a acumulação do capital e ampliação dos lucros. Na produção da agricultura familiar, o foco é a produção em pequena escala para um mercado interno. No entanto, conforme o autor supracitado, o padrão de produção familiar não alcança de forma satisfatória as políticas específicas de incentivo à produção agrícola.

Mesquita (2016) nos apresenta alguns pontos sobre os principais impactos causados em decorrência do modelo agroexportador que expropria os recursos naturais e humanos para a obtenção e ampliação do capital e do lucro.

- a. Concentração da terra e da renda;
 - b. Aumento das desigualdades socioespaciais;
 - c. Aumento da migração campo-cidade e do desemprego rural;
 - d. A produção da soja gera pouco emprego direto;
 - e. Expropriação de pequenos e médios produtores – diminui o número de exploração e estabelecimentos agrícolas;
 - f. Mudança do perfil produtivo regional - mais especialização e concentração da produção;
 - g. Substituição de policulturas e produção de leite por cultivos monocultivos;
 - h. Aumento das importações de alimentos e de insumos modernos voltados para o agronegócio;
 - i. Violência contra lideranças locais;
 - j. Balança comercial vulnerável – dependência de um número reduzido de produtos.
- (MESQUITA, 2016, p. 143).

Além disso, o agronegócio contamina o solo, o lençol freático, os alimentos, a vida animal e humana, assim como a biodiversidade. Exemplo disso são as atualizações na regulamentação do uso de agrotóxico no Brasil.

Em julho de 2019, foi aprovado o novo marco regulatório para agrotóxicos, abonado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. Com a aprovação do novo marco, a ANVISA passa a avaliar e classificar a toxicidade dos agrotóxicos, seguindo os padrões adotados pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos, criado durante a ECO 92, no Rio de Janeiro (LOPES; PADILHA, 2019).

A medida também visou o alinhamento das normas brasileiras as de países da Europa e Ásia, visando também fortalecer as exportações dos produtos brasileiros. Contudo, um dos pontos mais gritantes do marco regulatório consiste na alteração da nomenclatura nos rótulos de venenos que antes eram considerados “extremamente tóxicos” para “pouco tóxicos”. Nestes últimos, o rótulo fica liberado de informação, não sendo necessário que o agricultor

saiba dos riscos. Além do mais, cerca de 800 agrotóxicos saíram da categoria “extremamente tóxicos”, restando apenas 300 (LOPES; PADILHA, 2019).

Outras mudanças na rotulagem são a adoção do uso de informações, palavras de alerta e imagens (pictogramas) que facilitam a identificação de perigos à vida e à saúde humana. O novo marco regulatório é composto por Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs) e uma Instrução Normativa (IN), todas do órgão sanitário. Antes da avaliação, as propostas foram submetidas a Consultas Públicas (CPs), em 2018. (LOPES; PADILHA, 2019, p. 67).

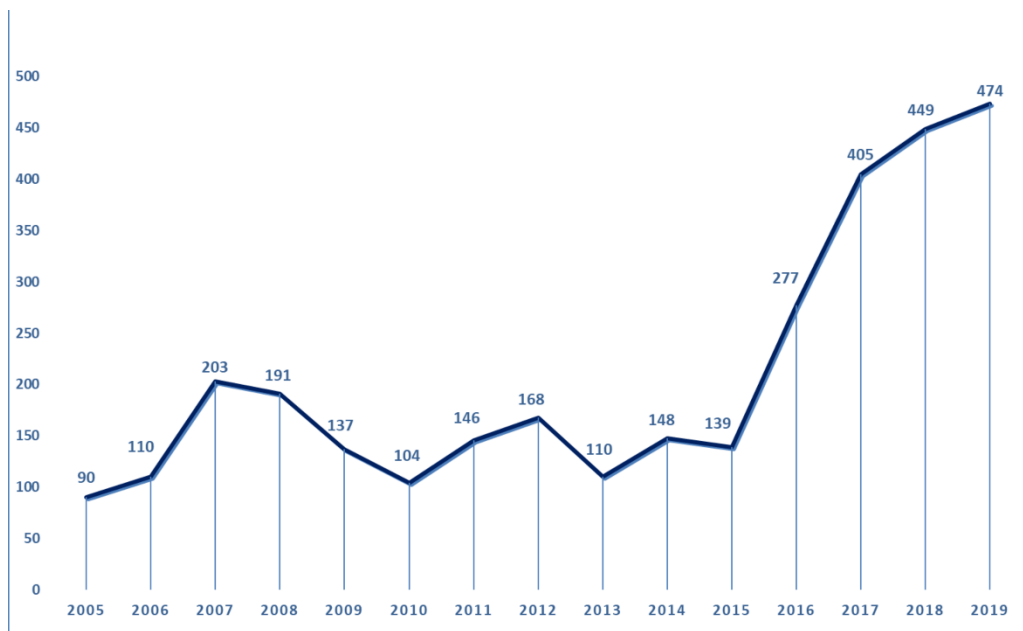
As medidas, com o objetivo de minimizar as informações sobre os impactos dos agrotóxicos na vida do trabalhador que manuseia os produtos, assim como das pessoas que estão sujeitas a contaminação pela pulverização em grande quantidade de agrotóxicos, demonstram apenas alguns dos impactos gerados a partir do modelo agroexportador baseado historicamente na Revolução Verde.

A concentração de terra, o desmatamento, as disputas no campo que geram violência e expropriação de terras, as desigualdades e as contradições inerentes ao agronegócio, geram consequências ambientais e sociais incalculáveis.

O modelo de expansão dominante, como se sabe, aperfeiçoou o pacote tecnológico herdado da Revolução Verde, sofisticando ainda mais o uso da química (glifosato) e da genética (transgênicos) do pacote anterior, potencializando assim seus efeitos (negativos) invisíveis, nem sempre computados nas planilhas de custos das empresas. Nessa lista se encontra a contaminação dos solos, lençóis freáticos e de águas potáveis e a perda da biodiversidade. (LOPES; PADILHA, 2019, p. 143).

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2019 houve um aumento no total de registros de agrotóxicos permitíveis para o uso no Brasil, chegando a 474 tipos de agrotóxicos registrados.

Gráfico 1. Total de Agrotóxicos Registrados por ano.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020).

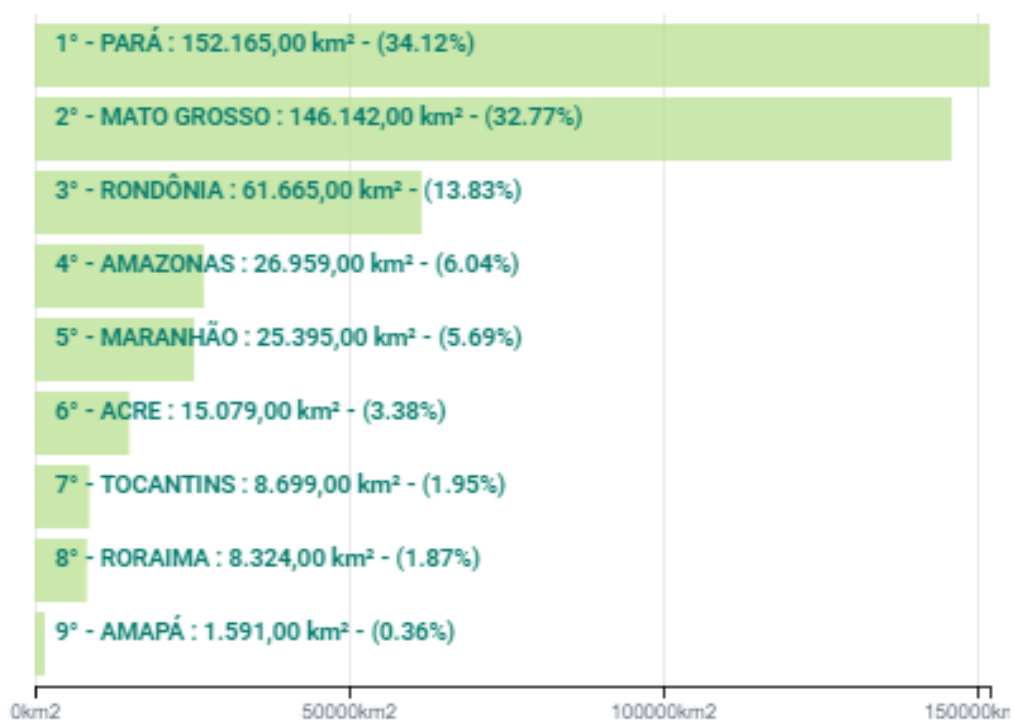
Além do uso indiscriminado de agrotóxicos, a ocupação de terra pelo agronegócio vem gerando desmatamento que inclui também o uso da terra para o manejo de gado. “Há uma correlação positiva entre a expansão das áreas do agronegócio com a devastação e, portanto, com a perda de biodiversidade e com o desmatamento.” (MESQUITA, 2016, p. 144).

No Brasil, a área de ocupada com as culturas do agronegócio é gigantesca ultrapassa a casa das dezenas de milhões de hectares e desde os anos 1990 se encontra predominantemente nos biomas: Cerrado, Pantanal e Amazônico. Nos dois últimos há uma preocupação institucional com apoio inclusive internacional para conter o desmatamento e suas consequências, que nem sempre surte efeito, no Cerrado, no entanto, a preocupação governamental é mínima, o que facilita a ocupação e, portanto, o processo de degradação que acompanha a retirada das florestas nativas. (MESQUITA, 2016, p. 144).

O Gráfico 2 evidencia dados de 2019 sobre o quantitativo de desmatamento acumulado referente à Amazonia Legal. Os estados do Pará e do Mato Grosso concentram as maiores taxas de desmatamento, seguido de Rondônia e o Amazonas. Somente o desmatamento no estado do Pará, concentra uma dimensão de aproximadamente 5 vezes o tamanho do estado de Sergipe.

Gráfico 2 . Taxas de desmatamento acumulados por Estados na Amazonia Legal, atualizados

Taxas de desmatamento acumulados - Amazônia Legal - Estados



em dezembro de 2019.

Fonte: INPE (2020).

Como referenciado por Mesquita (2016), a concentração do agronegócio, bem como da pecuária, concentra-se nos biomas do Cerrado, Pantanal e Amazônico. Os dados do Cerrado demonstram que o estado do Mato Grosso apresentou aproximadamente 46.054,95 km² de desmatamento acumulado até o ano de 2019, seguido de Goiás e Minas Gerais com dados aproximados (INPE, 2020).

Segundo Mesquita (2016), especificamente no estado do Pará, o desmatamento está articulado historicamente ao crescimento da agropecuária, mas, atualmente, a concentração dos níveis de desmatamento é ocasionada devido à expansão do agronegócio na região, principalmente na produção de soja.

2.1.2 Reestruturação produtiva e as repercussões no mundo do trabalho

A crise estrutural do capital, como citamos acima, apresentou diversos fatores para a sua eclosão, principalmente no que se refere à crise dos padrões produtivos taylorista/fordista. Os modelos de produção em massa de mercadorias vigoraram durante o século XX, especialmente nos anos de ouro entre as décadas de 1950 e 1960, e esteve presente em praticamente todos os processos industriais em diversos países capitalistas. Uma das grandes características desse período, certamente, foi a grande participação estatal, sobretudo na manutenção do pleno emprego em países centrais, juntamente com a atenção às políticas sociais. A produção em massa para as massas visava atender ao consumo, assim como a grande produção de mercadorias.

Conforme Santos (2012), a política de pleno emprego se explica pela ótica da produtividade “que impunha o crescimento, nas mesmas proporções, do mercado consumidor, para o qual era essencial, por sua vez, o crescimento do nível do emprego e do assalariamento.” (p.159). Conforme a autora supracitada, duas características emergem juntamente com o padrão produtivo fordista: a primeira diz respeito à dimensão coletiva das contratações de trabalho e as formas que as negociações coletivas ocorriam com forte organização dos trabalhadores; a segunda diz respeito à massificação da estabilidade de emprego, que estava interligada a lógica do consumo em massa.

No Brasil, em realidade de capitalismo dependente e de desenvolvimento tardio, o fordismo se apresenta com particularidades e diferente da forma como se caracterizou em países centrais. O primeiro ponto diz respeito à ausência de pleno emprego e expansão dos direitos trabalhistas. Como não existiu uma política de Estado de Bem Estar Social, muito menos garantias sociais que possibilitassem a estabilidade trabalhista ou a garantia de emprego, na realidade brasileira, a implementação do fordismo concentrou-se na instabilidade, na desigualdade e flexibilização do regime de trabalho. O segundo ponto diz respeito ao padrão de consumo, como não havia pleno emprego e estabilidade trabalhista, o consumo não se voltava para as massas, mas sim de forma restrita.

No contexto da crise estrutural do capital iniciado na década de 1970 se expressou também na crise nos padrões de acumulação taylorista/fordista, apresentando como consequência a implementação da reestruturação produtiva do capital. Ou seja, nasce a necessidade de reorganização do capital para recuperação do processo produtivo assim como da retomada das suas bases de controle social (ANTUNES, 2009).

Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação social, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez, isso por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que vez apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. (ANTUNES, 2009, p.50).

Surge então uma nova estratégia de acumulação flexível capitalista em meio à crise estrutural do capital e mundialização financeira. Contestando o padrão fordista rígido, o Toyotismo emerge como característica central a flexibilidade nos processos de trabalho, assim como dos padrões de consumo e produção de produtos. Além disso, a flexibilidade também diz respeito à força de trabalho, à legislação social, a contratação de trabalhos, adaptação a novos cenários e outras realidades (ALVES, 2011).

Conforme Antunes (2009), o Toyotismo ou, como também ficou conhecido, “modelo japonês”, nasceu na fábrica de automóveis da Toyota e foi desenvolvido pelo engenheiro Ohno. A consolidação do modelo de produção ocorre no período de capitalismo monopolista industrial. O Toyotismo é uma “forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.” (ANTUNES, 2009, p.56).

Dentre as características do Toyotismo e que as diferem do Taylorismo e do Fordismo clássico, são:

Quadro 5. Diferença entre Taylorismo/Fordismo e o Toyotismo.

	Taylorismo/Fordismo	Toyotismo
1	Produção em massa e em série.	Produção com exigências individualizadas do mercado consumir.
2	Trabalho rígido e parcelar.	Trabalho em equipe e múltiplas tarefas.
3	Relação rígida entre homem e máquina.	A produção se estrutura em um processo produtivo flexível, possibilitando a manipulação por 1 operário de até 5 máquinas.
4	Redução do tempo de produção.	Aproveitamento do tempo de produção.
5	Pequeno estoque.	Estoque organizado com sistema de senhas e de

		grande reposição.
6	Estrutura do complexo produtivo vertical.	Estrutura do complexo produtivo horizontal.
7	Não há processo similar.	Organiza os círculos de controle de qualidade.
8	Pleno Emprego (no fordismo clássico).	Emprego vitalício.

Fonte: Adaptado de ANTUNES, 2009, p.56.

Dentre as diferenças apresentadas no quadro acima, o Toyotismo foi a resposta à crise financeira no Japão com o pós-guerra. A intenção era conter a crise aumentando a produção e mantendo a quantidade de trabalhadores, para tanto foi necessário criar estratégias como otimização do tempo, multitarefas e habilidades. Em um curto período de tempo, a economia foi retomada, aumentando os padrões de acumulação capitalistas (ANTUNES, 2009).

Com a ampliação dos padrões de acumulação capitalistas, a otimização do tempo e controle da qualidade da produção, a exploração do trabalho atinge patamares elevados. O ritmo de trabalho necessário para atender altos níveis de produção chamou a atenção de outros países, se caracterizando como modelo de acumulação de capital a seguir.

A transferibilidade do Toyotismo, ou de parte de seu receituário, mostrou-se, portanto, de enorme interesse para o capital ocidental, em crise desde o início dos anos 1970. Claro que sua adaptabilidade, em maior ou menor escala, estava necessariamente condicionada às singularidades e particularidades de cada país, no que diz respeito tanto às condições econômicas, sociais, políticas, ideológicas, quanto com à inserção desses países na divisão internacional do trabalho, aos seus respectivos movimentos sindicais, às condições de mercado de trabalho, entre tantos outros pontos presentes da incorporação (de elementos) do Toyotismo. (ANTUNES, 2009, p. 59).

A submissão ao mercado de trabalho, assim como as múltiplas habilidades necessárias para exercer funções adversas nesses espaços flexíveis, condizia com as novas necessidades do capital de reorganizar um novo padrão de acumulação, possibilitando o curso do seu desenvolvimento em meio à contínua e estrutural crise do capital.

A ascensão do neoliberalismo em conjunto com o padrão de acumulação flexível e a mundialização do capital, “instaurou um novo patamar de desemprego estrutural e a proliferação de trabalho precário nos principais países capitalistas.” (ALVES, 2011). Emerge,

desse contexto, um novo mundo do trabalho (ANTUNES, 2009), banhado na barbárie, na valorização do lucro em detrimento da vida e da natureza.

É importante destacar o papel do processo de reestruturação produtiva para o projeto neoliberal. Conforme Antunes (2009), a base estrutural ideopolítica do neoliberalismo é gestada entre as décadas de 1970 e 1980. A similaridade entre o Toyotismo e o neoliberalismo possibilitou condições favoráveis e necessárias para retomada do desenvolvimento do capital, assim como construiu a base econômica japonesa, se tornando destaque mundial.

Antunes (2009) destaca ainda que nesse processo de reestruturação produtiva é construída a falácia da “qualidade total” no universo das empresas modernas: “quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, menor deve ser o seu tempo de duração” (ANTUNES, 2009, p.52). A lógica da diminuição do tempo de vida útil dos produtos objetiva a diminuição do tempo de produção e, conseqüentemente, o aumento a quantidade da produção de determinado produto. A lógica da qualidade total também diz respeito ao contexto de constantes mudanças da imagem de um produto e o seu relançamento como algo inteiramente novo e mais moderno, em um curto prazo de tempo.

A falácia da qualidade total mencionada por Antunes (2009), refere-se ao modelo de organização baseado da maior produtividade e otimização do custo, na medida em que também está relacionada a produção otimizada e na “qualidade” do produto, assim como a satisfação dos seus consumidores.

A “qualidade total” torna-se, ela também, a negação da durabilidade das mercadorias. Quanto mais “qualidade” as mercadorias aparentam (e aqui a aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. Desperdício e destrutividade acabam sendo os seus traços determinantes. (ANTUNES, 2009, p. 53).

O processo de qualidade total prioriza a ampliação da produção, otimização dos recursos necessários para sua produção, diminuindo o tempo de duração de determinado produto, atrelado ao senso de estética e o constante lançamento de novas versões do mesmo produto. Nesse processo, o desperdício e a degradação da vida e da natureza não estão aparentes na gestão da qualidade, mas são parte integrante do seu processo de gestão. A satisfação do cliente atesta o desperdício do consumo de descartáveis e produtos obsoletos em poucos dias. Aliado a isso, a gestão de qualidade total também é intrínseca à gestão dos

resíduos sólidos que direciona a responsabilidade ao consumidor que atestou o produto de “qualidade”.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída na Lei nº 12.305/10, apresenta como responsabilidade da gestão dos resíduos o poder público, a sociedade civil e a própria empresa geradora do resíduo, que deve adotar medidas como logística reversa, coleta seletiva e inclusão e incentivo às organizações de catadores de materiais recicláveis. A exemplo da logística reversa, conforme Couto e Lange (2017), é necessário uma série de adequações legais, tributária, instrumental e financeira, para que o licenciamento ambiental tenha maior vigor e maior atuação do Estado na fiscalização dos cumprimentos legais, instituídos na cadeia produtiva.

Além disso, o compartilhamento da responsabilidade da gestão do resíduo sólido com a sociedade civil, na realidade brasileira, coloca o consumidor no topo da responsabilidade pelos resíduos gerados na indústria. Comparado a países Europeus, a indústria e o Estado assumem esse protagonismo, sendo responsáveis pelos resíduos gerados antes, durante e após a cadeia produtiva (COUTO; SANGE, 2017).

No que se refere ao consumo de *smartphones* e *tablets*, a constante atualização de *softwares* e a insuficiência de alguns equipamentos em atender determinadas atualizações, obriga o consumidor a comprar um novo equipamento, mesmo que o anterior ainda esteja em funcionamento, para a dada continuação do uso de aplicativos de comunicação, como, por exemplo, o *whatsapp*.

As empresas, em face da necessidade de reproduzir o tempo entre produção e consumo, ditada pela intensa competição existente entre elas, incentivam ao limite essa tendência destrutiva do valor de uso das mercadorias. Precisando acompanhar a competitividade existente em seu setor, cria-se uma lógica que se intensifica, e da qual a “qualidade total” está totalmente prisioneira. Mais que isso, ela se torna mecanismo intrínseco de seu funcionamento e funcionalidade. (ANTUNES, 2009, p. 53).

A lógica da gestão e produção, baseada na qualidade total, também está atrelada ao de capital humano e às tendências neoliberais. Na educação, também está ligada as perspectivas da programação neurolinguística, assim como da inteligência socioemocional. A tendência da gestão de qualidade total entremeou-se em diversas dimensões da vida, transferindo a lógica

de administração da cadeia produtiva aos espaços escolares, a vida cotidiana das pessoas, intercalada à lógica da flexibilização e adaptação aos processos de reestruturação do capital.

O processo de organização do trabalho, na acumulação flexível, se apresenta com uma nova roupagem que adentra aos processos de trabalho, a lógica de gestão, aos discursos motivacionais perversos e construção de uma cultura empreendedora que agudizará ainda mais as condições precárias de trabalho. Em tempos de acumulação flexível e em meio à crise estrutural do capital, a radicalidade dos discursos polivalentes constrói o perfil do profissional das múltiplas habilidades e competências que, enquanto se capacita para esse novo perfil, perde seus direitos trabalhistas conquistados ao longo da história.

Segundo Antunes (2009), essa é a realidade da intensificação das condições de exploração à força de trabalho. Nesse universo, são criadas artimanhas como a da qualidade total para justificar a diminuição dos postos de trabalho.

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (partnership), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa.” (ANTUNES, 2009, p.55).

Na realidade brasileira, adentramos nesse cenário com a radicalidade das contradições de uma nação de “terceiro mundo”. Além da flexibilidade das jornadas de trabalho, submergimos em um padrão de horário de tempo integral, especificamente a partir de 2010, quando os padrões das jornadas de trabalho dos brasileiros são alterados por meio do acréscimo de horas semanais. A mudança no padrão ocorre pela alteração das cargas horárias de horas de trabalho, chegando a 49 horas semanais, ou até mais que isso (ROSSO, 2017).

Pelo crescimento das horas de trabalho semanais, as condições de trabalho também são modificadas consideravelmente. Conforme Rosso (2017), quando são analisados os impactos do aumento da carga horária de trabalho por setores de atividades, a precarização do trabalho é ainda mais gritante, principalmente ao considerar as distribuições de cargas de trabalho por gênero, cor, idade, classe e as desigualdades de remuneração.

A tendência ao emprego da flexibilização de horários faz parte de estratégias de competição entre empresas capitalistas por realizar o trabalho em momentos mais adequados ante flutuações do mercado, assim como de

comodificação dos tempos de não trabalho pela ocupação e subordinação ao controle do trabalho dos tempos existentes ainda fora dele. O trabalho flexibilizado permanece, salvo se houver reação dos trabalhadores e dos sindicatos. (ROSSO, 2017, p.205).

Aliado às características da flexibilidade do trabalho, o contexto global de redução das legislações trabalhistas ampliou ainda mais o conjunto de precariedade laboral. Na realidade brasileira esse contexto não é diferente. Segundo Antunes (2018), com o advento dos infoproletariados expandem as novas dimensões da informalidade em meio à expansão do mercado de serviços terceirizados e informais. Conforme o autor supracitado, o trabalho é misturado a um conjunto misto de tecnologias informacionais, por meio de aplicativos, aliado a condições de trabalho oriundas do século XX. Além disso, há uma dimensão flexível característico do Toyotismo, mas também carrega características do controle laboral taylorista. O trabalho informatizado ainda é um misto de trabalho individualista com características e estímulos de cooperação e a formação de equipes, característico da tendência Toyotista.

Nesse contexto, a perda de direitos sociais historicamente conquistados pelas vias de “reformas” trabalhistas, legalmente vem destituindo do trabalhador o emprego formal, dando lugar à terceirização e aos trabalhos informais, interferindo na saúde do trabalhador, nas condições de trabalho, ao tempo em que são estimulados o cooperativismo, empreendedorismo e o voluntariado como estratégia para aumentar ainda mais a precarização das relações de trabalho.

O contexto apresentado evidencia características do sociometabolismo da barbárie (ALVES, 2011), caracterizado pelo “metabolismo de ‘dessocialização’ por meio do desemprego em massa e exclusão social, processo de precarização e institucionalização de uma nova precariedade do trabalho, sedimentada na cultura do medo.” (ALVES, 2011, p.22).

A barbárie constitui a natureza do próprio sistema do capital ao extrair o trabalho excedente sem limites e ultrapassando qualquer obstáculo que, por ventura, possa dificultar tal processo (MÉSZÁROS, 2011). “A crise estrutural do capital altera a temporalidade da barbárie histórica, que não se restringe tão somente a um *momentum* de interregno da acumulação de capital, mas torna-se a nova temporalidade sociometabólica.” (ALVES, 2011, p. 23).

Por se tratar do próprio *status* do capital em sua crise estrutural, principalmente no processo de reestruturação produtiva aos moldes do Toyotismo, o complexo de destrutividade do capital alcança novos patamares, ao tempo em que avançam as inovações tecnológicas, sendo que estas estão a serviço da lógica capitalista de acumulação.

Um dos traços paradoxais do novo complexo de reestruturação produtiva do capital, é ativar, por um lado, intensos dispositivos de envolvimento estimulado do trabalho vivo com a lógica da produção do capital (o que temos caracterizado como ‘captura’ da subjetividade do trabalho) e, por outro lado, ao mesmo tempo, tornar uma proporção cada vez maior do trabalho vivo força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital. (ALVES, 2011, p. 23).

As contradições próprias do sistema sociometabólico entre o trabalho e a natureza, sob a égide e comando do capital no tempo presente, denotam para as profundas crises civilizatórias, ecológicas, políticas, sociais que vivenciamos globalmente. Em tempos de barbárie, o lucro está acima da vida, o desperdício está acima da fome, a produção de bens e serviços está acima das necessidades humanas. A contradição é a natureza do sistema sociometabólico do capital.

As desigualdades, os antagonismos sociais, assim como a degradação da natureza e os impactos gerados na produção de capital, são fruto da dominação do capital sobre o trabalho. Desse modo, a desigualdade é força motriz do capitalismo, faz parte de sua essência.

Assim, ao longo de três séculos marcados pelo crescimento e desenvolvimento do capitalismo, a natureza vem sendo consideravelmente alterada para suprir as necessidades do capital. Harvey (2011) denomina esse processo de criação da “segunda natureza”, quando historicamente a natureza é modificada e remodelada. Com a ascensão do capitalismo, a destruição da natureza ao longo da história causou danos irreparáveis, criando outra natureza: a natureza modificada pelo ser humano no curso do desenvolvimento capitalista.

A geografia da acumulação do capital e da destruição criativa da terra não pode ser introduzida com qualquer tipo de olhar, nem é possível sem uma análise cuidadosa da dinâmica do aperfeiçoamento do controle sobre a coevolução em diferentes lugares. E sem isso não podemos avaliar o grau em que a relação com a natureza se constitui um limite para a cumulação do capital, que não pode ser superado ou contornado, independentemente das soluções tecnológicas, sociais e culturais que se possam apresentar. (HARVEY, 2011, p. 154).

Sobre o conceito de destruição criativa, Harvey (2011) evidencia as formas como as relações sociais são criadas e recriadas no espaço tendo como norte o capitalismo. A acumulação e o lucro possibilitam a ultrapassagem de barreiras locais e físicas e, até mesmo, cibernéticas quando, na internet, a compra e venda de mercadorias, assim como as relações sociais de produção, são estendidas e disseminadas nas redes sociais. Todos os espaços são espaços do capital e, nesses espaços, ocorrerão uma destruição de qualquer forma de vida ou bioma que seja necessária para a sua extensão e desenvolvimento.

A destruição criativa ou atrativa aos olhos do ser humano está simbolizada em diversas situações do cotidiano. Por exemplo, os dados do aumento de registros de agrotóxicos sendo analisados pelo governo como um importante avanço na agricultura, tendo como norte a Revolução Verde. Ou mesmo o desmatamento da Amazônia como importante avanço para a agropecuária. A expropriação de terrenos de origem ribeirinha para construção de condomínios de luxo. A apropriação de Áreas de Proteção Ambiental para construção de Resorts e parques aquáticos. Dentre outros exemplos que justificam expropriar a natureza em detrimento do consumo que alimenta as necessidades de expansão do capital.

2.1.3 Os movimentos ambientalistas, de justiça ambiental, e as lutas sociais

A construção do movimento ambientalista brasileiro, na década de 1970, é marcada por um processo inicial que carregou, como fundamento, as primeiras instituições e cooperações que uniam pautas ambientais, assim como a influência do movimento ambientalista internacional, que já promovia conferências com agendas internacionais marcantes, como as Conferências de Tbilisi e Estocolmo. De início e tardiamente, o movimento ambiental brasileiro passou quase 30 anos para se organizar efetivamente enquanto movimento social e, mesmo assim, foi durante a Eco 1992 que o movimento ganhou notoriedade, assim como as pautas de lutas ambientais aliadas as pautas políticas.

Os primeiros movimentos ambientalistas emergem no Brasil a partir da década de 1970, quando há uma gradativa abertura política para organização social, durante o período de ditadura militar. Anteriormente, na década de 1950, existiam fundações, organizações e associações que, de forma institucionalizada, conduziam um grupo de proteção ao meio ambiente que inspirou os movimentos nascidos na década de 1970. A Associação de Defesa

do Meio Ambiente (ADEMA), criada em 1956, e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que surgiu em 1958, são exemplos de organizações (BUENO, 2016).

Na década de 1970, com o surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas brasileiros, vivenciava-se a denuncia global da degradação ambiental por movimentos ambientalistas internacionais, como a Conferência de Estocolmo, que ocorreu em 1972. No entanto, o movimento brasileiro enfrentava dificuldades na sua organização, principalmente pela necessidade de definição de estratégias de mobilização, organização e alinhamentos por lutas em comum (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Cada um desses problemas foi resolvido em meio a três distintas estruturas de oportunidades políticas: o processo de Redemocratização, a Constituinte e Rio-92. Em cada uma delas, ciclos de protesto surgiram e os grupos ambientalistas tiveram de definir um conjunto mínimo de padrões de formas de pensar e agir comuns. (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 158).

É importante frisar que o movimento ambientalista brasileiro está classificado na categoria de “Novos Movimentos Sociais⁹” na América Latina. Dentro dessa definição, estão os movimentos que surgem como “alternativos¹⁰” dos movimentos tradicionais de classes, assim como de partidos políticos de esquerda. Os novos movimentos sociais surgem a partir do século XX, especificamente a partir da década de 1960. No entanto, apresentam especificidades que tanto dizem respeito aos questionamentos à linhas ideológicas e partidárias, como também um distanciamento em relação às contradições entre capital e trabalho, assim como do próprio movimento operário (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Montaño e Duriguetto (2010) salientam duas importantes diferenciações quando nos referimos aos movimentos sociais, diz respeito a mobilização social e a ONG:

Quadro 6. Distinção entre Movimentos Sociais, Mobilizações Sociais e ONG, segundo Montaño e Duriguetto (2010).

Movimento e Mobilizações Sociais	Deve claramente se diferenciar o conceito de movimento social do de mobilização social. Longe de se tratar de uma questão semântica, um movimento social caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma “mobilização social” remete a uma atividade, que se
----------------------------------	--

⁹ Dentro desse cenário de construção dos novos movimentos sociais estão os movimentos e lutas sobre classe, etnia, raça, ecológico, sexualidade e religião.

¹⁰ Não significa dizer que esses movimentos seguirão os passos dos movimentos de classes, embora muitos apresentem objetivos distintos aos movimentos operários clássicos.

	esgota em si mesmo quando concluída. Mobilização pode ser uma ferramenta do movimento; mas em si, mobilização não necessariamente significa uma organização nem constitui um movimento social.
Movimentos Sociais e ONG	Outra coisa comum e equivocada é a identificação entre Movimento Social e ONG; são tratadas ora como organizações de uma mesma natureza, ora como entidades que se sucedem no tempo. Porém, ambas constituem organizações de natureza bem diversa. Por um lado, o Movimento Social, dentre outras determinações, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certas identidades/necessidades/reinvidicações/pertencimentos de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões – o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão. Por seu turno, a ONG é constituída por agentes, remunerados ou voluntários, que mobilizam na resposta a necessidades, interesses ou reinvidicações em geral alheios, não próprios.

Fonte: Montañó e Duriguetto (2010)

A partir da década de 1980, há uma amplificação do debate sobre aquecimento global, desmatamento, consumo, diminuição da camada de ozônio que, juntamente com as conferências mundiais, denunciavam a destruição da natureza em níveis globais. No mesmo período, os movimentos ambientalistas brasileiros se aproximavam do movimento partidário, em decorrência da abertura política democrática na época.

Uma incipiente rede ambientalista surgiu sob a forma de campanhas conjuntas em torno de temas com possibilidade de engate no debate público mais amplo. O frame socioambientalista, ao atribuir as causas dos problemas ambientais ao “modelo brasileiro de desenvolvimento” implementado pelo regime autoritário, conectou imediatamente as mobilizações ambientalistas com a campanha pela Redemocratização. (p. 159).

Na década de 1980 o movimento ambientalista se unia à agenda da campanha pela redemocratização, o que contribuiu não somente para visibilidade do movimento, como também possibilitou uma maior aproximação com partidos políticos e intelectuais que retornavam do exílio durante a ditadura militar.

O movimento ambientalista, inicialmente, buscava estabelecer bases de apoio político, na maioria dos países capitalistas, pelas vias dos partidos políticos denominados de verdes, levando a mensagem de preocupação ambiental, assim como pautas progressistas, mas não envolvendo esses temas com as relações econômicas, tão pouco com as classes sociais (MÉSZÁROS, 2011).

Segundo Barbosa e Loureiro (2007), o movimento ambientalista se concentrava, em grande parte, nas regiões sul e sudeste do Brasil, contendo aproximadamente 40 grupos de ambientalistas que lutavam contra as usinas nucleares, os agrotóxicos e a degradação ambiental. Em 1985, os grupos ambientalistas saltaram de 40 para 400 grupos, seguindo percussão similar ao processo de construção do movimento ambientalista em outros países. Esse crescimento, conforme os autores, advém da aproximação do movimento com as classes médias, que assumiram grande parte das pautas ambientalistas que envolviam os grupos à época.

Segundo Bueno (2016), o período também marca a aproximação do movimento ambientalista com os povos da Amazônia, que vinham sofrendo com a expropriação de terras e desmatamento. Com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, houve um processo de consolidação do movimento ambientalista no Brasil, na medida em que grupos de ativistas alinhavam suas lutas, agendas e construíam identidades em favor de um objetivo comum. Além disso, o conjunto de leis ambientais apresentadas na constituição fortificou o debate e a luta dos movimentos ambientalistas, dando-lhes visibilidade nacional.

Em 1990, com a Eco 92 sendo realizada no Rio de Janeiro, o movimento ambientalista encontra uma nova oportunidade para a consolidação das suas bases.

O ciclo de protestos da Rio-92 A decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) de sediar sua segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil em 1992 alterou mais uma vez a estrutura de oportunidades políticas para a rede de ativistas e se tornou evento decisivo na efetivação de um movimento ambientalista brasileiro. A Rio-92 trouxe um novo problema de coordenação da ação coletiva: a construção de um frame capaz de aglutinar os grupos ambientalistas. (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 163).

O novo desafio diante da Eco 92, para o movimento ambientalista brasileiro, dizia respeito a forma como os movimentos se alinhavam às lutas nacionais e políticas. No entanto, com a vitória de Collor, houve uma considerável diminuição dos movimentos ambientalistas, principalmente os que estavam alinhados aos partidos de esquerda. Ainda assim, houve uma tentativa de atrair os movimentos ambientalistas junto ao governo Collor, ao nomear um importante representante da luta ambiental da década de 1970 como Secretário Especial de Meio Ambiente, José Lutzenberger.

Sem apoio do movimento e sem experiência partidária, [o movimento ambientalista] não conseguiu se sustentar na arena política: ficou à margem

das decisões na preparação da Conferência e abandonou o cargo antes de seu início. (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 163).

Durante a Eco 92 houve a movimentação de formação de um Fórum Brasileiro de ONGs que foi responsável pela construção de uma rede de movimentos ambientalistas, lideranças e representantes de ONGs. Os debates fomentados no fórum norteavam sobre a crítica às desigualdades sociais, o modelo de produção global, os impactos ao meio ambiente, além de proporem um novo padrão de desenvolvimento que fosse sustentável. Nesse sentido, o teor dos debates tratados no fórum não mais se limitava às agendas conservacionistas, mas associava a questão ambiental ao modelo de produção global (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

A agenda da Conferência, mais do que a simples agregação de temas socioambientalistas e conservacionistas, propugnava uma nova maneira de definir a questão ambiental. A noção de desenvolvimento sustentável, propondo novas tecnologias para manejo racional dos recursos naturais, vinha apresentada como forma de conciliar desenvolvimento e preservação ambiental. Já a ideia de biodiversidade enfocava a manutenção do patrimônio genético de todas as formas de vida, inclusive das populações humanas habitando áreas de preservação. (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 164).

Como resultante da Eco 92, o movimento ambientalista brasileiro passa a se organizar em grande parte por meio das redes de ativismo nacionais, sendo responsáveis por campanhas nacionais e internacionais e na colaboração no processo de implementação de políticas públicas, ampliando as dimensões do movimento ambientalista de forma descentralizada e institucionalizada.

Um exemplo da mobilização ambiental, no processo de construção de políticas públicas, foi o legado deixado por Chico Mendes na luta pela preservação da Amazônia e na defesa do extrativismo nos seringais. Apenas em 1988, com a Política Nacional do Meio Ambiente, foi possível exigir do Estado a proteção do território extrativista. Com isso, reservas ambientais foram criadas. Em 1990, a proposta se estendeu como forma de regularização fundiária e ambiental. Consideradas agora unidades de conservação, as reservas eram destinadas para a conservação dos recursos naturais e uso sustentável pelos seringueiros e população extrativista. Além disso, após a morte de Chico Mendes, criou-se um movimento de denuncia dos conflitos pela terra e territórios na Amazônia, denunciando a grilagem de terra e assassinatos de líderes comunitários e defensores ambientais (ALLEGRETTI, 2008).

A Política Nacional de Meio Ambiente, PNMA, foi criada em 1981, por meio da Lei nº 6.938/81, sob recomendação da Conferência de Estocolmo que, dentre outros aspectos, orientou para o envolvimento do Estado na preservação ambiental. Juntamente com a PNMA, foi criado o Sistema Nacional de Meio Ambiente, o SISNAMA, que visava à operacionalização das políticas ambientais. Após a organização do SISNAMA, foi criado, em 1984, o CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de assessorar e propor ao Estado políticas ambientais de preservação ambiental. Mesmo ainda estando no último ano da ditadura militar, foi possível criar, por meio do CONAMA, um canal de participação e construção de políticas ambientais (CORBUCCI, 2003), ainda que de cunho conservacionista.

Nesse sentido, vimos que o processo de construção do movimento ambientalista é marcado por aproximações e distanciamentos da luta política. Ao adentrar a década de 1990, justamente durante o período da Eco 1992, quando o movimento ambientalista ganha notoriedade e um certo amadurecimento ao considerar o debate político, a realidade brasileira é envolvida pelo ideário neoliberal iniciada no governo Collor. Com isso, além da degradação ambiental e o seu aprofundamento, cresce o processo de erosão dos direitos trabalhistas historicamente conquistados pelas vias das lutas sociais e respostas do próprio Estado, das políticas públicas, assim como da diminuição da intervenção do Estado na sociedade.

Segundo Barbosa e Loureiro (2007), o movimento ambientalista é enxergado historicamente como um movimento desconectado das lutas sociais e envolvido, em grande parte, pelo movimento ligado às classes médias preocupadas com a “qualidade de vida”. Essa “imagem” do movimento advém do percurso histórico vinculado, inicialmente, a grupos restritos e ao distanciamento das lutas sociais mais amplas, que envolvem a questão ambiental assim como a questão social. No tempo presente, existe uma mobilização mais ampla, assim como propostas distintas, os movimentos apresentam fundamentos ideológicos também distintos.

No momento atual, o movimento ambientalista apresenta vertentes que propõem saídas distintas para o enfrentamento a questão ambiental. Conforme Loureiro (2012), existem correntes que defendem o controle da natalidade, a diminuição do consumo, a construção de sociedades sustentáveis, a diminuição da emissão de carbono, assim como existem movimentos ambientalistas que estão concatenados ao movimento das lutas sociais e políticas

que estruturam os encontros, não se limitando a causas estritamente ecológicas, ou dos chamados movimentos de causas isoladas.

Acima dessas vertentes, no entanto, existem sistemas político-ideológicos que determinam a realidade concreta em que serão desenvolvidas todas as ações humanas, inclusive as da área ambiental. As correntes de pensamento são partes de um planejamento maior que a sociedade irá pôr em prática, podendo ser hegemônicas – de acordo com as condições macropolíticas vigentes –, ou contra-hegemônicas, isto é, buscando subverter a ordem imposta. (BARBOSA; LOUREIRO, 2007, p.8).

Além disso, o pensamento neoliberal também se faz presente nas diferentes perspectivas dos movimentos ambientalistas. A retórica do mercado verde e do desenvolvimento sustentável questiona o consumo de descartáveis, mas mobiliza para o consumo verde sem questionar as bases de sustentação das relações sociais de produção. Ou mesmo apresenta o consumo verde como forma de enfrentamento ao consumismo sem afetar as bases da economia, mas sim gerando mais lucro para o capital por meio de ressignificação de novas formas de consumir. Esse tipo de pensamento é extremamente atraente para o capital, principalmente por se inserir na agenda do ecologicamente correto e com a imagem do ecológico e sustentável.

Sobre as diferentes perspectivas presentes no movimento ambientalista, Martínez Alier (2017) nos apresenta três perspectivas que condensam os significados do movimento ambientalista, suas intencionalidades e perspectivas que concentram a luta pela preservação ambiental a partir de distintos interesses.

Quadro 7. Correntes relativas ao ativismo ambiental e movimento ambientalista no mundo.

Culto ao silvestre	Preocupado com a preservação da natureza silvestre, sem se pronunciar sobre a indústria ou a urbanização, mantendo-se indiferente ou sem oposição ao crescente econômico, muito preocupado com o crescimento populacional e respaldado cientificamente pela biologia conservacionista.
Credo da ecoeficiência	Preocupado com o manejo sustentável ou “uso prudente” dos recursos naturais e como o controle da contaminação, não se restringindo aos contextos industriais, mas também incluindo em suas preocupações a agricultura, a pesca e a silvicultura. Essa corrente se apoia na crença de que as novas tecnologias e a “internalização das externalidades” constituem instrumentos decisivos da modernização ecológica. Essa corrente está respaldada pela ecologia industrial e pela economia ambiental.
Movimento pela justiça ambiental e ecologismo popular	Nascido de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global. Os exemplos são os conflitos pelo uso da água, pelo acesso às florestas, a respeito das cargas de contaminação do comércio

	ecológico desigual, questões estudadas pela ecologia política. Em muitos contextos, os atores e tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista. Essa é uma das razões pelas quais a terceira corrente do ecologismo não foi, até os anos 1980, plenamente identificada.
--	--

Fonte: MARTÍNEZ ALIER, 2017, p. 38 e 39.

Na trajetória do movimento ambientalista, os conflitos socioambientais historicamente integraram a história da degradação social e ambiental, bem como o acesso desigual aos recursos e serviços ambientais na realidade brasileira.

Para o movimento de justiça ambiental, uma situação de injustiça ambiental caracteriza-se quando na sociedade se destina a maior carga dos danos ambientais a grupos sociais de trabalhadores ou grupos étnicos discriminados, entre outros segmentos em estado de maior vulnerabilidade social e econômica, ameaçando a integridade da saúde ambiental e comprometendo a sua reprodução social. (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 63).

Nesse sentido, a justiça ambiental pode ser entendida “como um conjunto de práticas organizadas de agentes sociais que se encontram na condição de expropriados e que defendem politicamente projetos societários anticapitalistas.” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). No centro das desigualdades sociais, ausência efetiva de políticas públicas, precariedade nas condições de vida, assim como das condições ambientais básicas e de saúde coletiva, o movimento de justiça ambiental e das lutas sociais, somam-se em um movimento contra-hegemônico na luta pela transformação societária.

Na realidade brasileira, o movimento de justiça ambiental está articulado a Organizações Não Governamentais, movimentos sociais, sindicatos e pesquisadores que buscam desenvolver ações, articulações e enfrentamento contra as injustiças ambientais (QUADROS, 2017), de raça e classe.

A história nos rememora que o movimento por justiça ambiental ganha destaque no Brasil nas manifestações de Chico Mendes e os seringueiros, assim como o movimento de grupos atingidos por barragens em diversas regiões do Brasil, nos movimentos de proteção aos manguezais e tantos outros grupos com lutas em comum.

A concepção do movimento de justiça ambiental surge nos Estados Unidos, em 1982, em Carolina do Norte, atrelado a luta contra o racismo ambiental. O movimento luta contra a distribuição desproporcional de dejetos tóxicos, assim como a exposição de riscos ambientais em regiões ou áreas que residam populações afro-americanas, indígenas ou latinas. (MARTÍNEZ ALIER, 2017). “O discurso empregado por esse movimento não é o de externalidades ambientais não compensadas, mas sim o referente à discriminação racial, cuja

repercussão política é muito poderosa nos Estados Unidos devido à larga tradição das lutas pelos direitos civis.” (MARTÍNEZ ALIER, 2017, p.231).

Segundo Layrargues e Loureiro (2013), o movimento de justiça ambiental na realidade brasileira está pautada nos seguintes princípios:

- equidade na distribuição das consequências ambientais negativas, de forma que nenhum grupo social, étnico ou de classe suporte uma parcela desproporcional dessas consequências;
 - justo acesso aos bens ambientais do país;
 - amplo acesso às informações relevantes sobre as atividades poluentes, tais como o uso dos recursos naturais, o descarte de seus rejeitos e a localização das fontes de risco;
 - fortalecimento e favorecimento da constituição de sujeitos coletivos de direitos, isto é, de movimentos sociais e organizações populares capazes de interferirem no processo de decisão da política e da economia.
- (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 63).

Nesse sentido, conforme Martínez Alier (2017), é no seio das contradições e injustiças sociais e ambientais que o movimento de justiça ambiental surge, para questionar as desigualdades sociais e ambientais, relacionar o uso desigual da água e do acesso as florestas e rios, às condições socioeconômicas, ambientais e culturais, sobretudo diante do avanço das forças produtivas que se apropriam dos recursos naturais para uso privado e acumulação capitalista.



Fonte: Rafael Sica, 2019.

3. A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NA CATEGORIA PROFISSIONAL

O trabalho e a forma consciente mais alta nascida dele, o comportamento científico, não é apenas um instrumento de domínio do mundo dos objetos, senão também, por ser isso, um rodeio que, pelo descobrimento cada vez mais rico da realidade, enriquece o homem mesmo, o faz mais completo e mais humano do que poderia ser sem ele. (LUKÁCS, 1974, p. 167).

Cotidianamente, nos espaços de atuação profissional do Serviço Social, milhares de assistentes sociais constroem conhecimentos sobre o seu fazer profissional. Assim como construímos conhecimentos baseados nas experiências interventivas e reflexivas, a pesquisa se constitui parte integrante desse processo de construções contínuas.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é, cotidianamente, construído e alimentado por esses conhecimentos, tendo como direção a luta e defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora, com embasamento ético e político pautado e fundamentado por um arcabouço teórico metodológico crítico, propositivo, que nos possibilita desvelar a realidade e suas complexidades.

A construção de conhecimentos se dá em terrenos de desigualdades, disputas, conflitos, injustiças e angústias vivida nas relações de produção capitalista. Construímos historicamente rupturas com o tradicionalismo, com o conservadorismo, mas isso não significa dizer que são inexistentes no tempo presente. Essa construção de conhecimentos cotidianos não se traduz somente no alinhamento homogêneo do projeto profissional. Mas também representam as facetas das influências neoliberais, conservadoras e do tradicionalismo característico do movimento anterior à renovação da profissão, que permanecem arraigados e inertes em alguns fazeres profissionais.

Destarte, adentraremos no debate sobre construção de conhecimentos na direção da pluralidade, desvelando os processos de pensar, agir e transformar que muito significam na construção das bases da profissão Serviço Social que não só evidenciam identidades, caminhos e direções, após um processo de ruptura, como também nos deixou o legado de construir uma outra sociedade baseada em relações sociais para além do capital, sem a exploração e dominação entre os seres humanos.

Nas seções a seguir, apresentamos uma breve discussão sobre a pesquisa e o conhecimento no Serviço Social, como forma introdutória para abarcar os dados analisados na pesquisa, a propósito da construção de conhecimentos no Serviço Social brasileiro sobre a questão ambiental.

3.1. Pesquisa, construção de conhecimento e Serviço Social

Setúbal (2002) conceitua o conhecimento como a manifestação da forma de se expressar do ser humano, ao longo da história, na relação com os próprios seres humanos e com a natureza. Essa relação de construção de conhecimento das próprias ações humanas e do conhecimento gerado por meio do estudo de como a natureza se manifesta, vem se modificando ao longo dos anos. Essa construção também está diretamente atrelada ao acúmulo de experiências sociais, políticas, ambientais, culturais, artísticas, econômicas que permeiam as relações sociais em diferentes momentos históricos.

Não se trata de um processo dado ou de inspiração divina, como destaca o referido autor, mas de um processo relacionado à própria existência humana:

No seu fazer-se histórico, no processo de produção de sua própria existência, o ser humano modifica-se transforma antigas necessidades consideradas básicas, cria novas necessidades e altera a natureza naquilo que é necessário. (SETÚBAL, 2007, p. 28).

Essa existência tem relação não somente com a perspectiva social, como também no sentido de prover a existência material das necessidades que são construídas em sociedade, sob o prisma das relações coletivas, ou seja, entre os seres humanos em sociedade, construindo significados.

A construção de conhecimento está intrinsecamente ligada ao trabalho, à sua centralidade como fundante do ser social, e de como os seres humanos constroem a própria existência social e material por meio da transformação da natureza pelo trabalho vivo. Mas não somente por esse processo, como também por meio da arte, da política, da cultura, por exemplo. A construção de conhecimentos e o acúmulo de experiências gerados ao longo da

história constroem também a realidade que necessita de conhecimentos científicos para ser apreendida, lida, interpretada, analisada.

Assim como evidencia Tonet (2016), essa dimensão essencialmente social do ser humano diz respeito à forma como as suas potencialidades são desenvolvidas, ou seja, por meio de sua interação com os seus semelhantes. São os indivíduos que constroem conhecimento, porém, estes pertencem “a determinadas classes sociais. É do embate ao redor desses interesses dessas classes, em cada momento histórico, que resulta, primordialmente, a realidade social.” (TONET, 2016, p.113).

Nesse processo, Setúbal (2007) nos rememora uma questão central relacionada ao conhecimento: a realidade concreta, ou seja, o mundo como ele se apresenta e é, com diferentes representações, nem sempre depende da vontade das pessoas. Nem sempre as pessoas constroem os conhecimentos que desejam como parte integrante de uma sociedade, de uma coletividade. É no contexto das contradições inerentes à reprodução do capital que podemos enxergar nitidamente essa contradição ligada à construção de conhecimento, principalmente quando relacionamos à realidade brasileira.

(...) enquanto alguns setores se beneficiam do conhecimento para o refinamento e aumento da satisfação das suas necessidades sociais, existem alguns segmentos dessa mesma sociedade que, nesse mesmo momento, têm a satisfação de suas necessidades, até mesmo biológicas, diminuídas. Esses últimos padecem, muitas vezes, em decorrência da não-socialização dos produtos dos conhecimentos científicos e tecnológicos, elaborados e utilizados pelo homem no seu fazer-se histórico (SETÚBAL, 2007, p. 30).

A construção de conhecimento integra parte das formas de manifestar as contradições do capital, na medida em que em diferentes níveis e seguimentos da sociedade, como na educação, cultura, esporte, lazer, economia e política, o conhecimento é reproduzido para favorecer determinados grupos em detrimento de outros. Esse debate é mais latente quando direcionamos para a educação e, principalmente, a educação brasileira. Esta, marcada por direcionamentos que primam o favorecimento de classes em detrimento a outras, como um centro de um projeto societário burguês que se beneficia de uma parte do conhecimento gerado socialmente ao longo da história.

Essa relação fica ainda mais evidente quando, na história da educação brasileira, é lembrada das diferenciações que se caracterizavam em escolas para ricos e escolas para pobres, universidades para ricos e ensino técnico profissionalizante para os pobres.

Determinados conhecimentos para os ricos e outros determinados conhecimentos para a classe que vive do trabalho. Assim como na ciência que, por vezes é questionada para se fazer compreendida como conhecimento socialmente produzido, com uma linguagem que seja acessada por todos. Ou mesmo, no próprio acesso ao universo acadêmico, pela classe trabalhadora, no conjunto da construção de conhecimentos científicos no seio da universidade pública.

É nesse universo que se insere o Serviço Social, como categoria profissional que constrói conhecimentos sobre a realidade cotidianamente. Esse conhecimento é fruto de um processo amparado em um arcabouço metodológico que é construído, sobretudo, por meio da pesquisa. Tal processo compreende não somente a construção de conhecimentos inerentes às análises sobre a totalidade que compreende a realidade, mas também como um movimento interno da profissão que diz respeito à própria categoria profissional e seus impactos nessa realidade concreta.

Para tanto, autores como Sposati (2007) destacam a pesquisa como elemento constitutivo da identidade e do exercício profissional, porém, com algumas ressalvas necessárias para apreender a pesquisa no centro de uma profissão que constrói conhecimentos científicos.

- a preponderância do debate sobre o método da pesquisa atribuindo caráter secundário ao objeto e aos resultados e à direção social do conhecimento;
- a banalização dos atributos necessários para o desempenho qualitativo na pesquisa, pelo pesquisador, o que termina por construir a falsa relação mecânica entre trabalho do profissional assistente social com a função de pesquisador. (SPOSATI, 2007, p. 16).

Os pontos apresentados pela autora supracitada destacam elementos fundamentais para refletir sobre a construção de conhecimentos no Serviço Social, sobretudo pela via da pesquisa científica. O primeiro, diz respeito à necessidade de centralizar e fundamentar devidamente o método científico no contexto da pesquisa no Serviço Social. Além disso, situar a direção social que esse conhecimento seguirá, compreendendo as contradições inerentes à reprodução social do capital, o Serviço Social está amparado por um projeto profissional coletivo e concatenado aos interesses da classe trabalhadora. Com isso, é necessário também compreender a importância do rigor da pesquisa nesse processo de construção de conhecimento na profissão, distanciando a imagem e a ideia errônea de que o

profissional de Serviço Social desempenha apenas funções interventivas na sociedade, comparada com outras ciências sociais e humanas.

A partir da década de 1980 e, sobretudo, ao longo dos anos 1990, a pesquisa também tem sido compreendida como constitutiva do trabalho profissional, visto que assume papel importante para o posicionamento ético e estratégico na construção de ações profissionais críticas e qualificadas na prestação dos serviços à população. Ações que devem estar pautadas na análise dos processos sociais e dos desafios ciclicamente redesenhados na agenda das políticas sociais e do trabalho profissional. (MORAES, 20017, p. 391).

Historicamente, a pesquisa no Serviço Social esteve atrelada às críticas ao conservadorismo e ao tradicionalismo que marcaram historicamente a profissão no período de reconceituação. Em 1982, conforme Sposati (2007), a pesquisa torna-se disciplina obrigatória na formação profissional de assistentes sociais. Anterior a esse período, já existiam disciplinas de metodologia da pesquisa, mas em poucas instituições, como a PUC São Paulo.

A construção da identidade profissional historicamente esteve fortalecida após o período de renovação da profissão, acompanhada da preocupação em construir conhecimentos sobre o Serviço Social na realidade brasileira. Em 1970, com a implementação dos cursos de pós-graduação, a pesquisa ganha força significando um marco no reconhecimento da profissão junto a organizações oficiais de pesquisa. (SPOSATI, 2007).

A formação de mestres e doutores pela primeira universidade a instituir uma pós-graduação em Serviço Social, a PUC São Paulo, possibilitou uma ampliação e disseminação de profissionais titulados para formar novos pesquisadores, colaborando na ampliação das produções de teses e dissertações situando a construção de conhecimento do Serviço Social brasileiro em âmbito nacional.

O vínculo entre a produção de conhecimento em Serviço Social e o processo sócio-histórico gerou, por sua vez, a capacidade de interlocução entre pesquisadores provindos do Serviço Social com aqueles ligados a outros saberes. Ampliou-se a inserção e a interlocução interdisciplinar, e com elas, a construção do reconhecimento científico dessa 'nova' perspectiva de análise do real. (SPOSATI, 2007, p.17).

Sposati (2007) ainda destaca outro marco fundamental no contexto histórico da pesquisa e da construção de conhecimento no Serviço Social, que diz respeito ao compromisso profissional junto às classes exploradas e trabalhadores. Esse processo fortaleceu e deu ênfase à construção de conhecimentos na profissão atrelados às concepções

contra hegemônicas, ou seja, conhecimentos construídos voltados para as classes subalternas. “Dedica-se a desvendar os invisíveis, os sem voz, sem-teto, sem-cidadania. Constitui-se, por tudo isso, em um conhecimento contra hegemônico.” (SPOSATI, 2007, p. 18).

Entretanto, o questionamento de Sposati (2007) sobre a importância de evidenciar e centralizar o método científico na pesquisa e no processo de construção de conhecimento, não é característica homogênea na profissão. Como destacamos nas seções anteriores, a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista ocorre no final da década de 1970 e 1980. Essa aproximação desvela grandes avanços na profissão, principalmente na perspectiva de construção de conhecimento científico. Além do afastamento das tradições conservadoras, possibilitou um arcabouço teórico metodológico que amplia a leitura e apreensão da realidade, assim como formas de intervir tomando como base e fundamento essas leituras.

Segundo Setúbal (2007), há, no Serviço Social, a coexistência de correntes teóricas de interesses e métodos diferentes e que talvez nem estejam alinhados à construção de conhecimentos contra hegemônicos, como apresenta Sposati (2007). “A coexistência de correntes teóricas de interesses e métodos tão diferentes tem dificultado o rompimento com a conduta norteada pela pseudoconcreticidade e o desvencilhamento da compreensão que se tem das práxis como sinônimo de trabalho.” (SETÚBAL, 2007, p. 65).

Há também a associação exacerbada de que somente com a “prática”, por vezes imediatista, é possível transformar a realidade, sem antes compreender que realidade é esta e ao menos associar a intervenção às análises da realidade. Estas limitações condicionam para a necessidade de reafirmar a pesquisa como forma de romper com essa falsa associação de que na “prática” a teoria é outra, ou mesmo de que somente a “prática” leva a uma intervenção salvacionista.

Para tanto, esse movimento não é exclusivo do Serviço Social, diz respeito também às perspectivas e correntes ideológicas determinadas no seio da reprodução do capital que influenciam e caracterizam algumas intervenções profissionais, por exemplo, o ideário neoliberal. Para situar essa influência na perspectiva do conhecimento, percebe-se o avanço do neoconservadorismo travestido de referenciais atrativos que reforçam velhos paradigmas questionados no período da reconceitualização, como, por exemplo, o então chamado “Serviço

Social Libertário¹¹”, “Serviço Social Clínico¹²”, “Serviço Social Design Think¹³”, dentre outras nomenclaturas que evidenciam características do avanço do neoconservadorismo e do neoliberalismo na profissão. Além das intervenções cotidianas da profissão que acabam reforçando valores e ideologias conservadoras e que ainda persistem na profissão ao longo dos anos.

Consideram-se incontestes as necessidades do Serviço Social (na busca de aproximação do seu objeto histórico) de procurar entender, explicar, conhecer e apreender a realidade naquilo que lhe é essencial, com o apoio de procedimentos metodológicos cuidadosamente planejados e de uma sólida fundamentação teórica; realizar análise de situações concretas iniciando com a pesquisa da prática profissional na sua contextualidade e temporalidade histórica, ou seja, apreender a prática profissional no interior das múltiplas determinações do capitalismo contemporâneo. (SETÚBAL, 2007, p. 67).

A relação entre intervenção e investigação é um processo intrínseco e coaduna com o projeto da profissão, reafirmando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. É fundamentalmente importante compreendê-la desde a formação à vida profissional, independente se esta intervenção ocorre no seio do exercício da docência, ou nos grupos de pesquisa acadêmicos, mas, sobretudo, nos espaços de materialização das políticas sociais.

A sistematização do conhecimento construído na realidade social por meio da pesquisa vem caracterizando e instituindo a identidade profissional no decorrer dos anos de forma heterogênea, contraditória, mas constituída de bases de fundamentação crítica e de análise da realidade com base na perspectiva de totalidade histórica e dialética.

Na seção a seguir, exploraremos os dados da pesquisa referente às dissertações e teses e iniciaremos as trilhas de análises das construções de conhecimentos sobre o Serviço Social e a questão ambiental na realidade brasileira.

¹¹O grupo ganhou notoriedade na rede social *Facebook* ao ser idealizado por um Assistente Social que desenvolveu teses contestando as bases teóricas e metodológicas traçadas no movimento de reconceituação da profissão. Associado às campanhas do Movimento Brasil Livre, fundamentados em Mises, o grupo ganhou destaque em 2013 com a saída de Dilma da presidência.

¹² Pauta do “Serviço Social Libertário”, as discussões sobre o “Serviço Social Clínico” se somaram ao referido grupo que amparados em uma análise internacional da atuação profissional, desconsiderando as particularidades sociais brasileiras e apelando para um referencial conservador e tradicionalista da profissão.

¹³ Abordagem debatida no grupo “Serviço Social Libertário”. Está diretamente associada às práticas de *coaching* amplamente disseminadas em outras profissões. Amparado em um referencial pseudocientífico, a abordagem defende uma intervenção moralista e tradicionalista utilizando como plano de fundo a necessidade de atualização da profissão com as novas demandas da sociedade.

3.2. Quais conhecimentos estamos construindo sobre a questão ambiental e o Serviço Social?

O objeto de pesquisa analisado neste trabalho trata-se da construção de conhecimentos nos programas de Pós-Graduação em Serviço Social sobre a questão ambiental no Brasil. Como forma de condensar o percurso metodológico até a análise da pesquisa, a figura 2. apresenta uma síntese das delimitações e caminhos traçados até então na pesquisa.

Figura 2. Síntese do percurso metodológico do trabalho:



Fonte: Elaboração própria.

O quadro 3. apresenta uma lista das dissertações e teses analisadas na presente pesquisa. Para análise dos trabalhos, utilizamos a “Ficha para registro de informações” (Anexo A.), com foco no método de análise presente nas pesquisas, incidência temática, desafios para o Serviço Social, análise dos fundamentos da questão social e os autores utilizados, concepção sobre a questão ambiental, a bibliografia utilizada para fundamentar o debate sobre a questão ambiental e a abordagem sobre a atuação profissional do(a) assistente social.

É importante destacar que todas as dissertações e teses foram lidas na íntegra e evidenciados, conforme a ficha para registros de informações (Anexo A), os elementos que compreendemos necessários para análise do objeto de estudo em questão. Para tanto, após a

primeira leitura dos trabalhos, uma segunda leitura foi necessária, evidenciando os aspectos analisados nesta pesquisa.

Nesta subseção, dividimos as apreciações que envolvem o método de análise presente nas pesquisas e a incidência temática, de modo a introduzir os dados revelados na pesquisa e que iniciam os caminhos das análises sobre a construção de conhecimentos do Serviço Social brasileiro referente à questão ambiental.

Para nomear as dissertações e teses analisadas (Quadro 3.), com o intuito de facilitar a referência das pesquisas aqui estudadas, foi definido as seguintes siglas: para as dissertações – D1 ao D19; para as teses – T1 ao T7.

A subseção a seguir apresenta os primeiros dados da pesquisa no que se refere ao método de análise empregado pelas dissertações e teses aqui estudadas, assim como a incidência temática. Delimitou-se como ponto de partida o debate sobre o método, pois o entendemos como princípio e forma dos processos de construção do conhecimento científico.

É imprescindível destacar que o trabalho em questão não se propõe a traçar meros julgamentos das dissertações e teses delimitadas para análises. A construção de conhecimentos no Serviço Social, assim como nas Ciências Sociais, estão para além da mera seleção de falhas, lacunas e erros presentes nesta pesquisa e em outras que já são ou serão construídas.

Para isso, é necessário compreender o espaço e o tempo em que as pesquisas são construídas, respeitando os caminhos metodológicos suscitados por seus objetos de pesquisa, as trilhas em que cada pesquisador percorreu para chegar a resultados e análises, bem como os desafios enfrentados para alcançar os dados e analisá-los.

Os caminhos para construir pesquisa científica também dizem respeito aos caminhos históricos, sociais, emocionais vividos por cada pesquisador durante o processo de construção de conhecimentos. Construir conhecimentos é um processo humano e está permeado por lutas, angústias, desafios, injustiças, incoerências, onde cada pesquisador, em seu modo, imprime esses desafios nas suas pesquisas, dando, assim, identidade a cada processo.

3.2.1. Método de análise: a problemática do conhecimento

A questão do método científico remete ao cenário de compreensão do mundo moderno (TONET, 2016), por se apresentar comumente na sociedade do meio pelo qual distinguimos o que é ciência do que não é ciência. A variedade de métodos científicos evidencia que não existe uma forma definitiva de produzir ciência, mas formas variadas, socialmente e historicamente determinadas, diferentes de construir conhecimentos. (TONET, 2016).

Por se tratar de formas de construir conhecimentos, para Tonet (2016) o método científico direciona para a problemática do conhecimento, ou seja, a relação entre um sujeito e um objeto. Nessa relação, o autor destaca dois pontos que estão presentes no método científico e na sua forma de construir conhecimentos: a abordagem gnosiológica e a abordagem ontológica.

Na abordagem gnosiológica, na relação sujeito e objeto, a abordagem de qualquer objeto a ser conhecido tem como eixo o sujeito, ou seja, nessa abordagem o elemento central do conhecimento é o sujeito. Já na abordagem ontológica, o objeto é elemento central do conhecimento. Nesse sentido, para construir conhecimento o sujeito não irá criar teoricamente o objeto, mas traduzir, fundamentado em conceitos, a realidade do objeto. (TONET, 2016).

Assim, não será o método delimitado antecipadamente pelo sujeito que definirá como deve ocorrer as análises do objeto, mas sim a realidade objetiva, o objeto de pesquisa em análise que indicará e evidenciará quais são os procedimentos metodológicos a serem utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Essa é a abordagem ontológica do conhecimento. (TONET, 2016).

Nessa perspectiva, o método científico dialético em Marx está situado na perspectiva ontológica e para ele não existe método científico sem estar ancorada na ontologia. “O método dialético dá um conjunto de equipamentos operacionais que são os instantes de atratividade ontológica que norteiam os passos de modo decisivo.” (CHASIN, 1987, p. 43-44, *apud*, TONET, 2016, p. 93).

Ao criticar o materialismo de Feuerbach em que o objeto e a realidade não são vistos como atividade humana sensível, bem como o idealismo que desconhece a atividade real como ela de fato é, para Marx (2014), a práxis, a atividade humana sensível e a consciência da

realidade na sua objetividade e subjetividade, consistem na atividade mediadora que origina a compreensão da realidade social.

O procedimento marxiano é inteiramente diferente. Seu ponto de partida não é uma forma avançada e determinada de sociabilidade. Este, pela sua natureza, levou a um exame isolado da subjetividade, da razão. Marx parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade. É na análise desse ato que ele descobrirá a origem, a natureza e a função social essenciais do conhecimento científico (...). (TONET, 2016, p. 90).

No estudo do ser social, a ontologia, as questões relativas ao conhecimento poderão partir de algumas respostas: “o que é o objeto, quem é o sujeito, como se dá a relação entre sujeito e objeto, o que é a verdade, quais os critérios da verdade, como deve preceder o sujeito para conhecer o objeto, qual a relação entre ciência e ideologia, etc.” (TONET, 2016, p. 90).

Dessa forma, o método científico é compreendido como forma de estudo do objeto como eixo central do conhecimento, da realidade concreta, nas suas dimensões objetivas e subjetivas, que desvelam fenômenos do real e se caracterizam por variadas formas e caminhos de se construir conhecimentos ao longo da história.

Nesse sentido, as dissertações e teses analisadas apresentam variadas definições de método de análise de pesquisa, que vão desde o materialismo histórico e dialético a teoria do campo de Bourdieu. (Figura 4.).

Figura 3. Método de análise presentes nas pesquisas analisadas:



Fonte: Elaboração própria.

No entanto, como podemos observar na figura 3, algumas definições de método de análise não se configuram necessariamente em método científico, mas tendências e perspectivas de análises. O primeiro ponto que destacamos como expressão dos métodos emergentes elencados na pesquisa, gira em torno da inexistência de um método específico criado por Marx que defina ao certo uma nomenclatura única. Marx não criou um método científico e o nomeou como tal, mas, segundo os estudos marxianos, o método trabalhado por Marx, nos seus estudos e pesquisas, estava baseado na perspectiva ontológica de construir conhecimentos e o enfoque para o rigor científico está caracterizado pelo estudo do objeto sob a ótica ontológica. (TONET, 2016).

A Teoria Crítica, por exemplo, está diretamente associada à Escola de Frankfurt, pela ótica de autores como Adorno e Horkheimer, mas comumente é associada à Teoria Social Crítica trabalhada como método científico marxiano e destacado nas obras de Netto (2009).

Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus

condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. É assim que ele trata a filosofia de Hegel, os economistas políticos ingleses (especialmente Smith e Ricardo) e os socialistas que o precederam (Owen, Fourier). (NETTO, 2009, p. 6).

A teoria não está resumida a exames de formas dadas do objeto, ou seja, o pesquisador descrevendo os detalhes que são compreendidos sobre a realidade, assim como também não se trata de jogos de palavras que tentam traduzir a realidade. Mas trata-se do conhecimento construído historicamente e socialmente determinado, o conhecimento construído sobre o objeto de fato como ele é, para além das vontades e desejos do pesquisador que estão interpretando essa realidade. (NETTO, 2009). Esta última perspectiva de análise se aproxima da abordagem gnosiológica do conhecimento, cujo centro concentra-se no sujeito e não no objeto da pesquisa.

Para além do modo de nomear o método em Marx, 17 dissertações e teses destacaram nitidamente o método de análise adotado na pesquisa, sendo que 8 trabalhos não apresentaram o método de forma evidente, estando subentendido. Considerando que o Serviço Social está ancorado em um Projeto Ético-Político fundamentado na Teoria Social Crítica, é notório o conhecimento do avanço do conservadorismo no cotidiano da profissão, nos processos de intervenção, pesquisa, na formação profissional e nos espaços acadêmicos. Em decorrência da necessidade de reafirmar o projeto profissional, as pesquisas costumam evidenciar o método de análise utilizado na pesquisa.

O segundo ponto que destacamos dos métodos de análises emergentes consiste na utilização de termos que não consistem necessariamente em um método científico, a exemplo da teoria de campo de Pierre Bourdieu. Segundo Scartezini (2011), para o referido autor, a construção da noção de campo orienta a pesquisa, é através dela que são criados os arcações teóricos que darão fundamento ao método. Ou seja, a teoria de campo é uma parte do método que consiste na verificação do objeto de pesquisa como parte de um conjunto de relações que compõem e caracterizam o objeto. Além da teoria do campo, também é destacado a teoria do *habitus* que, para Bourdieu, consiste nos agentes de um campo que são conduzidos de maneira inerte às suas estruturas, com características próprias que se modificam conforme o campo é alterado ou modificado. Também é caracterizado como um conjunto de conhecimentos que são adquiridos ao longo do tempo. (SCARTEZINI, 2011).

É evidente a relação apresentada nas dissertações e teses entre a questão ambiental e a questão social. A forma como são analisadas essa relação, no que se refere ao método de análise, pode variar conforme a perspectiva teórica de análise da questão ambiental na reprodução da sociedade, sendo que essa discussão não consiste necessariamente e majoritariamente no centro do debate marxista. Nas seções a seguir, esse debate será associado às análises sobre os fundamentos da questão ambiental, que perpassam as discussões sobre questão social como eixo central.

No que se refere à incidência temática, as 19 dissertações e 7 teses enfatizaram as seguintes discussões:

Quadro 5. Incidência temática apresentada nas dissertações e teses analisadas.

Incidência temática	
A priori	A posteriori
Sustentabilidade	Cidadania Ambiental
Questão ambiental	Crise Socioambiental
Coleta Seletiva	Degradação Ambiental
Resíduos Sólidos	Justiça Ambiental
Educação Ambiental	Sociedade-natureza
Meio Ambiente	Recursos naturais
Gestão Ambiental	Exploração da natureza
Movimentos Sociais	Colapso Ecológico
Política Ambiental	Segunda Natureza
Preservação Ambiental	Ecosocialista e Ecocapitalista
Conflito Ambiental	Ecoirracionalista e Ecodemocracia
Recursos Hídricos	Saúde e Meio Ambiente
Ecologia Política	Demarcação de terras indígenas
	Reforma Agrária
	Ética Ambiental
	Paradigma Ecológico
	Mobilização comunitária
	Questão urbana

	Movimento ambientalista
	Crime ambiental
	Turismo ecológico
	Lutas sociais
	Agroecologia

Fonte: Elaboração própria.

É notória a pluralidade de análises dispostas nas dissertações e teses que envolvem o debate sobre a questão ambiental. No quadro 5, os temas elencados como a priori foram selecionados antes da análise dos trabalhos e encontrados de forma evidente após as análises. Os temas elencados no quadro a posteriori, foram destacados pelos trabalhos analisados. Dentre os temas evidenciados a priori, 6 estão em maior ênfase nos trabalhos: questão ambiental e questão socioambiental, Educação Ambiental, sustentabilidade, meio ambiente, movimentos sociais e conflito ambiental.

Dentre os temas elencados a posteriori, os mais citados são: relação sociedade e natureza, recursos naturais, saúde e meio ambiente, movimento ambientalista e crime ambiental.

É unânime nos trabalhos a ênfase na relação entre a questão social e a questão ambiental. Na próxima seção, daremos maior ênfase a essa relação e como está apresentada nos trabalhos. Mas, é importante frisar que essa relação parte sob óticas diversas, mesmo reconhecendo a questão ambiental como expressão das manifestações de reprodução da ordem capitalista, alguns trabalhos evidenciam essa relação sob a ótica de perspectivas holísticas, neoliberais e conservadoras, por exemplo.

No que se refere à Educação Ambiental, são apresentadas variadas perspectivas. Dos 26 trabalhos analisados, 10 citam, com veemência, a Educação Ambiental nas discussões sobre questão ambiental. Seja na relação de atuação profissional do(a) assistente social, seja para tecer críticas aos modelos de Educação Ambiental difundidos na realidade brasileira. Essas críticas giram em torno da Educação Ambiental que coaduna com os ideais neoliberais, a Educação Ambiental presente comumente na mídia e nos discursos moralistas conservadores. Além dessas perspectivas, também são evidenciadas Educação Ambiental presente nos movimentos sociais e nas lutas sociais e ambientalistas.

Por essa razão, os temas elencados não são tratados individualmente, eles estão conectados e entrelaçados à crítica aos modelos de sustentabilidade, por exemplo. Dentre os trabalhos que enfatizaram a sustentabilidade, 9 destacaram com maior ênfase uma crítica aos modelos de produção verde que coadunam com a destruição da natureza. Essa relação também esteve associada às críticas sobre Educação Ambiental e o apelo de mecanismos como o marketing verde como forma de reforçar a degradação ambiental vista de forma ecologicamente correta.

A incidência do tema meio ambiente também é relacionada às discussões sobre questão ambiental e sustentabilidade. 8 trabalhos discutem, com maior foco, as compreensões sobre meio ambiente e a forma como a degradação ambiental acontece na sociedade capitalista.

No que se refere aos movimentos sociais, há uma conexão eloquente na relação entre lutas sociais, justiça ambiental, crime ambiental, Educação Ambiental e a questão ambiental. 6 trabalhos destacaram a necessidade de envolver, nos debates e nos enfrentamentos, os movimentos sociais como forma de fortalecimento das lutas sociais e questionamento das contradições inerentes ao modo de produzir socialmente.

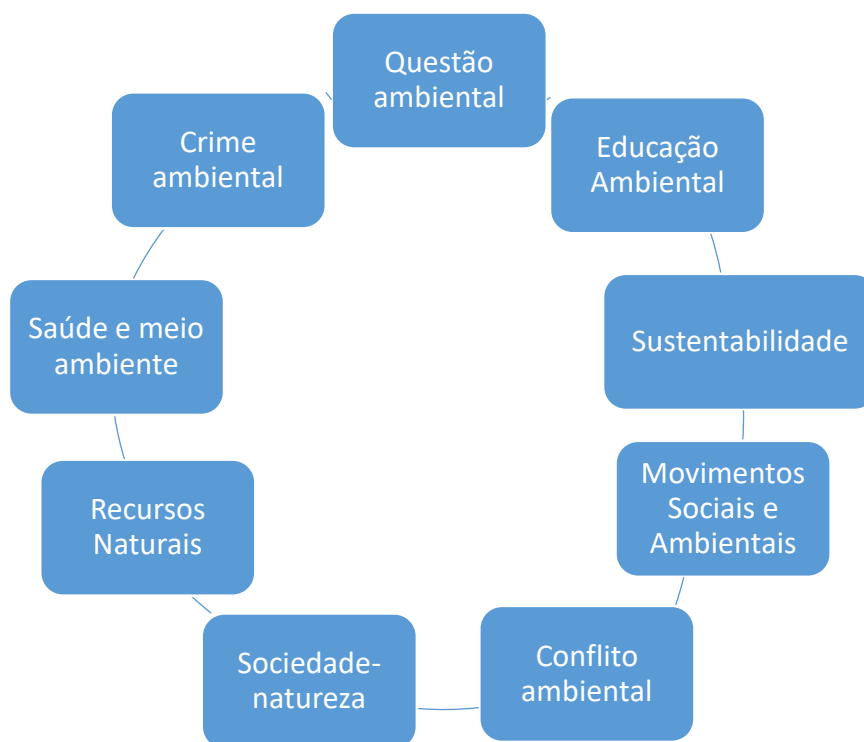
A noção de "justiça ambiental" exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Esse processo de ressignificação está associado a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis. E nessas arenas, a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda. (ASCELARD, 2010, p.108).

Esse processo de ressignificação da noção de justiça ambiental tem como centro a questão ambiental que cada vez mais se torna pauta de movimentos que tradicionalmente lutam por acesso a trabalho, terra, antirracista, moradia, dentre outras pautas importantes. Para além da transversalidade, a questão ambiental vem sendo debatida, discutida e centralizada nas pautas das lutas sociais com ênfase no enfrentamento das injustiças que envolvem as consequências do modelo de produzir socialmente e que vêm sendo acentuada com o passar dos anos, principalmente com o avanço neoliberal e do conservadorismo na sociedade.

Essa relação com os movimentos sociais evidencia uma necessidade que vem sendo instigada no Serviço Social: a aproximação da profissão com os movimentos sociais e de lutas sociais, além da necessidade de pesquisar e construir conhecimentos sobre os movimentos sociais e sobre a relação da profissão com as lutas sociais. “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.” (CFESS, 2011, p. 3). Além disso, no Capítulo IV, o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, da relação com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil, cita: “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.” (CFESS, 2011, p. 7).

Em resumo, a incidência temática com maiores ênfases nas dissertações e teses analisadas, são:

Figura 4. Temas mais citados nas dissertações e teses:



Fonte: dados da pesquisa.

Nas seções a seguir, são analisados os fundamentos apresentados sobre a questão ambiental nas dissertações e teses, além de apresentar as formas de intervenção profissional sobre a questão ambiental apresentada nos trabalhos analisados.

3.3. Os fundamentos da questão ambiental instituídos nas dissertações e teses em Serviço Social nos Programas de Serviço Social do Brasil

Compreender a questão ambiental na sua dimensão de totalidade, historicamente e socialmente determinada, é um dos desafios inerentes às análises, compreensões e estudos no Serviço Social brasileiro. (SILVA, 2010). Para tanto, se faz necessário entender as concepções sobre a questão ambiental instituídas nas dissertações e teses aqui analisadas, a fim de destacar de onde partem essas concepções, como estão fundamentadas e quais as perspectivas de análises realizadas por assistentes sociais em suas produções acadêmicas. Estruturamos esta subseção contemplando as concepções sobre a questão ambiental, as principais referências utilizadas e como os trabalhos fundamentam a questão ambiental sob a ótica do debate sobre a questão social, esta, objeto de estudos e pesquisas no Serviço Social.

No que se refere às concepções sobre a questão ambiental, todos os trabalhos fazem alguma discussão sobre a exploração do modo de produção capitalista e como essa exploração está associada à depredação e a degradação da natureza, em diferentes níveis. No entanto, ao destacar especificamente as definições apresentadas nas dissertações e teses, a noção de questão ambiental varia de ação antrópica à perspectiva de uma “junção” entre a sociedade e a natureza.

É importante destacar que não há uma definição única apresentada nos trabalhos. As concepções ora se apresentam de forma a questionar a reprodução do capital e suas consequências ambientais, ora se mostram focadas em questionar a “junção” da sociedade com a natureza e as consequências que essa “junção” pode gerar na depredação dos recursos naturais, excluindo os seres humanos desse processo.

Quadro 7. Concepção sobre a questão ambiental

Concepção sobre a questão ambiental apresentada nas dissertações e teses
Complexa, que envolve diversos aspectos na sociedade
Expressão da questão social
Consequência direta da reprodução do capital
Não há um consenso sobre a questão ambiental
Depredação do meio ambiente por atividade antrópica
Junção entre o meio ambiente e a sociedade
Não apresenta uma concepção nítida

Fonte: Dados da pesquisa.

A definição que envolve a complexidade foi apresentada em 3 trabalhos analisados. A perspectiva de análise envolve a complexidade no que se refere à como a questão ambiental se apresenta na sociedade capitalista no sentido de mostrar-se estruturalmente na realidade concreta, de forma contraditória e complexa. Essas estruturas complexas permeiam as variadas dimensões da vida e estão entrelaçadas às manifestações da reprodução do capital e reprodução da vida em sociedade. Os trabalhos, que delimitam essa concepção de forma nítida, defendem a necessidade de múltiplas determinações de análises sobre a questão ambiental, para compreender as estruturas inerentes às variadas formas de domínio do modo de produção capitalista, perante o ser humano e a natureza, no cerne do desenvolvimento das forças produtivas.

Os trabalhos que se dedicam a conceituar a questão ambiental como expressão da questão social de forma evidente, se organizam em 6 dissertações e teses. Esta é uma abordagem frequente nos trabalhos, artigos, textos e publicações construídas sob a ótica do Serviço Social brasileiro. Há uma defesa evidente em associar a questão ambiental às manifestações da reprodução do capital. Dos 6 trabalhos que delimitaram essa concepção, todos se dedicam a explicar essa necessidade de reafirmar a questão ambiental como expressão da questão social.

Como demonstrado em outras perspectivas analisadas nas dissertações e teses, existem diversas formas de analisar e compreender a questão ambiental, desde a relação entre culpabilizar a pobreza pela degradação ambiental, assim como relacionar o aumento populacional à destrutividade planetária. São perspectivas moralizantes, conservadoras e que enfatizam o ser humano como único e responsável pela própria condição de exploração ambiental.

Segundo Silva (2010), dentre as teses que relacionam os fundamentos da questão ambiental na sociedade, a relação entre a pobreza e a degradação ambiental consiste em uma saída moral ao centralizar os pobres, principalmente os de países periféricos, a diminuição da sua capacidade de reprodução como tentativa de diminuir os impactos ambientais.

A questão social é definida por Iamamoto (2014) como:

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz em comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2014, p. 27).

Ou seja, para Iamamoto (2014), a gênese da questão social se encontra no caráter coletivo da produção e apropriação privada do trabalho, que gera injustiças, contradições, desigualdades. Essas são as condições necessárias para a reprodução do capital. A questão ambiental se apresenta como expressão dessa relação de apropriação que gera desigualdades e degradação.

Enfatizar a relação da questão ambiental às manifestações da questão social, reafirma a necessidade de atuação profissional do(a) assistente social em um espaço relativamente recente e de necessária compreensão, com base no aparato crítico que permeia a fundamentação teórica de base do Projeto Ético Político da Profissão. “O assistente social é um dos profissionais interpelados a oferecer respostas à questão socioambiental e à crise ambiental enquanto uma das expressões que compõem a crise do capital, destacando as possibilidades de atuação deste profissional nesta temática.” (NUNES, 2013, p. 197).

Dos trabalhos que apresentaram o conceito sobre a questão ambiental relacionado à degradação do meio ambiente por atividade antrópica, se resumem em 1 dissertação. A relação antrópica diz respeito às ações que os seres humanos provocam no meio ambiente. É uma relação difundida na mídia, nos discursos políticos, no senso comum de modo geral. Essa relação é acompanhada do esvaziamento da crítica ao modo de produzir socialmente. No entanto, os trabalhos que se dedicam a definir a questão ambiental como intervenção antrópica fazem uma discussão desassociada a essa relação, escapando de uma maior contextualização sobre de que forma e em que relação se dá essa ação antrópica.

*“a questão socioambiental evoca as consequências da problemática ambiental advinda da **deprecação do meio ambiente pelas atividades antrópicas** (...)”.* (D 13).

Os riscos que essa relação causa é de aproximação com perspectivas que envolvem características já citadas, moralizantes, que culpabilizam determinados segmentos da sociedade pela destruição da natureza, principalmente a classe subalterna. A ausência de uma estruturação fundamentada no arcabouço teórico-metodológico baseada na crítica à reprodução do capital, exime dessa relação as estruturas totalizantes que envolvem o desenvolvimento das forças produtivas, centralizando no debate o ser humano predatório que está colocando em extinção a própria espécie. Contraditoriamente, essa perspectiva também coloca em cheque a própria existência do ser humano ao colocá-lo no centro das causas das mazelas do mundo, enfatizando que a saída para qualquer problema seria a ausência do próprio ser humano no planeta.

Essa perspectiva está carregada de estereótipos e se apresenta em discursos variados como inerente à própria natureza humana, ou seja, a destruição do próprio habitat faz parte da natureza do próprio ser humano. Esse discurso, como citado acima, camufla as discussões para outro viés, para além da crítica das bases de produção capitalistas, focando o centro para o ser humano predatório e destruidor da natureza. Trata-se de um discurso perigoso, principalmente quando nos referimos a uma profissão que está situada no seio do projeto em defesa da classe trabalhadora, na direção dos direitos sociais, no enfrentamento das desigualdades.

Não significa dizer que o ser humano não faz parte do processo da degradação ambiental, pelo contrário, a propriedade privada e a ordem burguesa são constituídas por seres humanos que se apropriam do trabalho vivo de outros seres humanos. Nesse processo também são apropriados recursos naturais que são transformados em bens e serviços pelo trabalho humano. Mas, essa relação não se resume em isolar o ser humano no contexto da degradação, mas contextualizar as suas estruturas históricas e sociais que também envolvem a forma de se reproduzir socialmente, baseada no capital.

Já a perspectiva que se refere à junção entre a sociedade e a natureza no que diz respeito ao conceito da questão ambiental, se apresentou em apenas 1 dissertação:

*“Entender que a questão socioambiental pode ser considerada uma **junção do Meio Ambiente com a sociedade**, considerando que o mesmo problema que afeta uma esfera também a outra, pode-se afirmar em definitivo que é um problema de interesse coletivo.” (D 19).*

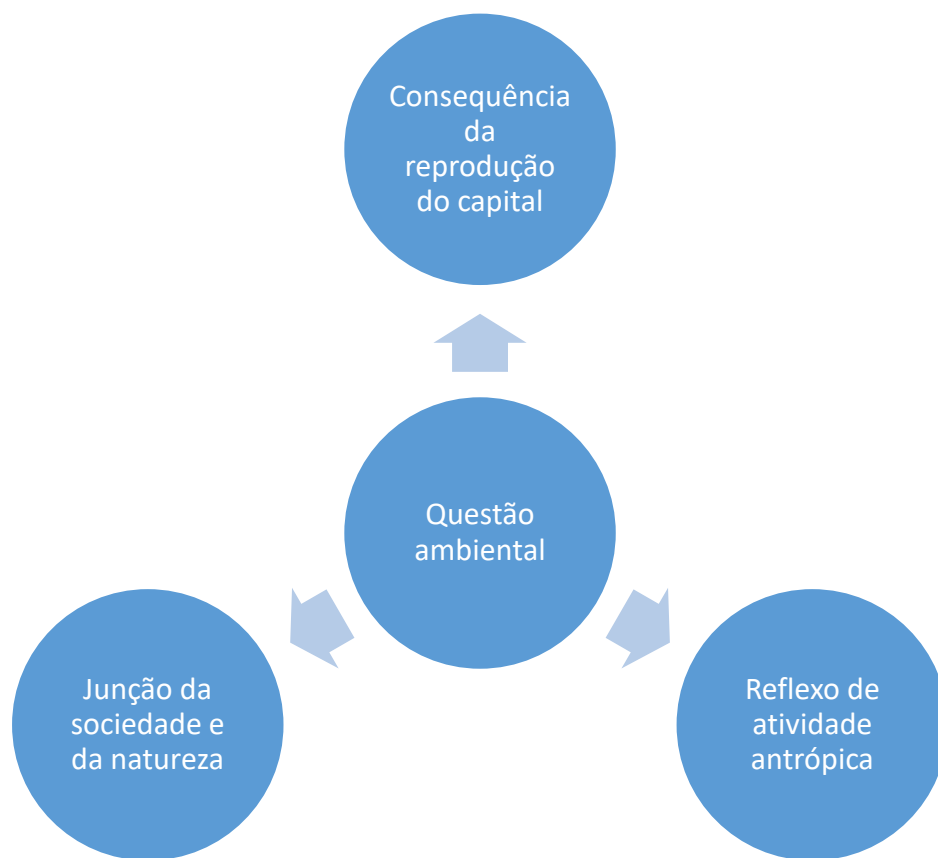
Das 19 dissertações e 7 teses, apenas 4 não apresentaram nenhuma concepção ou conceito relacionado à questão ambiental. No entanto, fazem referência ao termo e discutem temas ambientais nas produções relacionados à questão indígena, territorial e agrária.

Dentre os 16 trabalhos analisados, nenhum se dedica a discutir os fundamentos da questão social ao abordar sobre a questão ambiental. Apesar dos trabalhos enfatizarem a relação entre destrutividade ambiental ao modo de produção capitalista, somente 10 dissertações e teses fazem essa relação de forma consistente, fundamentados em autores como: Marilda Iamamoto, KalrMarx, Joseane Santos, José Paulo Netto, David Harvey, Carlos Montañó, Castelo, Duriguetoe Carmelita Yasbek.

Essa relação também está associada à necessidade de reafirmar a questão ambiental como manifestação das expressões da questão social, conectada às discussões sobre a centralidade da categoria trabalho, apropriação privada dos bens e serviços, das desigualdades e injustiças sociais e ambientais presentes na sociedade burguesa, a questão ambiental como objeto de enfrentamento do Serviço Social enquanto profissão. Essas discussões estão associadas à abordagem sobre a questão ambiental discutida em 10 trabalhos.

Segundo Silva (2010), as consequências das contradições do imperativo do capital recaem sobre a destrutividade ambiental e social, principalmente no aprofundamento da crise mundial em que as consequências do modelo de produção são sentidas pela grande maioria da população no aumento da miséria e da fome, no aprofundamento das desigualdades, desemprego estrutural em escala global, acirramento dos conflitos de gênero e etnias, assim como a destruição ambiental. Com isso, o sistema assegura a reprodução da questão ambiental assim como da questão social, atenuando os seus efeitos de forma insuficiente, baseado na solidariedade entre os povos e na defesa superficial do meio ambiente.

Figura 5. Síntese das concepções sobre questão ambiental apresentadas nas dissertações e teses:



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere às referências bibliográficas utilizadas nas dissertações e teses sobre a questão ambiental, destacam-se no quadro a seguir:

Quadro 8. Principais referências bibliográficas citadas nos trabalhos que referenciam temas relacionados à questão ambiental:

Principais referências bibliográficas citadas nas dissertações e teses	
Guillermo Foladori	Milton Santos
Marcos Reigota	Luci Sauvé
Enrique Leff	Herbert Marcuse
Frederico Loureiro	Theodor Adorno e Max Horkheimer
David Harvey	Joan Martinez Alier
Istivan Meszáros	Sérgio Lessa
Karl Marx	Ivo Tonet
Maria das Graças Silva e Silva	Leonardo Boff
Henri Acsirad	Genebaldo Freire Dias
José Silva Quintas	Fritjof Capra

PhillippeLayrargues	Octávio Ianni
John Foster	
Michel Lowy	
François Chesnais	
Mauro Guimarães	
Henri Lefebvre	
Friedrich Engels	
Norbert Elias	
Sigmund Freud	

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os autores mais citados, estão: Karl Marx, Maria das Graças Silva e Silva, Mészáros, Loureiro, Foladori, Harvey e Foster. Dentre tais autores, Maria das Graças Silva e Silva se destaca nas referências sobre o debate envolvendo o Serviço Social e a questão ambiental. A autora escreveu a tese intitulada “Capitalismo contemporâneo e ‘questão ambiental’: o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, em 2008. A tese em questão virou livro publicado pela Editora Cortez e consiste em uma das mais relevantes referências sobre Serviço Social e questão ambiental no Brasil, atualmente.

Outro autor citado por mais de 15 trabalhos analisados, é Karl Marx. Apesar de não ter se dedicado exclusivamente sobre a questão ambiental, as suas obras constroem as bases necessárias para a compreensão do funcionamento da sociedade burguesa, das relações de produção em uma perspectiva ontológica que subsidiam as bases de análises para compreensão das manifestações destrutivas de reprodução do capital. Foster, em suas obras, se dedica a evidenciar a importância dos escritos de Marx no debate sobre a reprodução sociometabólica do capital e a falha nesse processo metabólico na perspectiva ecológica.

Mészáros se destacou em mais de 14 trabalhos analisados, principalmente no debate referente à questão ambiental pelas vias do movimento ambientalista como causa única, nas teses sobre os limites sociometabólicos de reprodução do capital e a crise estrutural do capital. Estas são as perspectivas abordadas nos trabalhos ao citar o referido autor.

Loureiro apresenta em suas obras uma vasta pluralidade no debate sobre Educação Ambiental que se fez presente nas obras, principalmente para relacionar a atuação profissional do assistente social no enfrentamento da questão ambiental pelas vias de processos pedagógicos como a Educação Ambiental.

Percebe-se a evidente utilização de referenciais críticos na maioria dos trabalhos analisados. No entanto, foi perceptível também a relação dessa perspectiva “crítica” presente na contextualização da questão ambiental, associado a autores como Fritjof Capra, que em suas obras não relaciona necessariamente uma crítica ao sistema capitalista de reprodução social, mas sim a uma relação enfatizada em uma perspectiva holística¹⁴ de compreensão de “problemas” que assolam a sociedade, sobretudo a natureza. A relação conhecida como ecologia profunda esteve presente em duas dissertações. A ênfase dada a essa perspectiva centra-se no consumo e prega uma harmonia entre a natureza e a sociedade, mas sem questionar ou apontar as bases de sustentação dessa sociedade.

3.4. Serviço Social, gestão ambiental e a Educação Ambiental: o exercício profissional do assistente social na questão ambiental

Nesta subseção, as análises recaíram sobre os trabalhos que evidenciaram nas pesquisas a dimensão interventiva profissional do assistente social no enfrentamento da questão ambiental. Apenas 10 dissertações e teses apresentam no corpo da pesquisa as discussões ou apontamentos sobre aspectos dos processos interventivos relacionados ao enfrentamento da questão ambiental no trabalho profissional do(a) assistente social.

Desde a década de 1990, na realidade brasileira, em decorrência de uma conjuntura histórica, social, econômica e política, a aproximação do Serviço Social com o debate ambiental se dá em um terreno de múltiplas análises que variam desde o processo de redemocratização brasileiro, aprofundamento da crise estrutural do capital, ao avanço e estruturação do Projeto Ético Político da Profissão com suas bases fundamentadas na Teoria Social Crítica.

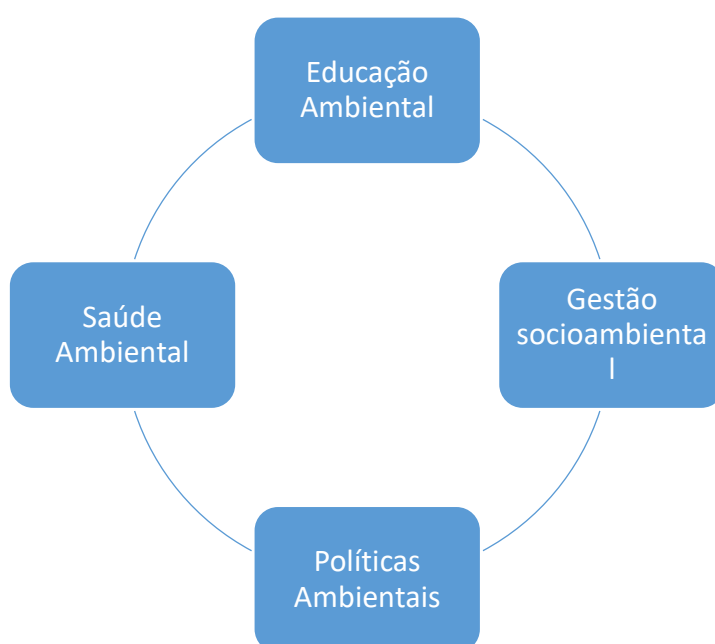
No tempo presente, a inserção profissional no campo ambiental é mais evidente e discutida, no entanto, ainda restam lacunas sobre a atuação, fundamentação e, principalmente, correlação com a perspectiva alinhada aos princípios do projeto profissional. Essas lacunas dizem respeito desde a não compreensão da Educação Ambiental como processo educativo crítico e emancipatório alinhado às lutas sociais, até a defesa de intervenções ancoradas em perspectivas conservadoras que reforçam condutas moralizantes e comportamentais.

¹⁴Visão ecológica do mundo que o compreende como integrado no sentido amplo. Também conhecida como visão sistêmica ou pensamento sistêmico de compreensão do mundo.

Segundo Silva (2010), o Serviço Social vem se inserindo no âmbito da gestão socioambiental com ênfase na Educação Ambiental, com o foco em programas voltados ao meio ambiente.

Nas análises das dissertações e teses também identificamos a ênfase na Educação Ambiental, gestão ambiental, saúde ambiental e políticas ambientais como evidenciamos na figura a seguir:

Figura 6: Atuação profissional do(a) assistente social no enfrentamento da questão ambiental apresentado nas dissertações e teses.



Fonte: Elaboração própria.

Das 10 dissertações e teses que apresentam discussões sobre a atuação profissional do(a) assistente social no enfrentamento da questão ambiental, 6 destacam a dimensão pedagógica do exercício profissional, especificamente por meio da Educação Ambiental.

É possível identificar nos trabalhos a compreensão da Educação Ambiental sob a perspectiva de múltiplas correntes e tendências. A D1 deixa evidente as correntes comumente conhecidas na Educação Ambiental, como a Educação Ambiental conservadora e conservacionista, a Educação Ambiental transformadora e emancipatória:

“A vertente conservadora se expressa por meio das correntes conservacionistas, comportamentalista, da alfabetização ecológica e do autoconhecimento (LAYRARGUES; LIMA, 2011) e se apoia nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança dos comportamentos individuais em relação ao ambiente, não questionando a estrutura social vigente em sua totalidade. Os referidos autores não a identificam como a tendência hegemônica do campo na primeira década do século XXI.” (D1).

A vertente crítica aglutina as correntes da EA Popular, Emancipatória, Transformadora e no processo de Gestão Ambiental, sendo uma oposição às tendências conservadoras e comportamentais. Tem como ênfase a revisão crítica dos fundamentos que propiciaram a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental. (D1).

Segundo Silva (2010), os horizontes ideopolíticos da Educação Ambiental denotam para essa multiplicidade de correntes de pensamento que perpassam desde tendências comportamentalistas focadas na ação individual de cada sujeito, como apresentada na citação da D1, bem como as perspectivas que visam as críticas as estruturas de produção social e almejam a superação do atual modelo de sociedade.

No primeiro caso, a ação educativa ora ganha expressões comportamentalistas, ora encontra-se ancorada em uma crítica aos excessivos traços concentradores de riqueza e de poder da sociedade contemporânea, focada na ausência ou insuficiência de políticas públicas que poderiam assegurar um “enfrentamento” à pobreza e iniquidade: a inclusão social como possibilidade de inserção de largos segmentos sociais no mundo mercantil, no acesso a bens e serviços, se revela como horizonte possível à Educação Ambiental e ao exercício profissional. Nestes termos, a inclusão social funde-se no horizonte da sustentabilidade social, reafirmando as possibilidades de “democratização do capitalismo” ao mesmo tempo que oferece um conjunto de alternativas técnicas para sua efetivação. (SILVA, 2012, p. 150).

Essa multiplicidade de perspectivas está presente nas dissertações e teses em diferentes medidas. Ora direcionando a responsabilização da degradação planetária apenas no plano da ética e da moral, ora atribuindo a necessidade de mudança na sociedade partindo apenas do aspecto comportamental dos sujeitos:

“O profissional do Serviço Social pode promover ações que visem o preenchimento desta lacuna ética existente na sociedade, atuando com ações de cunho educativo que visem uma mudança no

entendimento e no comportamento da população, uma vez que o caráter ético é inerente à esta profissão. ” (D 17).

“Há o risco de meramente se reproduzir o discurso ideológico da “sustentabilidade socioambiental”. O exercício profissional na direção indicada pode assumir, nos termos de Yazbek (2009, p.15), “um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o “cliente” em sua inserção institucional e na vida social... ”.(T 24).

A dimensão ética da profissão está amparada na perspectiva ontológica do ser social, ancorada em um arcabouço que não legitima a ofensiva neoliberal que está comumente atrelada a valores que reforçam o individualismo, saídas técnicas no enfrentamento da questão ambiental que reforçam a possibilidade de um “capitalismo verde”, como citado por Silva (2010).

A dimensão ética arraigada na profissão diz respeito à superação das desigualdades e injustiças por meio da construção de uma nova sociedade, pautada na igualdade e na justiça. Não compreende a mudança comportamental dos sujeitos, tão pouco na perspectiva ambiental.

É importante destacar que esta associação da ética ambiental à mudança comportamental é comum no debate da Educação Ambiental, principalmente considerando a multiplicidade de perspectivas ideopolíticas que a norteiam. Assim como na Educação Ambiental, a compreensão da ética ambiental é carregada de perspectivas ideopolíticas que mais tem a ver com as formas de reprodução do próprio capital, do que verdadeiramente a superação de um conjunto de condições que envolvem as relações entre os seres humanos e a natureza.

Segundo Medeiros e Barretos (2013), a subordinação da moral e da ética ao valor (trabalho) envolvem uma dimensão da ética ligada a o que os autores denominam de ecologismo acrítico.

(...) recebem o qualificativo "acrítico" justamente porque sequer tematizam a possibilidade de superação histórica da sociedade capitalista - considerando, portanto, que a sociedade do Valor é admitida *a priori* -, então a possibilidade de realização objetiva da assim chamada ética ambiental é determinada pela sua relação com a realização do Valor. (MEDEIROS; BARRETOS, 2013, p. 8).

Segundo os autores supracitados, essa ética ambiental, quando submetida à lógica capitalista, propõe aos sujeitos a criação ou desenvolvimento de uma consciência ambiental renovada, sustentável e ecologicamente equilibrada que por si só será o suficiente para alterar os hábitos e comportamentos predatórios do restante do mundo. (MEDEIROS; BARRETOS, 2013).

Se as bases de reprodução do capital apresentam fundamentos na exploração e degradação da natureza e dos seres humanos, qualquer saída simplista que se proponha a sugerir mudança comportamental, desconsiderando as estruturas que envolvem a reprodução da sociedade em uma dimensão de totalidade, recairá nas proposições da sustentabilidade capitalista ou como alguns autores denominam de capitalismo verde.

Nesse sentido, no que se refere à atuação profissional do assistente social nos espaços de enfrentamento da questão ambiental, sobretudo pelas vias da Educação Ambiental, cabe um olhar crítico que possibilite driblar das “armadilhas” das definições prontas e receitas pré-estabelecidas. Esse não é um desafio somente para o Serviço Social, pois os discursos compensatórios e simplistas perpassam as análises sobre a questão ambiental e propõem saídas que dificilmente recairia sobre as estruturas da sociedade, e estão presentes em várias áreas das ciências.

As perspectivas de Educação Ambiental, apresentadas nos trabalhos alinhadas a dimensão emancipatória e atreladas às lutas sociais, se apresentam em 3 dissertações e teses analisadas.

“A educação ambiental crítica traz todas as possibilidades de ser trabalhada com essas características próprias da profissão de Serviço Social, da superação da ordem do capital para haver possibilidades de uma sociedade livre de opressões.”(D19).

“Ocorre que a atuação socioeducativa, nesse sentido, possibilita tanto a reprodução do discurso dominante quanto pode possibilitar um reforço às formas de organização e resistência da população usuária, o que só pode ser alcançado por meio do atrelamento à dimensão política da realidade vivenciada por esta mesma população, conforme acima assinalado.”(T24).

“Nesse horizonte, a educação ambiental questiona as relações sociais historicamente construídas no bojo da destruição da natureza pelo capitalismo, conectando-a às análises das disputas entre as classes sociais,

haja vista que não faz sentido, e aí situa-se um dos limites da educação ambiental, ou seja, 'reformular a relação entre os humanos e a natureza, mas manter intacta as relações sociais'". (T 25).

Essa Educação Ambiental crítica, emancipatória e transformadora evidenciada nas dissertações e teses associadas ao trabalho profissional do(a) assistente social, consiste em um espaço de lutas políticas pela radical transformação social e ambiental, ligada a contestações da relação e apropriação privada da natureza, dos bens e serviços. (SILVA, 2010).

Constitui, portanto, um dos principais desafios ao Serviço Social desvelar a natureza teórica e política das propostas de educação ambiental nas quais a profissão é avocada a intervir: analisar os fundamentos de tais formulações, ao tempo em que se investigam os seus desdobramentos ideoculturais, perante o usuário e a sociedade, impõe-se como tarefa precípua a todos os que se propõe uma intervenção crítica. (SILVA, 2012, p.151).

Como reafirma Silva (2010), identificar os fundamentos ideopolíticos que permeiam os processos de Educação Ambiental no cotidiano profissional do(a) assistente social, consiste em um dos principais desafios nos espaços de enfrentamento à questão ambiental. Por constituir-se em campos de disputas assim como os demais espaços de atuação profissional, os processos de Educação Ambiental para estarem alinhados aos interesses da classe trabalhadora necessitam estar coerentes com as suas lutas políticas.

Não cabe ao assistente social definir quais comportamentos os sujeitos devem assumir na “sociedade do consumo”, ou atribuir as responsabilidades ao próprio sujeito como forma de mudar o mundo por meio de comportamentos ecologicamente corretos. São necessárias bases teórico-metodológicas concatenadas ao arcabouço crítico que, assim como permite enxergar a questão social no seio das contradições entre capital e trabalho, possa fornecer subsídios para apreender a realidade em sua totalidade e envolver a questão ambiental como manifestação das formas de reprodução do capital em dimensões globais e estruturais.

No que se refere às dissertações e teses que evidenciam a atuação profissional na gestão ambiental, políticas ambientais e na saúde e meio ambiente, se condensam em 4 trabalhos analisados.

Um dos trabalhos se dedicou à atuação no campo da gestão ambiental por meio da Educação Ambiental em consonância com as políticas ambientais, corroborando com as perspectivas apresentadas acima. Como mencionado por Silva (2010), a atuação do assistente

social na gestão ambiental ocorre pelas vias da promoção da Educação Ambiental concatenada à dimensão educativa presente na profissão:

*“O papel deste profissional como educador ambiental incorpora conotações educativas da política pública ambiental, onde poderemos utilizar dos mecanismos da educação ambiental como meio para **desenvolver ações no tocante à conscientização através da tomada da consciência ambiental**, estabelecendo um aprendizado novo que venha substituir essa cultura de não pertencimento a natureza, por outra que seja de respeito, interação, interdependência e solidariedade dos indivíduos e do coletivo com a vida planetária.” (D13).*

A relação construída entre as políticas ambientais, especificamente a Política Nacional de Educação Ambiental, é apresentada como forma de orientação e fundamentação para o trabalho profissional. Na pesquisa não é apresentada uma problematização acerca dessa política ambiental ou de outras que orientam as legislações brasileiras nesse segmento. Contudo, como os processos de Educação Ambiental se apresentam, em grande parte, como espaço de intervenção profissional no enfrentamento da questão ambiental, se faz importante analisar as políticas ambientais em sua dimensão histórica, social, política e econômica para então situar em que medida as intervenções profissionais poderão se pautar fundamentadas nessas políticas.

*“Para tanto, por esta temática compor uma abordagem nova na profissão, ainda precisa avançar discussões sobre esse assunto, principalmente no tocante à formação profissional neste âmbito, em **consonância com as orientações a Política Nacional de Educação Ambiental.**” (D 13).*

A Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n. 9795 de abril de 1996, por exemplo, foi uma das primeiras políticas específicas sobre Educação Ambiental na América Latina. Em consonância com um movimento global de denúncia sobre a degradação ambiental em níveis planetários, o documento foi construído sem a participação popular, e sem o envolvimento das lutas sociais. Ainda assim, a política apresenta uma Educação Ambiental pautada nos moldes transversais como um tema que deve perpassar outros temas já discutidos comumente na sociedade. O segundo plano dado à Educação Ambiental é questionado posteriormente por diversos educadores, no entanto, a multiplicidade de correntes e tendências que perpassam e Educação Ambiental no cotidiano exige um olhar atenuado aos fundamentos que permeiam as diversas educações ambientais que se fazem presentes na realidade brasileira.

“Pelo exposto, observa-se que a atuação preponderante dos assistentes sociais na política de meio ambiente está no âmbito dos projetos de Educação Ambiental, realizados sobretudo por ONG e instituições privadas.”(T 24).

“O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) destaca o assistente social como um dos agentes para o desenvolvimento de oficinas que enfatizem a relação entre saúde, ambiente e bem-estar social em escolas públicas e locais acessíveis à comunidade.” (T 24).

Mesmo quando abordam sobre as Políticas Ambientais, a Educação Ambiental é enfatizada como centro de atuação profissional no enfrentamento da questão ambiental, inscrito no trabalho profissional do(a) assistente social.

A dimensão pedagógica destacada pelos trabalhos reforça a função pedagógica instituída nos processos interventivos dos assistentes sociais situados na reprodução das relações sociais e mediadas por contradições morais presentes na sociedade. (ABREU, 2016). No entanto, essa função pedagógica, assim como em outras áreas de atuação profissional no enfrentamento da questão social, reproduz perfis que ora reforçam padrões ideológicos de interesse do capital, despolitizando o debate sobre a questão ambiental e suas refrações, ora incorpora o debate associado às lutas sociais e às contradições inerentes à forma de produzir socialmente.

Tais perfis ideológicos reforçam de fato tendências à individualização e à responsabilização das classes subalternas quanto à busca de respostas às suas necessidades básicas e, mais do que isso, visam dificultar o avanço da formação de uma consciência de classe autônoma e, conseqüentemente, da construção do processo de emancipação humana por essas classes. (ABREU, 2016, p. 221).

Essa relação supracitada por Abreu (2016) compreende e traduz os perfis profissionais que, por meio da dimensão pedagógica instituída na profissão, exercem papéis ideológicos que coadunam com a organização da cultura do capital, fundada na construção de um perfil profissional que, ao tempo em que está em uma relação assalariada muitas vezes precarizada e individualizada, também precisa se situar no contexto das lutas dos trabalhadores no seio das lutas de classes.

Os setores supracitados nos trabalhos analisados, que reforçam a atuação profissional do(a) assistente social no enfrentamento da questão ambiental, situam-se nos espaços privados, em Organizações Não Governamentais e no setor público, respectivamente.

No caso da atuação em ONGs, foi identificado a intervenção profissional no campo do voluntariado que reforçam valores morais e neoliberais. Além disso, a função pedagógica exercida e proposta como caminho para intervenção no campo ambiental, se traduz nos velhos desafios enfrentados historicamente na profissão relacionados ao processo de refilantropização das políticas sociais, mas, neste caso, no enfrentamento à questão ambiental. Nessa lógica, a culpabilização e as intervenções focalizadas no comportamento do indivíduo prevalecem e consubstanciam a disseminação de valores condizentes com os preceitos ideopolíticos de reprodução do capital.

Outra dimensão destacada nas dissertações e teses especificamente sobre a atuação profissional do(a) assistente social, diz respeito à saúde e ambiente.

Atuação na Saúde e ambiente destacada na Dissertação 15, não se resume ao estudo da qualidade de vida. A pesquisa apresenta uma abordagem associando a questão ambiental à questão urbana e agrária, que consiste em uma compreensão necessária, principalmente no Serviço Social.

Apesar de ser relativamente recente o debate sobre a questão ambiental, ainda é pouco evidente a sua associação a outras questões que compõem os seus fundamentos dos estudos e compreensões. Percebe-se nos trabalhos a importância em destacar a questão ambiental como manifestação da questão social, no entanto, poucas pesquisas se dedicam de fato a um debate que integra e associa a questão ambiental às outras manifestações da questão social, como a questão agrária e urbana. No caso da pesquisa D15, essa relação ocorre desde o adoecimento humano seja nos centros urbanos ou nos espaços rurais, à relação entre expansão territorial e a atuação do Estado no fortalecimento da reprodução do capital.

“Entende-se que para intervir na realidade social é mister o seu reconhecimento, portanto, o serviço social tem problematizado a questão ambiental relacionada aos processos de adoecimento como uma das manifestações da questão social, porém, é mais recente a consciência de que a saúde individual e coletiva está diretamente relacionada com a qualidade do meio ambiente.”(D15).

Além de relacionar a questão ambiental à questão agrária e rural, a referida pesquisa também a associa às políticas de saúde e ambiente, destacando a atuação profissional do(a) assistente social nos espaços de Controle de Endemias, por exemplo.

“O Serviço Social trabalha com essa demanda em atendimento individual dos casos, através de visitas domiciliares, acompanhada de equipe multidisciplinar composta por médico veterinário e biólogo. Após a abordagem, realiza contato entre os demais serviços da secretaria de saúde, envolvidos nessa problemática, como a atenção básica, saúde mental, Centro de Controle de Zoonoses, além de outras secretarias como a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, limpeza urbana e meio ambiente. Cada situação demanda uma articulação, de acordo com a necessidade apresentada. É importante considerar que o fortalecimento da rede é um processo contínuo e permeado de enfrentamentos dada a fragmentação das políticas, inclusive a da saúde e, portanto, a dificuldade desse trabalho.”(D15).

Ao integrar uma equipe multidisciplinar na abordagem de controle de zoonoses, o(a) assistente social atua na perspectiva de defesa dos direitos das pessoas que dele necessitam, compreendendo-a a partir das necessidades dos usuários e realizando os encaminhamentos adequados. Quando são desconsideradas essas perspectivas, a abordagem ambiental se concentra nos aspectos técnicos “naturais” e, por vezes, geram culpabilizações e omissões no atendimento e encaminhamentos dos sujeitos que precisam de atendimento.

Na seção a seguir, com base no que analisamos até então, traçamos perspectivas que colaboram na compreensão dos caminhos e desafios inerentes ao trabalho profissional do assistente social no enfrentamento à questão ambiental instituídos nas dissertações e teses analisadas. Tais perspectivas reforçam traços que a profissão carrega historicamente, assim como traduz caminhos e perspectivas na construção de conhecimentos em uma área que carece de estudos, pesquisas e intervenções.

3.5. Dilemas e desafios instituídos nas dissertações e teses

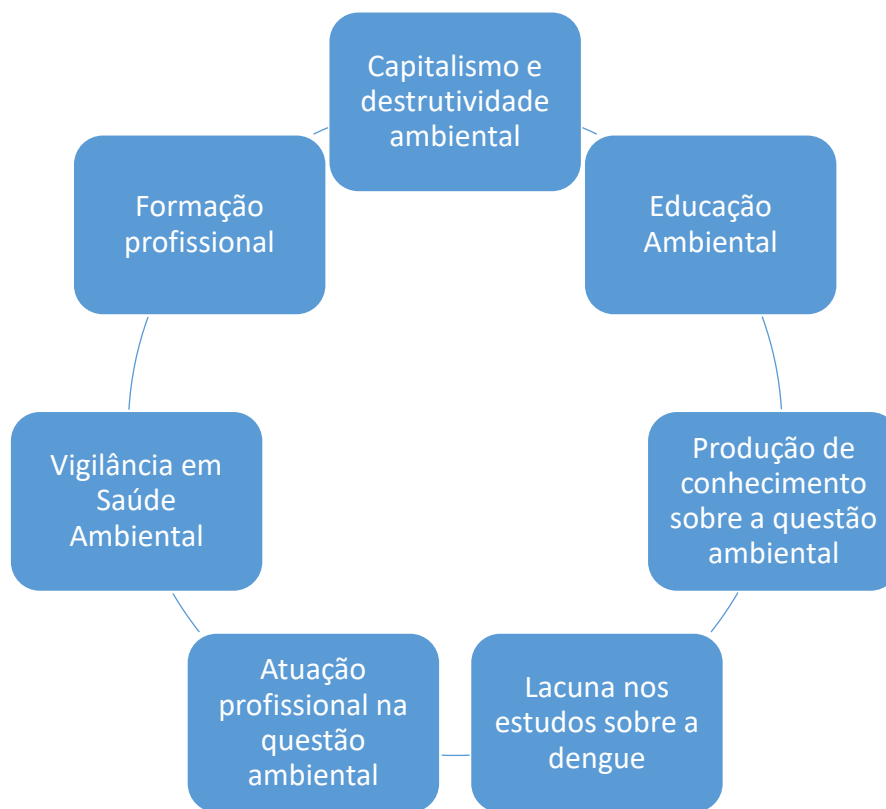
Compreender e analisar a questão ambiental como integrante do objeto de estudo na profissão, assim como a questão social é apresentada e centralizada no Serviço Social, consiste em um dos maiores desafios para a profissão desde a década de 1990, quando

iniciamos as primeiras aproximações com a questão ambiental. Cerca de 30 anos após essa aproximação, os estudos e pesquisas avançaram, apesar de ainda se constituir uma pequena parcela dentre os variados estudos realizados por assistentes sociais no Brasil.

A reflexão supracitada foi destacada em diferentes medidas pela maioria dos trabalhos aqui analisados, no contexto da questão ambiental como manifestação da questão social. Dialogamos sobre essa referência destacada nos trabalhos nas seções anteriores. Nesta seção, apresentaremos os trabalhos que evidenciaram, de forma nítida, algum desafio posto para a profissão no debate sobre a questão ambiental, além de apresentar as principais tendências identificadas nos trabalhos sobre esse mesmo assunto.

É importante destacar que, das 26 dissertações e teses analisadas, 16 não destacaram nitidamente algum desafio para o Serviço Social no que se refere à questão ambiental. Desses 26 trabalhos, 11 destacaram algum desafio no corpo da pesquisa, ora centralizado no objeto de estudo, ora como resultado da pesquisa realizada.

Figura 7: Desafios para o Serviço Social:



Fonte: Elaboração própria.

A destrutividade ambiental, relacionada ao modo de produzir capitalista, foi apresentada como desafio para o Serviço Social sob a perspectiva da necessidade do profissional de Serviço Social de optar pelo arcabouço teórico-metodológico e ideopolítico para a compreensão dessas manifestações.

Não por acaso, tornou-se lugar-comum ouvir, de profissionais que desenvolvem programas de educação ambiental, seguidas indagações quanto às razões de comportamentos recorrentes poluidores e agressores ao meio ambiente – os quais precarizam as já degradantes condições de vida das populações envolvidas – ainda que venham sendo estes objetos de seguidas ações educativas, as quais, muitas vezes tratam de explicitar as repercussões sociais e ambientais destas atitudes. Nesse caso cabe indagar: como esperar que tais indivíduos desenvolvam comportamentos respeitosos ao meio ambiente quando este, na maioria das vezes, se resume ao espaço doméstico e a natureza é tomada como algo abstrato, idealizado? Mais: como isso seria possível na medida em que este indivíduo encontra-se apartado do meio natural e de sua própria espécie? (SILVA, 2010, p.155).

A reflexão de Silva (2010) nos apresenta uma evidente necessidade de refletir sobre os “fazeres” profissionais, principalmente no que se refere à questão ambiental instituída no seio da destrutividade ambiental. Tanto no aspecto das refrações do capital, como também na perspectiva dos desafios na Educação Ambiental na profissão, é necessária a adoção de questionamentos e reflexões sobre a opção teórico-metodológica e ídeopolítica. Caso contrário, reproduziremos práticas que reforçam injustiças sociais e moralizantes perante o enfrentamento da questão social, principalmente na perspectiva da Educação Ambiental.

Percebe-se que a dimensão teórico-metodológica perpassa os desafios apresentados nas dissertações e teses analisadas, reforçando a perspectiva central do rigor do método como fundamento científico da atuação profissional. Ao desprender-se das bases teórico-metodológicas da profissão, o(a) assistente social esbarra-se em modos de fazer e de agir sob o risco de trazer os sujeitos de direitos para a condição de sujeitos culpados pela própria condição ambiental e social. O rigor crítico e a competência profissional são necessários para analisar, estudar e compreender as possíveis intervenções em diferentes espaços ocupacionais, sobretudo nos espaços em que apresentam com eixo de análises a questão ambiental articulados às demais manifestações da questão social.

A produção de conhecimento no Serviço Social sobre a questão ambiental também foi apresentada como desafio para a profissão. Na direção ideopolítica e teórico-metodológica, a pesquisa apresenta a dificuldade no rigor teórico das produções sobre a questão ambiental centradas no materialismo histórico e dialético. Esse desafio se apresenta na pluralidade de perspectivas que se apresentam tanto em pesquisas que reforçam perspectivas conservadoras historicamente vivenciadas pela profissão, como também atuações profissionais que envolvem uma dimensão remediável, moralista e conservadora no enfrentamento da questão ambiental.

Como apresentado acima, essas perspectivas no campo teórico que envolve o método em si, também foi destacado aqui nas sessões anteriores. No entanto, especificamente sobre esta pesquisa que apresenta como desafio a construção e conhecimentos no Serviço Social, percebe-se que até 2018 os desafios continuam emergentes nos trabalhos produzidos sobre a questão ambiental na profissão.

“Sendo assim, existe dificuldade em estabelecer um rigor teórico na produção de conhecimento do Serviço Social, salvo exceções dos (as) assistentes sociais que se baseiam, de forma ortodoxa, no método materialista histórico e dialético. Essa multiplicidade, inclusive apreendida

através da análise documental e bibliográfica quanto à questão ambiental, pode ser desvelada e enfrentada, porém o sincretismo oriundo da prática profissional é irremediável, visto ser fruto do próprio cotidiano: (...)" (D09).

As ofensivas conservadoras e neoliberais que influenciam a atuação profissional interferem diretamente nas compreensões e análises da realidade. Como reafirmado na D09, estão presentes no cotidiano profissional e necessitam de um aparato crítico com estratégia para driblar as armadilhas que acometem esse cotidiano.

A lacuna existente na profissão, sobre estudos no que se refere à dengue, foi externada como desafio para o Serviço Social. A pesquisa se propõe a analisar a relação entre a ocorrência da dengue e as condições socioambientais no município de Natal-RN, principalmente após as epidemias de dengue, *chikungunya* e *zika* vírus, entre 2015, 2016 e 2017. A pesquisa destaca a importância do Serviço Social compreender a relação direta entre a dengue e a questão ambiental no conjunto de reprodução do capital, tendo como centro a degradação ambiental e humana. Destaca também que essa relação corre devido às análises superficiais presentes no senso comum ao associar as epidemias de dengue única e exclusivamente como culpa das próprias pessoas, cabendo a elas mesmas a condição de enfrentamento.

Essa perspectiva é condizente com outras compreensões que permeiam a questão ambiental na sociedade de modo global. O debate centrado nos temas ambientais circunda perspectivas que, rotineiramente, colocam o ser humano como predatório e maléfico para a própria humanidade, fruto de sua própria natureza egoísta e irracional. Contraditoriamente, ele mesmo é visto como problema e as saídas de base burguesa relacionam a condição de pobreza à degradação ambiental. Essas perspectivas se tornam as justificativas para intensificar as contradições entre classes e ampliar saídas que perpetuam a reprodução do capital.

Ao reforçar a relação entre a dengue e a questão ambiental, o conjunto de manifestações, oriundo da contradição entre capital e trabalho, estabelece relação direta com as epidemias vivenciadas nos últimos anos.

Outro aspecto, que também merece atenção, são as doenças pandêmicas, especificamente o Covid-19, iniciada em 2020 e que perdura no tempo presente. O movimento de associar a pandemia da corona vírus à questão ambiental, ou seja, como

manifestação da questão social, é possível compreender de maneira macro e micro que a degradação ambiental e humana em níveis globais interfere diretamente no ecossistema de florestas, mares, rios, modificando drasticamente biomas e alterando o clima em todos os pontos do planeta Terra, colaborando para a disseminação de doenças pandêmicas.

A degradação e exploração do meio ambiente afetam não somente vidas humanas, como também biomas, florestas, rios, envenena os solos, contamina mares, interfere direta e indiretamente em todo o conjunto da sociedade e da natureza, alterando consubstancialmente a relação entre elas sob os moldes da reprodução do capital.

As pesquisas que apontaram como desafio para o Serviço Social a atuação profissional na questão ambiental, concentraram-se em 4 dissertações e teses. A pesquisa D13 apresenta uma abordagem evidente sobre a relação entre a questão socioambiental e o Serviço Social, centrando a sua estrutura em autores críticos do Serviço Social que abordam sobre a questão socioambiental, como o próprio autor define. Como desafio central para o Serviço Social a D13 apresenta a seguinte análise:

“À vista disso, percebemos uma dificuldade quanto à definição de qual linha teórico-metodológica é seguida na atuação profissional entre as assistentes sociais. Neste caso, Ana Rosa remete à dificuldade em relação ao tempo de formação e o distanciamento da academia, e Esmeralda enfatiza que existe em suas ações de trabalho fundamentações teórico-metodológica, mas não apresentou definições concretas do seu ponto de vista. Também observamos que entre as definições foram apresentadas diferentes linhas seguidas pelas assistentes sociais na atuação profissional, tendo maior destaque para a dialética – marxismo como referência teórico-metodológica.” (D13)

A análise destacada na pesquisa D13 evidencia a dificuldade dos profissionais durante a atuação profissional no enfrentamento da questão ambiental em situar-se a partir de uma fundamentação teórica consistente ou coerente ao projeto da profissão. Este desafio inerente à atuação profissional diz respeito também à formação profissional, ponto que discutiremos a seguir. No que diz respeito às linhas teóricas observadas na pesquisa, não são apresentadas de forma evidente, pois nas se especifica do que tratam essas linhas ou em quais outros arcabouços teórico-metodológicos os profissionais se embasam. Assim como também não evidenciam que tipo de intervenção profissional que se caracteriza a partir de outras correntes teóricas.

A pesquisa D17 apresenta como desafio a atuação profissional no enfrentamento à questão ambiental destacando o que os profissionais que atuam em uma ONG refletem sobre a importância de um assistente social no espaço ocupacional. As reflexões partem de outros profissionais que não são assistentes sociais, culminando na necessidade de inserção de um perfil profissional que apresente e compreenda a causa ambiental, além de possuir tempo para se dedicar à essa atuação.

*“Percebe-se nas respostas obtidas que Ipê e Jatobá apontam como **desafio a busca por novos membros para a APPA, com perfil de pessoas comprometidas com a causa ambiental e que possuam “tempo livre”**. Tal resposta se dá devido ao fato de os atuantes da ONG não serem remunerados, necessitando de um cargo remunerado para poder prover com as suas necessidades e, conseqüentemente, ficando sem tempo hábil para trabalhar na APPA. Jacarandá, Ipê e Jatobá, mencionam a necessidade da continuidade de projetos educacionais, enquanto que Mogno foi o único entrevistado a apresentar uma visão mais fatalista no que diz respeito ao futuro da ONG, verbalizando que a mesma já não existe.”*
(D17).

A referida organização não governamental atua em uma área de proteção e preservação ambiental e conta em seu corpo de trabalhadores apenas voluntários. Nesse sentido, não são apresentadas de forma evidente a atuação profissional do(a) assistente social nesse espaço, tão pouco as condições de trabalho voluntário que são questionadas em meio à precarização do trabalho na sociedade capitalista. A problematização a cerca do voluntariado concentra-se na ocupação dos profissionais por outros empregos remunerados que acabam comprometendo o tempo de trabalho voluntário na referida organização.

A romantização do voluntariado diz respeito à retomada dos perfis profissionais voltados para os cuidados, agora direcionados para o meio ambiente, presentes desde os primórdios da profissão. A valorização do trabalho voluntário junto ao terceiro setor, ao longo da história, demarca a expansão da cultura da solidariedade disfarçada de trabalho precarizado. Nesse contexto, se oculta a necessidade de um perfil profissional que esteja comprometido com o meio ambiente e tenha tempo livre para dedicar-se aos cuidados com a vida, benevolência e o meio ambiente, sem o devido reconhecimento profissional.

A pesquisa D19 apresenta como desafio o desenvolvimento do trabalho profissional no interior das instituições que atuam no enfrentamento da questão ambiental, relativo à autonomia profissional.

“Até onde vai a relativa autonomia do assistente social, os desafios do desenvolvimento de seu trabalho podem estar externamente ou dentro das paredes institucionais que o cercam, ou seja, em seu próprio ambiente de trabalho. É nesse contexto que se configura a seguinte pergunta: tem liberdade para criar ações ou deve seguir algum roteiro imposto pela instituição que trabalha?” (D19)

No que se refere à autonomia profissional no seio de instituições em que são espaços ocupacionais dos assistentes sociais, não há um debate nítido sobre quais desafios circundam a autonomia profissional nos espaços ocupacionais. São apresentadas afirmações que reforçam o papel e o compromisso profissional com a classe trabalhadora e com o Projeto Ético Político Profissional, mas não são apresentadas lacunas que impedem ou limitam a liberdade profissional nesses espaços. São questionadas as normativas institucionais que regem o trabalhador em determinada instituição, mas não são apresentadas quais normativas são essas e de que maneira elas podem comprometer a atuação profissional no enfrentamento da questão ambiental nessas instituições.

A pesquisa T23 enfatiza como desafio inerente ao debate sobre a atuação profissional no enfrentamento da questão ambiental no interior da profissão.

*“Entre os assistentes sociais existem trabalhos que seguem a visão oficial que predomina na EA, mas existe também um grupo que defende uma EA formulada para discutir os **problemas ambientais sobre a base destrutiva da natureza**. Naturalmente, esse grupo tenta encontrar saídas numa outra sociedade, ou seja, aquela em que o projeto ético-político do Serviço Social defende como valores a liberdade, a democracia, a justiça social, a igualdade numa perspectiva de emancipação. Com certeza, essa EA difere totalmente da EA hegemônica.” (T23)*

A pesquisa T23 denomina de visão oficial sobre a Educação Ambiental o que diz respeito às perspectivas baseadas no senso comum, que carregam influências conservadoras, neoliberais, dentre outras que são maiormente difundidas na realidade. No entanto, essas perspectivas não são apresentadas de forma evidente, destacando apenas o grupo de assistentes sociais que defendem a Educação Ambiental concatenada ao debate sobre a questão social, provendo assim uma defesa pela construção de uma outra sociedade. A ausência de um debate que evidencia as diferentes perspectivas e visões sobre a questão ambiental, Educação Ambiental e gestão ambiental, acabam reduzindo em perspectivas “oficiais” e perspectivas com valores pautados na justiça social. Mas, é importante

compreender que mesmo a perspectiva que esteja concatenada à justiça social e ambiental pode dialogar e transitar pela perspectiva “oficial”, como destacada no trabalho.

Se, para o Serviço Social a atuação profissional na questão ambiental é um dos desafios para a profissão, não ficou evidente nos trabalhos em que medida esses desafios são apresentados para a profissão e de que forma se constituem esses desafios na atuação profissional. O principal elemento supracitado nos trabalhos, de maneira geral, diz respeito ao rigor do método científico ao discutir, investigar, analisar a questão ambiental e propor ações que sejam coerentes com os fundamentos da profissão. Outros elementos existentes nas pesquisas e, de alguma forma, considerados desafios, consistem na pluralidade de perspectivas de análises sobre a realidade que distorcem e impossibilitam uma apreensão do real. No mais, os desafios são destacados, ora direcionados a fragilidades teóricas, ora a desafios que não ficam evidentes, mas são relacionados à atuação profissional.

Outro ponto presente nas pesquisas é o avanço da Educação Ambiental como forma de enfrentamento na profissão. No entanto, esse avanço não seguiu de estudos e pesquisas sobre a Educação Ambiental. Foi possível encontrar em teses e dissertações trabalhos que compreendem a Educação Ambiental como fortalecedora dos valores burgueses, desconsiderando os processos educacionais construídos junto aos movimentos sociais e de lutas sociais, por exemplo. Esse desafio está coadunado com o próximo ponto que diz respeito à formação profissional

No que se refere à formação profissional sobre a questão ambiental apresentado como desafio para o Serviço Social, a pesquisa T26 destaca como desafio a adoção de estratégias que abordem efetivamente a discussão no Serviço Social:

“Entretanto, para além desta possibilidade, é necessário a adoção de estratégias que efetivamente abordem esta discussão no Serviço Social, compreendendo os nexos da questão socioambiental com a maneira predatória que o sistema do capital se recria e se mantém, agravando as desigualdades sociais e a destruição socioambiental no campo e na cidade.” (T26)

Partindo do que foi elencado nas dissertações e teses como centro dos desafios apreendidos a partir da perspectiva teórica que fundamenta o exercício profissional, a formação profissional se apresenta como desafio, principalmente considerando a necessidade de instituir de forma direta e indireta nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social

uma ampliação, tanto sobre o método científico que fundamenta a profissão, como a sua relação necessária para compreender a questão social, objeto de estudo da profissão, e suas manifestações, como a questão ambiental.

Por último, no que se refere à Vigilância em Saúde Ambiental, destacado na pesquisa D15, consiste em desafios que perpassam as demais profissões que atuam na área, assim como o Serviço Social:

“Entende-se a Vigilância em Saúde Ambiental permeada de desafios à profissão, tendo em vista constituir um espaço de atuação em formação não apenas para o Serviço Social, mas para os demais profissionais envolvidos, e a ausência de definição institucional do quadro de recursos humanos, que dificulta a efetivação da política de forma preconizada pelo SUS. A intervenção do Serviço Social é de relevante importância, dada a especificidade profissional de comprometimento com a classe trabalhadora, usuária das políticas públicas, dentre elas a de saúde.”(D15).

Conforme a pesquisa supracitada, a contribuição do Serviço Social, na Vigilância em Saúde Ambiental, reforça a importância da profissão na garantia dos direitos sociais dos usuários das políticas públicas em determinado território. O principal desafio apresentado consiste no reconhecimento institucional do quadro de recursos humanos, que acaba dificultando a efetiva atuação de cada setor na garantia dos direitos sociais dos usuários.

3.6. As tendências e a atuação profissional do assistente social na questão ambiental

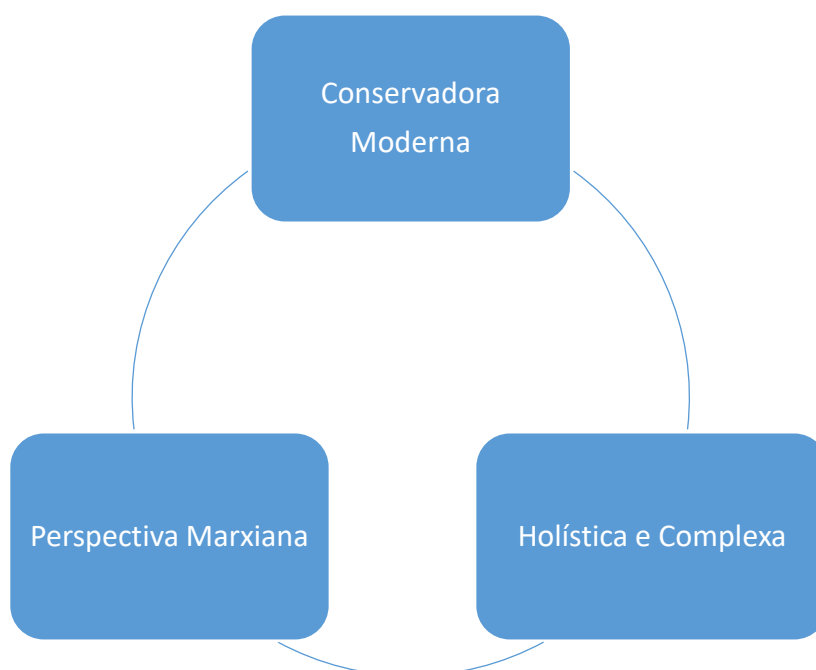
Após análises sobre as dissertações e teses aqui em questão, delimitamos tendências que consistem em um conjunto de elementos presentes nos trabalhos, desde referenciais teóricos, afirmações, análises e considerações construídas pelos autores. No entanto, as tendências delimitadas não reduzem os trabalhos unicamente às perspectivas analisadas e apresentadas aqui. É possível identificar nos trabalhos uma confluência de perspectivas, como já citamos acima, ora fundamentam-se em abordagens críticas, ora apresentam considerações que não se limitam à perspectiva teórico-metodológica contraditória.

Portanto, é necessário destacar que as tendências foram definidas por meio de um conjunto de análises que envolveram uma exaustiva leitura sobre as dissertações e teses e que culminou na delimitação das tendências a seguir. É importante destacar que não consistiu no

objetivo deste trabalho abrir um tribunal de julgamentos sobre as pesquisas desenvolvidas por assistentes sociais no que se refere à questão ambiental, mas traçar caminhos, perspectivas e desafios inerentes à construção de conhecimentos no Serviço Social.

Nesse sentido, corroborando com Ivo Tonet (2016) nas seções anteriores, não se trata aqui de apresentar quem definiu um método correto de análise da realidade, mas apresentar um conjunto de abordagens que apontam para os caminhos de estudos e análises sobre a realidade, considerando os conhecimentos construídos sobre as análises, estudos e atuações sobre a questão ambiental na realidade brasileira.

Figura 8. Tendências identificadas nas dissertações e teses analisadas:



Fonte: Elaboração própria.

Assim como na sociedade de modo geral, o Serviço Social, historicamente, é influenciado pelo conservadorismo, seja na construção teórico-metodológica, seja nos processos interventivos. Ao longo dos anos, essas construções conservadoras foram se modificando, se incorporando a outras perspectivas contemporâneas, como a neoliberal, e se transformando cada vez mais na direção oposta ao projeto profissional.

Conforme Escorsim Netto (2013), uma dessas características do conservadorismo contemporâneo consiste no fato de não se apresentar como conservadorismo, ocultando e transformando-se de modo a distanciar-se das suas raízes clássicas. Destacamos aqui, como tendência emergente nas pesquisas, “conservadorismo moderno” por entender que se encaixa na perspectiva apresentada pela autora supracitada, mas, não pretendemos aqui nos dedicar a uma exaustiva análise conceitual sobre o conservadorismo, apenas destacar como algumas dissertações e teses estão mais próximas da tendência conservadora moderna, do que da perspectiva estrutural funcionalista e marxista.

Historicamente, durante o processo de Reconceituação da profissão, o tradicionalismo se apresentava de forma evidente, atendendo aos interesses da classe burguesa, com uma forte tendência disciplinadora diante das classes subalternas, além da influência da igreja. O conjunto das ações e proposições visava nitidamente à manutenção da ordem burguesa e foi contra esses processos que o Movimento de Reconceituação contestou. (ESCORSIM NETTO, 2013). De forma evidente, o tradicionalismo fortemente presente na profissão à época, sofreu influência do positivismo, fenomenologia, dentre outras correntes até o momento do “rompimento”, tomando como base a perspectiva marxista.

Segundo Escorsim Netto (2013), o pensamento conservador é a expressão de um tempo e um espaço sócio-histórico bem delimitado: “o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa” (p. 41). Entremado ao pensamento construído pela tradição e de influência religiosa, a cultura da “modernidade” agregou, ao pensamento conservador, características que se inseriram ao tempo em que se desenvolviam espaços urbanos e o avanço da indústria.

Para Escorsim Netto (2013), este cenário é datado de início da Revolução Francesa, conhecida também como revolução burguesa, onde foi inaugurado o pensamento conservador. Sendo assim, o conservadorismo se apresenta e se expressa corroborando com o desenvolvimento das forças produtivas.

Além disso, o contexto social, imerso de influências conservadoras, também se faz na medida em que as consequências da crise estrutural do capital se agudizam. Uma afirmação contraditória, mas que representa cada vez mais as expressões da realidade concreta. Na medida em que o capital intensifica as explorações, contradições e injustiças, o conservadorismo se apresenta de forma mais evidente no cotidiano como configuração

ideológica para garantir a manutenção da ordem vigente. Expressão desse pensamento se apresenta no negacionismo da ciência, na defesa da ordem burguesa e do capitalismo, no alastramento da ideologia neoliberal na profissão, na reprodução de processos educativos neutros, dentre outras manifestações do conservadorismo no cotidiano e que afetam diretamente a profissão, bem como a atuação profissional do assistente social.

Além disso, estão atuando também tendências que fortalecem os lances táticos dos setores conservadores no Serviço Social, como a expansão massiva do ensino à distância, o aligeiramento da formação, demandas que tensionam a política nacional de estágio, o debate sobre a desprofissionalização, as práticas terapêuticas, as ideologias conservadoras em disputa por hegemonia teórica, entre muitas outras determinações que prosseguem e robustecem as posições conservadoras, especialmente na conjuntura mundial que se inicia com os anos 2010, na qual o conservadorismo acena como ideologia que mira a hegemonia do sistema do capital como totalidade histórica. (SOUZA, 2016, p. 256).

Nesse sentido, conforme Keller (2019), no cotidiano de trabalho de assistentes sociais, alguns elementos são considerados sob a influência do conservadorismo na profissão, como o assistencialismo, o trabalho voluntário, o retorno de práticas caritativas e filantrópicas, que colaboram para a manutenção da pobreza e da subalternidade. Além disso, a própria imediatividade no cotidiano de trabalho profissional também reforça visões conservadoras que impedem a apreensão da realidade, de modo a reproduzir visões conservadoras.

É importante destacar que as manifestações do conservadorismo apresentadas nos trabalhos aqui destacados, não se tratam de uma continuidade do pensamento conservador das origens sócio-históricas que permearam o movimento de Reconceitualização e Renovação da profissão. Trata-se, portanto, de manifestações metamorfoseadas e caracterizadas no tempo presente, que dizem respeito ao contexto de crise estrutural do capital, no avanço do ultraconservadorismo do governo Bolsonaro e suas manifestações centralizadas no desemprego estrutural, desumanização das relações humanas, miséria, precarização das relações de trabalho e, mais recentemente, no período pandêmico do covid 19, dentre outras manifestações do aprofundamento da crise do capital.

Um dos pontos em que foram apresentados nos trabalhos e que remetem à perspectiva conservadora, no que se refere ao debate sobre a questão ambiental elencado nas pesquisas analisadas, aqui intitulada conservadora moderna, consiste na defesa da sustentabilidade e desenvolvimento sustentado na sociedade de reprodução sociometabólica capitalista. A

dissertação D3 apresenta, em suas discussões, a defesa de uma sociedade sustentável, bem como da manutenção de uma sustentabilidade. Entretanto, o debate promovido na pesquisa não está associado a uma outra sociedade baseada na não exploração entre os seres humanos. Ou seja, se restringe à concepção de que, na sociedade do capital, é possível um desenvolvimento sustentável ou uma sustentabilidade.

“O desenvolvimento sustentável responderia ao anseio da sociedade por ética que compatibilize lucratividade nos negócios com responsabilidade socioambiental, baseando-se na trajetória da evolução da humanidade e na busca por mudanças continuadas rumo à concretização de um sonho, a justiça social.” (D3).

“Nesse processo, as organizações empresariais ganham papel definido: atender ao apelo da sociedade por responsabilidade e compromisso com a espécie humana e outras espécies, tendo em vista que esta mesma sociedade é que confere legitimidade às instituições e compreende que o poder advindo da autoridade financeira e política pode se traduzir em transformações sociais.” (D3).

A dimensão conservadora na defesa da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável parte da compreensão de que seja possível, dentro da reprodução capitalista, alcançar um equilíbrio entre a exploração ambiental e a reprodução social. Antes de adentrar nas contradições dessa visão e direcioná-la à defesa da sociedade burguesa, veremos a definição de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável apresentada em documentos oficiais e que serviram de fundamento para o seu entendimento no senso comum:

Foi no relatório Brundtland que a expressão "desenvolvimento sustentável" foi pioneiramente definida como "o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades". O relatório sugeria que o "desenvolvimento sustentável" deveria ser reconhecido como o propósito orientador da ação política e econômica internacional. (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2008, p.6).

A noção de desenvolvimento sustentável ganha força mundialmente por meio das conferências internacionais sobre meio ambiente e conquistou espaço na agenda política com a noção de reunir a acumulação de lucro, exploração e defesa dos recursos naturais. Esse período remete à década de 1980 e 1990 e passa a ser entendido como reação social e política das manifestações econômicas e financeiras na sociedade. (SILVA, 2010).

Para Silva (2010), com a disseminação política e social da noção de desenvolvimento sustentável, este se apresenta de diversas formas e cunhos ideológicos distintos, entre eles o mais visível em meio à reprodução da sociedade capitalista:

Ora é defendida como estratégia de equacionamento da depredação do planeta pela via da compatibilização entre acumulação privada e preservação do meio ambiente, ora é entendida como princípio ético cujas possibilidades de realização encontram-se comprometidas face ao caráter destrutivo do sistema do capital, sendo, portanto, imprescindível superá-lo para que se estabeleçam as bases de uma relação, efetivamente sustentável entre a sociedade e natureza. (SILVA, 2010, p. 146).

A defesa de uma forma equilibrada de exploração dos próprios seres humanos e entre os seres humanos e a natureza, a níveis alarmantes ao ponto de desencadear crises ambientais e humanitárias mundiais, nitidamente não funcionou ao longo da história. Mesmo que a noção de desenvolvimento pensando nas gerações futuras tenha caído no gosto popular, na mídia, nos discursos políticos, o que menos se tornou prioritário nesse processo foram as gerações futuras, muito menos a visão de preservação e proteção dos recursos naturais, dos povos ribeirinhos e das comunidades tradicionais.

O discurso é justamente apropriado como forma de exploração permissível eticamente na sociedade, como uma exploração aceitável, já que tem a intenção de ser sustentável ou apresentar um desenvolvimento equilibrado.

Outra dimensão identificada nas pesquisas analisadas consiste na noção de refugiados ambientais atribuídos aos nordestinos. O termo é apresentado em uma das pesquisas direcionando um exemplo de refugiado ambiental aos nordestinos que migram para demais regiões do país:

“No Brasil, isso não difere ao constatarmos que entre as diversas questões sobre os efeitos sobrevividos dos impactos ambientais, temos, por exemplo, a migração dos “nordestinos” para outras regiões do país, demonstrando o citado por Francisco, pois o mundo está conectado a uma mesma esfera e lógica, a do “capital”. Os efeitos dos impactos ambientais demonstram que estamos sofrendo as consequências do modo que nos ligamos à natureza. Não obstante, com mais frequência os brasileiros também tem convivido com o aumento dos desastres ambientais no seu território.” (D13).

A afirmação supracitada é utilizada como exemplo que se relaciona ao conceito de refugiado ambiental, no entanto, para Ojima, Costa e Calixta (2014), o conceito é apresentado

no contexto internacional a partir da década de 1980 para relacionar as migrações que ocorrem por causas ambientais. Essa lógica, atrelada ao movimento migratório, acaba reduzindo e atribuindo aspectos simplistas a um movimento imerso em um contexto extremamente complexo.

Trazendo o exemplo do refugiado ambiental nordestino, como supracitado na pesquisa, Ojima, Costa e Calixta (2014) apresentam diversas causas históricas que estão atreladas ao processo migratório dos nordestinos para as regiões do Brasil, por exemplo: a construção de Brasília, o ciclo da borracha na região Amazônica, a construção da Rodovia Transamazônica, o desenvolvimento industrial em São Paulo, dentre outros aspectos econômicos e sociais que historicamente demandaram da força de trabalho humana, atraindo emigrantes de várias regiões, incluindo do Nordeste.

Ao relativizar o contexto do processo migratório do nordestino à especificidade das causas ambientais, esse processo acaba se reduzindo e atraindo estereótipos de que determinadas regiões no Brasil sofrem mais com a questão ambiental do que outras, atribuindo essa causa ao movimento migratório para outras regiões, como a seca.

Essa discussão foi incluída no contexto da dimensão conservadora moderna por relacionar-se com os aspectos ideológicos que permeiam discursos reducionistas e que excluem a crítica da reprodução capitalista. Quando direcionamos as causas de determinado problema somente aos aspectos ambientais, a discussão adentra na dimensão moralista e individualista, centrando a culpabilização a aspectos naturais da região, ou aos sujeitos que vivem nessas regiões que são responsáveis pela própria situação, relacionando à pobreza e a incapacidade de viver em condições climáticas adversas.

É importante destacar que, historicamente, as políticas sociais emergidas a partir da década de 1930 voltavam-se para trabalhadores das cidades. As regiões centradas no campo passaram anos sendo negligenciadas por ausência de políticas específicas que atendessem suas especificidades e não estamos falando de políticas sociais nordestinas, mas sim em âmbito nacional.

Após a Constituição Federal de 1988, o cenário se altera com os novos desenhos das políticas sociais que descentralizaram a gestão envolvendo a participação social e a municipalização. Mesmo assim, ainda levou tempo para que o campo fosse reconhecido como território que necessita de políticas públicas específicas.

As migrações do campo para a cidade fazem parte da história do processo de desenvolvimento industrial da realidade brasileira e essa conjuntura de saída do campo para as cidades esteve atrelada a um contexto histórico-social, relacionado ao avanço do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas ligadas ao desenvolvimento das indústrias à época. Ou seja, esteve atrelado a aspectos sociais, econômicos e políticos. Pode ter relação com aspectos ambientais, mas não unicamente relacionado a esse processo, sobretudo aspectos conjunturais como explicitado.

No que se refere à atuação profissional na questão ambiental, foi identificado como dimensão do conservadorismo a defesa pela atuação voluntária do assistente social em uma ONG, na dissertação 17:

“Sendo o profissional do Serviço Social possuidor de uma visão ampla, é capacitado para a realização de planejamentos estratégicos e elaboração de projetos sólidos para agências de fomento, visando a providência de recursos financeiros para a efetivação e ampliação das ações da ONG. Desta forma, tal profissional pode transitar no caminho da gestão da APPA, implementando, acompanhando e avaliando os projetos.” (D17).

“Com as contribuições específicas deste profissional [assistente social], somadas à sabedoria dos demais voluntários atuantes na APPA (biólogos, veterinários, engenheiros civis e agrônomos, gestores ambientais, dentre outros), será possível somar os saberes das áreas das ciências exatas e biológicas (já existentes dentro do universo da APPA), com as ciências humanas (inexistentes até o presente momento), aproximando-se, assim, da visão de totalidade nas ações desenvolvidas por esta ONG.” (D17).

Na referida pesquisa, são identificadas possibilidades de atuação profissional no enfrentamento da questão ambiental, em uma Organização Não Governamental composta por uma equipe multidisciplinar de voluntários. Não há, de forma visível, uma reafirmação da necessidade do assistente social e demais profissões serem remunerados, mas sim pela defesa e incentivo pela busca de mais voluntários capacitados para realizarem os serviços oferecidos pela organização.

O profissional de Serviço Social ainda não fazia parte do corpo de voluntários da instituição, mas a pesquisa dedica-se em analisar o que os profissionais de outras áreas avaliam de importante na possibilidade de uma assistente social exercer as suas competências profissionais na organização. A dimensão do voluntariado apresentado na pesquisa remete a um contexto abrangente, no que se refere às condições de trabalho. Por mais que ainda não

fizesse parte do corpo de voluntários da organização, a defesa pela atuação profissional junto aos voluntários remete às dimensões do conservadorismo.

A defesa do voluntariado no Serviço Social remete às dimensões filantrópicas e da ajuda, que estão enraizadas na dimensão sócio-histórica da profissão. Corroborando com Alves (2010), negar o trabalho assalariado, no trabalho profissional do assistente social, consiste na negação da história da profissão e no significado social historicamente construído no enfrentamento da questão social, convertendo esse processo em benevolência e caridade.

Quando remetemos ao enfrentamento da questão ambiental, essa relação fica ainda mais contraditória na medida em que a área ambiental é enxergada pelo senso comum de forma centralizada na dimensão individualista e moralista, construindo uma imagem do ecologicamente correto e do ambientalmente responsável para a profissão, quando na verdade o reconhecimento do assistente social pela sociedade é pela valorização como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, apresentando um significado social histórico na sociedade concreta.

Ainda segundo Alves (2010), o trabalho voluntário no Serviço Social contraria as conquistas sócio-históricas e institucionais no que se refere à inserção na divisão social e técnica do trabalho, assim como fragiliza e deprecia a constituição do arcabouço técnico científico construído historicamente, esvaziando as bases científicas que se constituíram fundamentais para o processo de Reconceituação e Renovação da Profissão.

A dissertação 12 apresentou em sua pesquisa a discussão da economia política fundamentada em autores como Adam Smith e Mises. Ambos os autores fundamentam seus discursos pela defesa do desenvolvimento das forças produtivas do capital e, especificamente Mises, se apresenta como defensor do livre mercado como necessidade real, sendo considerado uma referência do conservadorismo na realidade brasileira. (KELLER, 2019).

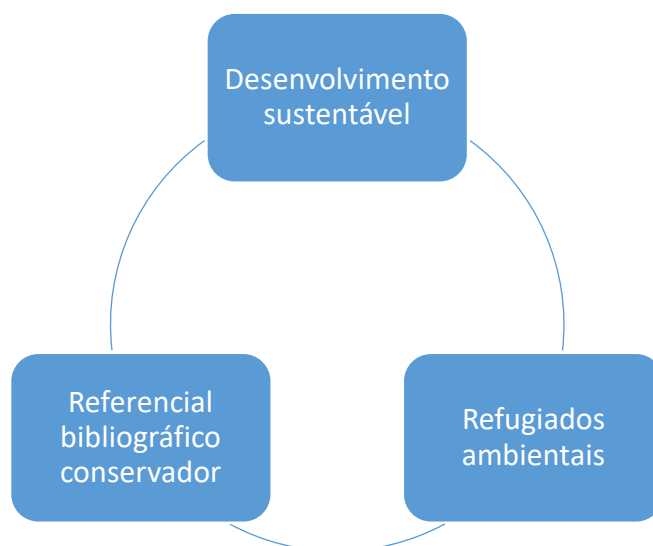
“Desta forma, se compreende que na economia capitalista produção e consumo são determinados exclusivamente pelo funcionamento do mercado, que, no entendimento dos economistas, é o “centro nervoso do sistema”. É através do mercado que as ordens dos consumidores são transmitidas aos produtores, permitindo assim um funcionamento suave da economia. Os preços estabelecidos pelo mercado fazem com que a oferta e a demanda se equilibrem automaticamente. Quando mantidas iguais às demais variáveis, aumenta a oferta de bens, os preços caem; quando mantidas iguais às demais variáveis, a demanda aumenta, os preços sobem (VON MISES, 2010, p. 20).” (D12).

A contextualização da noção de mercado sob a ótica de autores conservadores se faz presente na pesquisa para atrelar a noção do mercado de terras. Nesse sentido, a pesquisa apresenta traços do conservadorismo na fundamentação teórica que enfatizam as relações de mercado com bases liberais na defesa da manutenção da ordem vigente.

A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a sua luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários [...]. Não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia. (BARROCO, 2015, p. 634 – 635).

A identificação das influências conservadoras, nas pesquisas construídas por assistentes sociais sobre a questão ambiental na realidade brasileira, reforça a necessidade cada vez mais necessária de aproximação com as bases críticas que fundamentam a profissão para identificação e enfrentamento das ofensivas conservadoras, que muitas vezes se apresentam no cotidiano de formas camuflada e metamorfoseadas.

Figura 9 – Representações do conservadorismo moderno apresentada nas pesquisas:



Fonte: dados da pesquisa.

Para Barroco (2015), a reatualização do conservadorismo é favorecida em um contexto de precarização das relações de trabalho que, assim como toda a sociedade, atinge diretamente a profissão. Outro fator que influencia no processo de renovação do conservadorismo, segundo a autora supracitada, consiste nas fragilidades da formação profissional, bem como a falta de preparo profissional nas dimensões técnicas- operativas e teórico-metodológicas, o que fragiliza também a consciência crítica e política. Essa fragilização das bases que fundamentam o assistente social pode provocar visões pragmáticas e irracionais, assim como práticas imediatistas e fragmentadas.

A segunda tendência identificada nos trabalhos analisados consiste na Holística e Complexa. Trata-se de uma extensão da manifestação do conservadorismo na profissão, na medida em que enfatiza aspectos comportamentais atrelados à questão ambiental, assim como direciona a discussão nos trabalhos às dimensões sobre meio ambiente, preservação ambiental e qualidade de vida, desconsiderando, de forma estrutural, as discussões sobre as formas como as relações sociais acontecem na sociedade contemporânea.

A visão holística, pensada por Capra (2007), está ligada a uma visão ecológica e sistêmica dos seres vivos, mas baseada na forma como as pessoas percebem essa visão. Trata-se de um paradigma muito utilizado para discutir a questão ambiental nas dimensões da fenomenologia em que a subjetividade está atrelada às formas como os sujeitos enxergam determinados fenômenos. A noção da visão holística está enfatizada na visão do todo como um grande sistema ecológico da vida, uma visão biológica da vida que se espalhou para as demais áreas do conhecimento, principalmente para as ciências sociais.

Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado. (CAPRA, 2007, p.14).

O autor considera a existência de uma crise multifacetada que apresenta um centro, a crise da percepção. A forma como a visão de mundo dita obsoleta, assim como a forma de lidar com o superpovoamento global, se apresenta como uma visão de mundo que estabelece uma relação incoerente entre os seres vivos, seja com seres humanos ou com animais. Nessa

concepção, basta mudar a forma de interpretar o mundo que este mundo pode se transformar, por meio de uma visão sistêmica, complexa e holística.

Uma visão idealista da realidade, que se distancia da raiz da questão e se aproxima das formas de atrelar à responsabilidade de toda a contradição existente na sociedade, principalmente as relacionadas ao meio ambiente e ao modo como enxergamos o mundo. Esta visão é contraditória em sua essência, na medida em que centraliza os problemas relacionados ao meio ambiente de forma a ignorar a realidade concreta e as relações sociais de produção capitalistas.

Há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores. E, de fato, estamos agora no princípio dessa mudança fundamental de visão do mundo na ciência e na sociedade, uma mudança de paradigma tão radical como o foi a revolução copernicana. Porém, essa compreensão ainda não despontou entre a maioria dos nossos líderes políticos. O reconhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção e de pensamento para garantir a nossa sobrevivência ainda não atingiu a maioria dos líderes das nossas corporações, nem os administradores e os professores das nossas grandes universidades. (CAPRA, 2007, p. 15).

Ao atribuir a responsabilidade da mudança de uma sociedade apenas à forma como enxergamos e interpretamos o mundo e, principalmente, direcionar essa visão às lideranças políticas, ignora as superestruturas e infra-estruturas relacionadas à sociedade concreta e a forma como a reprodução social capitalista vem ocorrendo em sua historicidade.

Nesse sentido, duas pesquisas se apresentaram atreladas a essa visão que por vezes se exibem holísticas, sistêmica ou complexa. A primeira pesquisa apresenta a seguinte reflexão ancorada em Capra:

*“Diante dos posicionamentos dos autores acima [se referindo à CAPRA, 2006], notadamente, a humanidade necessita de **uma mudança de paradigma**, onde se valorize mais os ecossistemas. **O profissional do Serviço Social** pode promover ações que visem o preenchimento desta lacuna ética existente na sociedade, atuando **com ações de cunho educativo que visem uma mudança no entendimento e no comportamento da população**, uma vez que o caráter ético é inerente a esta profissão.” (D17).*

Fundamentado em Capra, a autora reforça a necessidade de mudança de paradigma em que sejam valorizados os ecossistemas. Para tanto, a atuação profissional, na visão da autora,

associada ao compromisso ético, pode colaborar para a mudança comportamental da sociedade. A perspectiva ética, bem como a dimensão comportamental atrelada à atuação profissional apresentada nesta citação já foi discutida anteriormente. Entretanto, é importante destacar que essa compreensão da autora está ancorada na perspectiva holística e complexa.

Apesar de apenas uma dissertação se fundamentar em tal visão de mundo, a perspectiva holística se apresenta na profissão por intermédio de outras áreas de atuação. Na saúde, por exemplo, uma prática questionada e não aprovada pelo Conselho Federal de Serviço Social no Brasil, consiste no Serviço Social Clínico, que envolve atuações de cunho terapêutico e psicologizante. Tal abordagem ancora-se, dentre outras perspectivas, na visão holística do ser humano e não estão previstas na legislação profissional, na formação profissional, tão pouco no âmbito das competências profissionais. (BRASIL, 2010).

No entanto, há documentos oficiais, como os Parâmetros de atuação de Assistentes Sociais na Saúde, formulados pelo conjunto CFESS/CRESS que menciona e questiona as atuações de cunho terapêutico e com base em visões holísticas e sistêmicas, no âmbito da saúde. Na área ambiental, essa fundamentação holística se apresenta de modo articulado com as discussões ambientais, sobretudo no que se refere à questão ambiental, embora de maneira fragilizada e centrada na atuação individual dos seres humanos. Um discurso que encanta, quando nos referimos a aspectos existenciais e de perspectiva de futuro, mas longe de se apresentar como alternativa real e concreta para a construção de uma outra sociedade, sem exploração entre os seres humanos. Ainda assim, uma visão totalmente incoerente dentro da profissão de Serviço Social, que apresenta suas bases fundamentadas em um arcabouço teórico-metodológico baseado na Teoria Social Crítica em Marx, e tem como objeto central a questão social e suas manifestações na sociedade capitalista madura, sendo a questão ambiental uma dessas manifestações.

Ainda na tendência holística e complexa, a dissertação 3 apresenta, em sua pesquisa, a visão que se assemelha ao debate sobre a questão ambiental reduzida ao campo do conhecimento, e quando adentra à realidade concreta, propõe reflexões sobre ações voltadas ao exercício de “boas” práticas baseada no desenvolvimento sustentável:

“Podemos pensar que a cidadania ambiental visa promover o exercício de boas práticas e a participação pública, individual e coletiva para as questões do ambiente e do desenvolvimento sustentável, através da concepção e do desenvolvimento de estratégias de informação e

comunicação, assim como de educação e formação ao longo da vida.”
(D3).

“Quando pensamos em meio ambiente temos que nos remeter a atitudes, compromisso, responsabilidade e tantos temas que fazem parte do nosso cotidiano. Na verdade é fazer uma reflexão sobre nosso papel de cidadão e todas as implicações contidas nessa palavrinha tão falada mas quase nunca praticada: cidadania. É interessante constatarmos a íntima ligação entre cidadania e meio ambiente, o que permite abrir um horizonte novo para este debate.” (D3).

“Assim para a aproximação entre cidadania e ecologia parte-se da compreensão de que o meio ambiente é um bem público e, ressalta a importância da interdisciplinaridade com vistas a uma prática social voltada para o entendimento da realidade social em sua complexidade.”
(D3).

A autora nos apresenta diversas reflexões, a primeira delas apresenta a cidadania ambiental, uma abordagem bastante difundida na Educação Ambiental crítica, principalmente atrelada à concepção complexa. Conforme Reigota (2008), trata-se de uma nova cidadania ligada à experiência concreta de movimentos sociais e que envolve diversas dimensões da vida, dentre elas a ambiental. Conforme esse mesmo autor, a cidadania como conhecemos não é concretizada na sociedade por diversos fatores, sendo necessária então uma nova cidadania, a planetária.

A concepção apresentada, apesar de se mostrar concatenada aos movimentos de lutas sociais, não expõe as estruturas concretas que permeiam o possível fracasso da cidadania como conhecemos. Para Reigota (2008), é necessária uma nova cidadania, a planetária, para superação dos desafios ambientais e sociais do tempo presente. A alternativa se apresenta de forma simplificada e reduzida. Além disso, não são apresentadas uma contextualização necessária que aponte que uma nova cidadania seria suficiente, mas o autor não demonstra seguir por esse caminho.

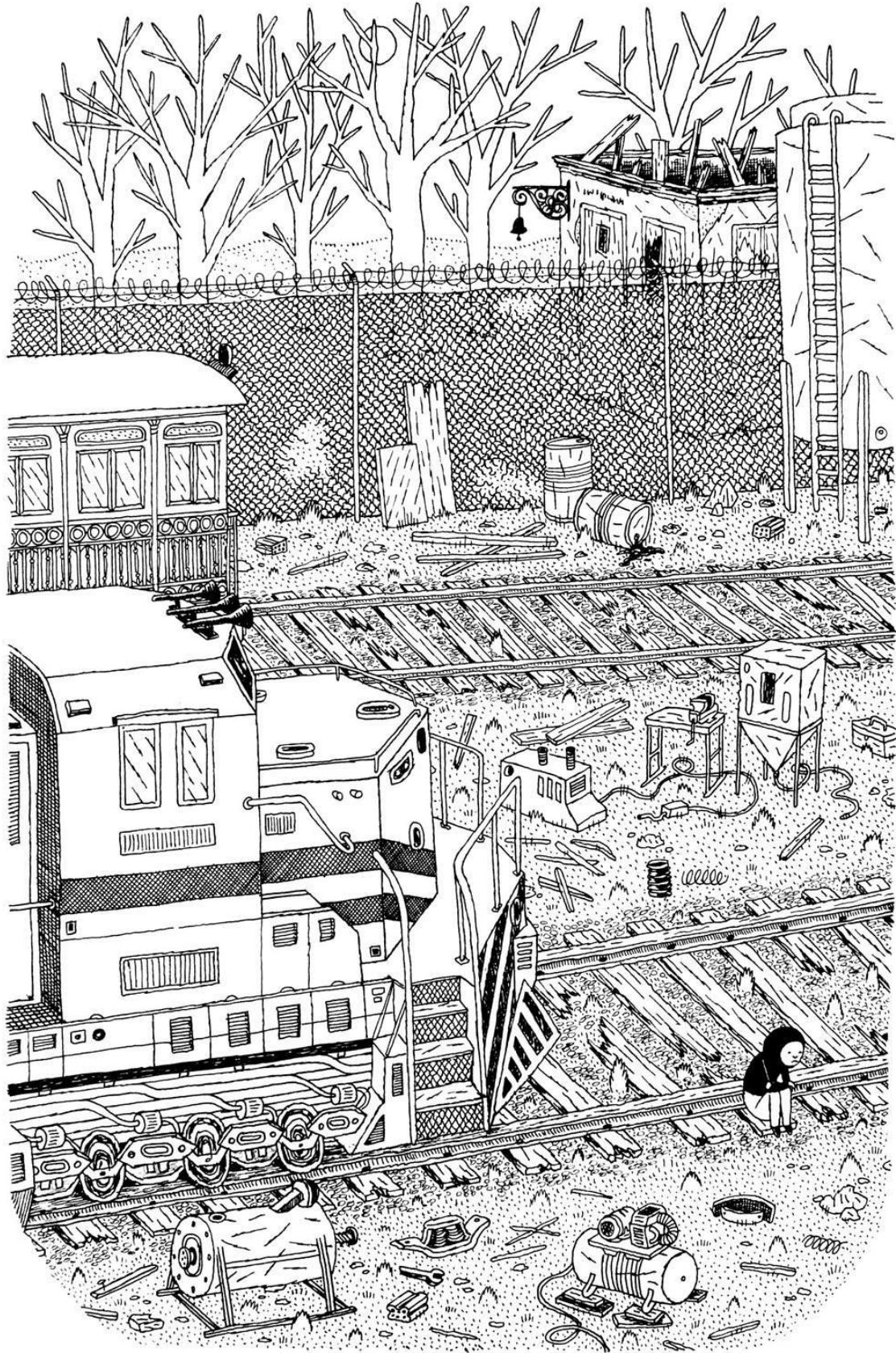
O que fica evidente na dissertação 3 é a iniciativa responsável e individual de cada sujeito em assumir um comportamento que respeite o ambiente. Essa perspectiva não considera as contradições sociais, as desigualdades, a exploração social e ambiental dentro da reprodução capitalista, apenas atribui a responsabilidade aos seres humanos pela própria

condição de destruição ambiental e social, mas sem considerar as estruturas que permeiam essa destruição.

No que se refere aos trabalhos que apresentaram perspectivas utilizando como bases referenciais marxianas, são 13 dissertações e teses que apresentam as pesquisas relacionadas à questão ambiental em programas de Pós-graduação em Serviço Social que utilizaram reflexões concatenadas ao Projeto Ético Político do Serviço Social. As dissertações e teses baseadas no arcabouço teórico metodológico marxista se constituem na maioria dos trabalhos. As pesquisas utilizaram variados referenciais teóricos como o próprio Marx, Maria das Graças e Silva, Mészáros, Harvey, Foladori, Foster, Lukács, Lessa e Ivo Tonet.

Os trabalhos envolvem discussões que norteiam sobre a ontologia do ser social, a apropriação e privatização do trabalho vivo e da natureza na sociedade do capital, atribuindo a essa lógica um contexto estrutural que fundamenta a questão ambiental no tempo presente. As 13 pesquisas apresentam discussões fecundas que parte das contradições inerentes ao modo de produzir socialmente e atrelado a esse processo, a destruição dos recursos naturais e da vida humana.

O eixo fundante na crítica às relações capitalistas como centro do desenvolvimento das pesquisas, consistem na direção da crítica radical as formas de exploração da vida e dos recursos naturais. As pesquisas se apresentam alinhadas à questão ambiental como manifestação da questão social e utilizam de reflexões que direcionam para a transformação social e ambiental para além da reprodução das relações sociais capitalistas que degradam e depreciam os recursos que mantém a existência da vida na Terra.



Fonte: Rafael Sica, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto social e histórico do Serviço Social e da realidade brasileira se apresenta do início ao fim desta pesquisa. Foi a partir da história em movimento dialético que foram traçados caminhos para destacar as condições em que a questão ambiental se apresentou em ascensão como objeto de pesquisa, investigação e atuação na profissão. Além disso, a pesquisa também apresenta a questão ambiental discutida nas pesquisas em Serviço Social, bem como as principais tendências que envolvem os trabalhos aqui analisados, referentes ao enfrentamento à questão ambiental, atuação profissional, método de análise e referências que embasam as pesquisas.

O Serviço Social como profissão emerge no contexto de desenvolvimento do capitalismo monopolista na realidade brasileira, assim como as manifestações da questão social vão eclodindo com o avanço do desenvolvimento industrial. Uma dessas sequelas é a questão ambiental que passa a ser reconhecida majormente pela profissão a partir da década de 1990.

Esse reconhecimento advém de um contexto social e histórico que perpassa o movimento de renovação e reconceituação da profissão em meio à ditadura militar e o avanço do capitalismo monopolista na realidade brasileira. A conjuntura de renúncia do conservadorismo e a aproximação com o método científico, colocou assistentes sociais na linha da produção de conhecimentos científicos, bem como, na construção de um projeto profissional crítico e que possibilitou analisar a questão ambiental como resultante das contradições fundamentais entre capital e trabalho, ou seja, como manifestação da questão social.

De início, as primeiras produções do Serviço Social sobre questão ambiental, da década de 1990, se apresentaram, em sua maioria, baseada em perspectivas naturalistas, moralistas e que pouco considerava as relações sociais de produção, e enfatizavam a dimensão ecológica de modo romantizado em torno de uma consciência individualista. Outro aspecto identificado, é que nesse período havia forte influência do tradicionalismo da profissão na ótica sobre a questão ambiental e na forma como ela se apresentava na sociedade. A questão ambiental, em alguns trabalhos, era traduzida através do conceito de meio ambiente e se reduzia aos recursos naturais que não envolviam os seres humanos e suas relações em sociedade.

Ao analisar o significado do Serviço Social para o Serviço Social brasileira, destaca-se a formação social brasileira particularizada na sua condição de dependência em relação aos países imperialistas e os impactos da reprodução do capital na natureza e nas relações humanas. Essa relação agudizada na crise estrutural do capital do tempo presente, se apresenta historicamente determinada para o Serviço Social sob análises do método em Marx. Nesse sentido, o significado da questão ambiental perpassa a leitura da realidade na sua conjuntura dialética e contraditória assim como se apresentam as manifestações da questão social.

Essa relação ocorre em meio ao aprofundamento da desigualdade, desemprego, injustiças e pauperização da população que por vezes é centralizada como causadora da degradação ambiental descontextualizada da real raiz do problema: o modo de produção capitalista. Essa estratégia coaduna com perspectivas conservadoras e liberais que direcionam a questão ambiental como estratégia para ampliação das forças produtivas em detrimento de milhares de vidas. Essas distorções elevam a individualização da questão ambiental assim como as suas formas de enfrentamento esvaziadas de assertividades.

Ao adentrar as análises das dissertações e teses na perspectiva da construção de conhecimentos, o ponto de partida consiste no método científico apresentados nas dissertações e teses. Foi por meio do método que foram traçados os caminhos e percursos de cada pesquisa analisada, culminando na apresentação dos métodos emergentes: dialético, materialismo dialético, crítico, marxista, materialismo histórico, histórico e dialético e a teoria de campo de Bourdieu. Seguido da incidência temática, as pesquisas discutiram variados temas na perspectiva da questão ambiental desde sustentabilidade, degradação ambiental até turismo ecológico, demarcação de terras e a reforma agrária. Dentre os temas mais citados estão: questão ambiental, Educação Ambiental, sustentabilidade, movimentos sociais e ambientais, conflito ambiental, sociedade e natureza, recursos naturais, saúde e meio ambiente e crime ambiental.

No que se refere aos fundamentos apresentados nas pesquisas sobre a questão ambiental, destaca-se as concepções da questão ambiental como consequência da reprodução do capital, reflexo de atividade antrópica, e a junção da sociedade e da natureza. Já sobre a atuação profissional do assistente social no enfrentamento da questão ambiental, destaca-se as áreas da Educação Ambiental, gestão socioambiental, políticas ambientais e saúde ambiental.

Ao discutir os desafios apresentados nas pesquisas para o Serviço Social, destaca-se o capitalismo e a destrutividade ambiental, a Educação Ambiental, produção de conhecimento sobre a questão ambiental, lacunas de estudos sobre a dengue, atuação profissional na questão ambiental, vigilância em saúde ambiental e formação profissional.

Por fim, as tendências são destacadas e enfatizadas nas perspectivas conservadora moderna, holística e complexa, e a marxiana. Na primeira tendência, os trabalhos abordam sobre sustentabilidade, apresentam referências bibliográficas baseadas em perspectivas liberais como Misis e análises reducionistas que desconsideram as contradições da realidade concreta. Na perspectiva holística e complexa a dimensão espiritual da questão ambiental é destacada, com ênfase em autores como Morin. Por último, a perspectiva marxiana que se utiliza do método em Marx e suas variadas nomenclaturas.

Nesse sentido, a tese apresentou como problema central de pesquisa: de que forma a questão ambiental é abordada nas dissertações e teses construídas por assistentes sociais nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social brasileiros? As análises apontam para um amadurecimento das produções científicas na direção do projeto profissional, baseada em um arcabouço teórico-metodológico crítico. Porém, em um número reduzido, são destacados trabalhos que contém vestígios do tradicionalismo e do conservadorismo na sua forma atualizada e contemporânea.

Desta forma, a tese central desta pesquisa não se confirma na realidade concreta. As produções científicas construídas em programas de Pós-graduação em Serviço Social na realidade brasileira estão, em sua maioria, ancoradas em um arcabouço teórico metodológico crítico que reconhece a questão ambiental como manifestação da questão social, partindo dos fundamentos que norteiam a contradição fundamental entre capital e trabalho.

O número de trabalhos que apresentam traços de conservadorismo nas suas variadas formas, se apresentou em menor número, o que não exime a necessidade de repensar e refletir sobre a pesquisa aqui realizada.

Os desafios apresentados, as visões ancoradas em variadas referências apontam para o projeto ético político da profissão, no entanto, também apontam para o neoliberalismo e o conservadorismo. Ainda assim, são necessários esforços coletivos da categoria para diminuir cada vez mais essas influências que estão presentes na sociedade e adentram os campos de atuação profissional e os fazeres profissionais.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B.C. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Jan. 2021.

ALCANTARA, N. *Lukács: ontologia e alienação.* – São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

ALLEGRETTE, M. **A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13423/9048>> Acessado em 30 de mai. De 2020.

ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. A. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas.** -São Paulo : Saraiva, 2011.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** – São Paulo : Boitempo, 2011.

ALVES, L. **Ética e voluntariado no Serviço Social.** Dissertação de Mestrado, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Serviço Social. São Paulo, 2010. Disponível em <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/17477/1/Luciano%20Alves.pdf> . Acesso em: janeiro de 2021.

ALONSO, A. COSTA, V. MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 151-167, Nov. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 26 May 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300008>.

ANDRADE, E. **Uma crítica à teoria da complexidade proposta por Edgar Morin.** Dissertatio Revista de Filosofia. V. 26. Pelotas, 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/8895>> Acesso em nov. 2019.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** – São Paulo, SP : Boitempo, 2009. – (Mundo do trabalho).

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** – 1. Ed1 – São Paulo, 2017.

BARBOSA, G. L. LOUREIRO, F. B. L. "QUESTÃO AMBIENTAL" OU "QUESTÃO SOCIAL"? – UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NA CONTEMPORANEIDADE. Anais Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 2007. Disponível em < http://www.epea.tmp.br/epea2007_anais/pdfs/plenary/TR01.pdf> Acessado em: 23 de mai. 2020.

BARBOSA, M. M. **Serviço Social Utopia e Realidade: uma visão da história.** Cadernos de Serviço Social – Belo Horizonte, v.2, n.2, out/1997.

BARROCO, M.L. *Ética: fundamentos sócio-históricos.* – 3. Ed. – São Paulo : Cortez, 2010. – (Biblioteca Básica de Serviço Social ; v.4).

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 106, p. 205-218, June 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>.

BOURCKHARDT, V. *Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social* [dissertação]; Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Orientador, Hélder Boska de Moraes Sarmiento. - Florianópolis, SC, 2010.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social.* Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].60 páginas “Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Informações Técnicas sobre o registro de Agrotóxicos nos últimos anos.** Disponível em < <http://antigo.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas> > Acessado em: 23 de mai. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais. **Taxas de desmatamento acumulados por Estados na Amazonia Legal.** Disponível em <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates> Acessado em 23de mai. 2010.

BUENO, B. T. **A influência do movimento ambientalista nas políticas públicas: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos.** Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CFESS. Código de ética profissional do assistente social – 1993. In: BONETTI, Dilséa Adeodata; et. al. Serviço Social e ética: um convite à nova práxis. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório de Avaliação 2013-2016 – Quadrienal 2017. 2017. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf> Acesso em: fev. 2019.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 6. Ed. -São Paulo : Brasiliense 1982.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 5. ed. Revista. – São Paulo: Cortez, 2000.

CAPALBO, C. **Fenomenologia**: tendências históricas e atuais. In: Caderno da Abess 4, Editora Cortez, São Paulo, 1991.

CORBUCCI, E. M. **Políticas públicas, políticas ambientais e participação social no Brasil**. Espaço & Geografia, Vol.6, No 2 (2003), 59:87.

COUTO, M. C. L. LANGE, L. C. **Análises dos sistemas de logística reversa no Brasil**. Eng Sanit Ambient, v.22 n.5, set/out 2017, 889-898. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/esa/v22n5/1809-4457-esa-22-05-00889.pdf>> Acessado em 02 de mai., 2020.

DANTAS, J. L. **Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social**. In: Caderno da Abess 4, Editora Cortez, São Paulo, 1991.

DUARTE, R. A. P. *O conceito de natureza no Capital*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1985.

ESCORSIM NETTO, L. N. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. –1. Ed. – São Paulo : Cortez, 2013.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

FERRARI, A. H. **De Estocolmo, 1972 a Rio+20, 2012: O Discurso Ambiental e as Orientações para a Educação Ambiental nas Recomendações Internacionais**. (Tese), Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2014. Disponível em < http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3226.pdf> Acesso em: jan. 2020.

FOLADORI, G. **O capitalismo e a crise ambiental**. Raízes, Ano XVIII, Nº 19, maio/1999.

FOSTER, J. B. **A ecologia da economia política marxista**. Revista lutas sociais, v.28, p. 87-103, 2012. Disponível e.m: . Acesso em: 019 jan. 2019.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**; tradução de Maria Tereza Machado. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FURTADO, C. **O Brasil Pós-Milagre**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. – 25.ed. – São Paulo : Loyola, 2014 .

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1 ed. – São Paulo : Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. – São Paulo, SP : Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 2009. Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FH41e700eM1MvI8g3552.pdf>> Acessado em jun. 2019.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 136, p. 439-461, Dec. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300439&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Nov. 2019. Epub Sep 23, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.188>.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 42. Ed. – São Paulo : Cortez, 2014.

KAMEYAMA, N. **A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1995 a 1997)**. *Cadernos Abess*, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

KELLER, S. B. A. **A ofensiva do conservadorismo: serviço social em tempos de crise**, vol. 1. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2009.

LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

LAYRARGUES, P.P. *Educação Ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades*. In. LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R.S. (org.); *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. – São Paulo : Cortez, 2009.

LARA, R. *A dialética do trabalho*: apontamentos sobre a teoria marxista do valor. Disponível em < <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/viewFile/2878/2168>> Acesso em nov. de 2017.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental*: a reapropriação social da natureza. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LESSA, S. *Mundo dos homens*: trabalho e ser social. Instituto Lukács. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/Livros2012/MdoH.pdf> Acessado em: out. 2015.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. – 4. Ed. – São Paulo : Cortez, 2012.

LOPES, E. V. PADILHA, N. S. **Retrocessos no sistema de comunicação de riscos na rotulagem de agrotóxicos**: a classificação da ANVISA. Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo | e-ISSN: 2525-9628 | Belém | v. 5 | n. 2 | p. 55 - 76 | Jul/Dez. 2019. Disponível em < <https://core.ac.uk/download/pdf/288182223.pdf>> Acessado em: mai. 2020.

LOUREIRO, C. F. B. ; LAYRARGUES, P. P. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica**: perspectivas de aliança contra-hegemônica. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf>> Acesso em: 21 abril de 2020

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetórias e fundamentos da educação ambiental*. – 4. Ed. – São Paulo : Cortez, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**, 2; Tradução Nélio Schneider, Ivo Toner, Ronaldo Vielmi Fortes. – 1. ed. – São Paulo :Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. volume 14; Traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade. – Maceió : Coletivo Veredas, 2018.

LUKÁCS, G. *Estética*. La peculiaridad de lo estético. 1. Cuestiones preliminares y de principio. Trad. Manuel Sacristán, Barcelona: Grijalbo, 1974.

MACEDO, M. de A. **Reconceituação do Serviço Social**: formulações teóricas. – São Paulo : Cortez, 1981.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. – 2. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2017.

MARX, C. **O capital**: crítica da economia política. – 32ª ed. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2014.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. – [4. Reimpr.]. – São Paulo : Boitempo, 2010.

MEDEIROS, João Leonardo; BARRETO, Eduardo Sá. Lukács e Marx contra o "ecologismo acríptico": por uma ética ambiental materialista. **Econ. soc.**, Campinas , v. 22, n. 2, p. 317-333, Aug. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000200002>.

MESQUITA, B. A. Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais. R. Pol. Públ. São Luís, Número Especial, p. 135-147, novembro de 2016. Disponível em <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5962/3578> > Acessado em 18 de mai., 2020.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. – 1. ed. Revisada. – São Paulo : Boitempo, 2011.

MINAYO, C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. - São Paulo : Cortez, 2010.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. – 2. Ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

NETTO, J.P. BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. – 8. Ed. – São Paulo : Cortez, 2012.

NETTO, P. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. In Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 1999. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf> . Acessado em: junho de 2015.

NUNES, L. S. **Questão socioambiental e formação profissional**: o que o Serviço Social tem a ver com esse debate? Tese (doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/13337/9623> Acessado em: dez. 2020.

OJIMA, Ricardo; COSTA, José Vilton; CALIXTA, Renata Kissya. Minha vida é andar por esse país...: a emigração recente no semiárido setentrional, políticas sociais e meio ambiente. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília , v. 22, n. 43, p. 149-167, Dec. 2014 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852014000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004310>.

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. - São Paulo : Instituto Lukács, 2012. – 2. Ed.

PAULO NETTO, J. **Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e questão de ensino**.: Cadernos ABESS. N. 4. Cortez: São Paulo, 1991.

PAULO NETTO, J. **O Movimento de Reconceituação 40 anos depois**. Serviço Social e Sociedade, n84 – Ano XXVI – novembro de 2005.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. – 17. ed. – São Paulo : Cortez, 2015.

PAULO NETTO, J. **A Crítica conservadora à reconceitualização**. Serviço Social e Sociedade – São Paulo : Cortez, 1986.

PASCHOAL, A. M. **A Questão do Método no Ensino do Serviço Social**: Um Estudo Aproximativo. (TESE), PUC, São Paulo, 2010.

QUADROS, L. S. **A justiça ambiental e a destruição do subdistrito de Bento Rodrigues no Município de Mariana/minas Gerais – Brasil**. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (julio-septiembre 2017). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/03/justica-ambiental.html>. Acesso em 28 de jun. 2020.

RAIZ ENGLER, H.B. **Pesquisa quantitativa**: um aporte para a apreensão da extensão da realidade investigada. In: BERTANI, I. F. (org.). Retratos da Saúde: O Relatório QUAVISSS. –m Franca: UNESP, 2006.

REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Cidadania e educação ambiental. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 20, n. spe, p. 61-69, 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 15 May 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400009>.

ROSSO, S. D. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. – 1 ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

RUBIN, I.I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo : Polis, 1987.

SANTOS, J. S. ARAÚJO, N. M. S. **O Serviço Social e a gestão pública do meio ambiente.** *IN*: ARAÚJO, N. M. S. SANTOS, J. S. SILVA, M.G. Educação Ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. – São Cristóvão : Editora UFS, 2012.

SCARTEZINI, Natalia. 2010/2011. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. Cadernos de Campo, n. 14/15:25-37. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5159/4224> Acessado em: dez. 2020.

SCHEFFER, G.; CLOSS, T.; ZACARIAS, I. R. A Reconceituação Latino-americana na Ditadura Brasileira: a renovação do Serviço Social gaúcho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 135, p. 327-345, Aug. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200327&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Nov. 2019. Epub May 20, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.181>.

SICA, R. Triste. – São Paulo : Lote 42, 2019.

SINGER, P. **A Crise do “milagre”**. 4ª. Ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SILVA, M. O. S.; CARVALHO, D. B. B. **A pós-praduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro.** R B P G, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de 2007. Disponível em <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129/123>> Acesso em dez. 2019.

SILVA, A.G.M. **Atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental;** 2012; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina; Orientador: Letícia Soares Nunes. 2012.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao serviço social. – São Paulo: Cortez, 2010.

SILVEIRA, J.P.B. **Questão ambiental e sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social.** 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOUZA, J. M. A. Tendências ideológicas do conservadorismo. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

TEIXEIRA, J. B. BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social.** *In* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 2009. Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FH41e700eM1MvI8g3552.pdf> > Acessado em jun. 2019.

TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. - 2. Ed. – Maceió : Coletivo Veredas, 2016.

WANDERLEY, Luiz Jardim et al . Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos , políticos e socio ambientais. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 68, n. 3, p. 30-35, Sept. 2016 . Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Feb. 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300011>.

VALENCIA, A.S. **Subimperialismo e dependência na América Latina**: O pensamento de Ruy Mauro Marini. – 1. Ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2019.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 3, p. 569-583, Sept. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300007>.

ANEXOS

ANEXO A – FICHA PARA REGISTRO DE INFORMAÇÕES

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA CAMPUS FRANCA
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS
CURSO DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PESQUISA:

A QUESTÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO

Pesquisadoras responsáveis: Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler e Tatiana Ferreira dos Santos

FICHA PARA REGISTRO DE DADOS – NÚMERO _____

1. TÍTULO:		
2. ANO:	3. UNIVERSIDADE:	4. MESTRADO () DOUTORADO ()
4. OBJETO DA PESQUISA:		
5. OBJETIVOS DA PESQUISA:		
6. CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: 6.1 SUBENTENDIDA () 6.1 CLARA () Se 6.1, Qual?		
7. INCIDÊNCIA TEMÁTICA:		OUTROS () Qual: _____
7.1 Ecologia Política ()		7.9 Movimentos sociais ()
7.2 Sustentabilidade ()		7.10 Política Ambiental ()
7.3 Questão ambiental ()		7.11 Recursos Hídricos ()
7.4 Coleta seletiva ()		7.12 Preservação ambiental ()
7.5 Resíduos sólidos ()		7.13 Impactos ambientais ()
7.6 Educação Ambiental ()		7.14 Mudanças climáticas ()
7.7 Meio Ambiente ()		7.15 Saneamento ()
7.8 Gestão Ambiental ()		7.16 Conflito Ambiental ()
8. DESAFIOS – QUESTÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL 8.1 () NÃO 8.2 () SIM QUAL/QUAIS?		
9. DEDICA-SE A ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL? 9.1 () NÃO 9.2 () SIM QUAIS AUTORES?		
10. CONCEPÇÃO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL:		
11. QUANTO A BIBLIOGRAFIA: 11 a) () Abrange conteúdos críticos da produção do SS; 11 b) () Não abrange conteúdos críticos da produção do SS; 11 c) () Há maior ênfase na produção mais geral sobre a questão ambiental.		

12. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL:

12.1 () FOLADORI

12.5 () HARVEY

12.9 () Maricato

12.2 () REIGOTA

12.6 () MESZÁROS

12.10 () ACSELRAD, H.:

12.3 () LEFF

12.7 () MARX

13.11 () Outros:

12.4 () LOUREIRO

12.8 () SILVA, M. das G.

13. ABORDA SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL?

13.1 () NÃO

13.2 () SIM DESCREVA:

14. OBSERVAÇÕES: